



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

DISELMA MARINHO BRITO

**A FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: UM ESTUDO DA
EXPERIÊNCIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURIS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA**

FORTALEZA

2015

DISELMA MARINHO BRITO

A FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: UM ESTUDO DA
EXPERIÊNCIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURAIS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B875f

Brito, Diselma Marinho.

A formação de jovens e adultos do campo: um estudo da experiência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Abaetetuba-PA / Diselma Marinho Brito. – 2016.

156 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

1. Movimentos sociais. 2. Educação popular. 3. Educação do campo. I. Título.

CDD 370

DISELMA MARINHO BRITO

A FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: UM ESTUDO DA
EXPERIÊNCIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURAIS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Educação Brasileira.

Aprovada em: 09/03/2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado (Orientadora).
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Celencina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarreg Hage
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A todos os Trabalhadores e Trabalhadoras do
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do
Município de Abaetetuba-PA.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai Criador de toda a natureza e meu maior amparo nos momentos difíceis do percurso da tese;

Aos meus pais: Miguel Pinheiro Brito e Carmelita Marinho Brito, por sempre acreditarem em mim;

Ao meu esposo e companheiro Édison Marinho Teles Filho, pela paciência e pelo incentivo... sempre me impulsionando a acreditar em mim e concluir a pesquisa;

Ao meu filho Gabriel Brito Teles, que foi gerado no percurso da tese, mais como “Amor da Mamãe” sempre com seu sorriso e olhar me estimularam aos estudos;

A minha orientadora Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado, pela força, estímulo e por acreditar e confiar em meu trabalho;

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba-Pa, pela disponibilidade em compor este estudo;

As minhas irmãs; em especial a Dinalva Brito, que sempre acolheu meu filho nos momentos de escrita da tese;

A minha “mana” Profa. Marta Coutinho Caetano do IFPA - Abaetetuba, com quem compartilhava as “dores” e as “alegrias”, vividas nesta caminhada;

Enfim, a todos que contribuíram para o crescimento deste trabalho, bem como para que eu pudesse concluir com êxito. Muito OBRIGADA! E que os conhecimentos aqui elucidados contribuam fortemente para o fortalecimento do Movimento Por Uma Educação do Campo no Município de Abaetetuba – PA.

“A minha formação escolar eu não tive. A minha formação foi da minha livre e espontânea vontade... eu não fiz nenhuma série. Através do sindicato aprendi muita coisa.”

(Raimundo Trindade)

RESUMO

Este estudo tem como título A formação de jovens e adultos do campo: um estudo de caso no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Abaetetuba – PA (STRA). Propôs-se investigar a seguinte questão de pesquisa: Qual a contribuição da formação sindical para os jovens e adultos filiados ao sindicato, nas comunidades trabalhadas? Na construção do aporte teórico desse estudo foram utilizados vários autores dentre eles: Miguel Arroyo (1995, 2001, 2003, 2004, 2005) Paulo Freire (1987, 1996, 1997), Paulo Freire e Ira Schor (1986), Scherer-Warren (1993, 1996, 2007), Brandão (2007), Paiva (1972), Paludo (2001, 2006), Gadotti (1983, 2000, 2002), Manfredi (1996) Fasheh (1999), dentre outros, elucidando categorias como: educação popular, formação, saberes, movimentos sociais, jovens e adultos. Investigar este Sindicato, propiciou analisar em seu interior a formação de jovens e adultos associados ao movimento e a relação com os saberes oriundos das relações construídas com a realidade. Este estudo está inserido no escopo da pesquisa qualitativa, que permitiu uma aproximação direta com o universo da pesquisa, contribuindo para descrição, compreensão da formação desenvolvida no Sindicato. Constitui-se como um Estudo de Caso, pois, o mesmo tem um interesse próprio, único, particular. O caso específico foi delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que permitisse realizar uma busca circunstanciada de informações. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados surgiram dos objetivos elaborados para o estudo, quais sejam: Levantar a base conceitual de formação e saberes, que inspiram as ações desenvolvidas pelo STRA, identificar como acontece a formação dos jovens e adultos do STRA e levantar no que consiste a contribuição do sindicato para a formação dos seus jovens e adultos. A observação, as entrevistas semi estruturadas e o grupo focal foram instrumentos fundamentais para a coleta de informações sobre a questão norteadora deste estudo. Destaca-se que há um processo de aprendizagem desenvolvida no mundo da vida associada à necessidade de ler e escrever. Uma aprendizagem com estratégias próprias; que respeita o tempo particular de cada um. Há um processo de educação popular, um ato essencialmente humano e político. Não se restringe ao sujeito a quem se dirige, mas à intencionalidade social e política com que é feito. Envolve um processo dialético de construção de conhecimento a partir da prática, do diálogo, da reflexão e da volta à prática. Nesse processo, os sujeitos que dialogam educam-se uns aos outros e, por sua vez, têm como referência a leitura da realidade que pretendem transformar. Lança mão não somente com metodologias variadas, com diferentes concepções críticas, mas também com as bases conceituais para uma forma de saber a partir das práticas. A produção de conhecimento, nesse processo rompe com os paradigmas positivistas e racionalistas de produção de ciência e conhecimento. São mediadas pela relação com o mundo e para o mundo. O estudo aponta para a necessidade de se propiciar oportunidades para que se dê um salto na busca da sistematização e teorização dessa experiência.

Palavras-Chave: Movimentos sociais. Educação popular. Educação do campo.

ABSTRACT

This paper is titled as: The training education of young people and adults from the rural areas: a case study at the Rural Workers Union (RWU) in the city of Abaetetuba - PA. It was proposed to investigate the following research question: How does the process of youth education and adults happens in the Rural Workers Union of the Municipality of Abaetetuba. In order to build the theoretical framework of this study were used several authors: Miguel Arroyo (1995, 2001, 2003, 2004, 2005) Paulo Freire (1987, 1996, 1997), Paulo Freire e Ira Schor (1986), Scherer-Warren (1993, 1996, 2007), Brandão (2007), Paiva (1972), Paludo (2001, 2006), Gadotti (1983, 2000, 2002), Manfredi (1996) Fasheh (1999), among others, and elucidating categories like: popular education, training, knowledge, social movements, young people and adults. The Investigation at the Rural Workers Union of Abaetetuba provided the analysis of the training of young people and adults associated with the movement and the relationship with the knowledge coming from the relations built by the reality. This study was part of the scope of qualitative research, which allowed a direct approach to the universe of research, contributing for the description, understanding of the formation of young people and adults who are members in the Rural Workers Union of Abaetetuba. It is constituted as a case study because, it has its own interest, unique, particular. Aims to research a specific case, well-defined, contextualized in time and place so that we can conduct a detailed search of information. The instruments used for data collection emerged from the objectives elaborated for the study, which are; Raising the conceptual basis of training and knowledge that inspire the actions developed by RWU, and to identify the training of young people and adults of RWU happens and find how the RWU contribute to the training of its young people. Using Semi structured interviews and focus groups were key tools for collecting information on the guiding question of this study. It is noteworthy that there is a learning process developed in the world of life associated with the need to read and write. A learning process with its own strategies; which respects the particular time of each. There is a popular education process. It is an essentially human and political act. Not only represents the individual to whom it is addressed, but the social and political intentionality with which it is made. It is a dialectical process of building knowledge from the practice of theorizing about it, to return to practice. In this process, the taxable persons that dialogue they educate each other and, in turn, have as a reference the reading of the reality that they intend to transform. They contribute not only with various methodologies, with different critical conceptions, but also with the conceptual basis for a way to learn from the practices. Their knowledge production has entered into discussion in the research area, breaking the positivist and rationalist paradigm production of science and knowledge. The study points to the need to provide opportunities that they take a leap in the pursuit for the systematization and theorization of that experience.

Keywords: Popular education. Social movements. Rural education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Delegados sindicais em atividade de integração.....	33
Foto 2 – Delegados sindicais e pesquisadora após atividade do grupo focal.....	34
Mapa 1 – Município de Abaetetuba com destaque para suas ilhas comunidades de ramais ...	17
Mapa 2 – Município de Abaetetuba e sua localização no Estado do Pará	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sistematização	36
Tabela 2 – Oferta de Turmas de EJA – URBANA e RURAL	83
Tabela 3 – Número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, no ano 2012, no município de Abaetetuba, PA	85
Tabela 4 – Formação dos Delegados Sindicais do STRA	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIA	Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba
ARQUIA	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Abaetetuba
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional Sustentável
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPC	Centro Popular de Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FASE	Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORECAT	Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantina II
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GEPERUAZ	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Amazônia
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
GPT	Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal de Educação ciência e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LB DEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MASTER	Movimentos dos Agricultores Sem-Terra
MEB	Movimento de Educação de Base

MCP	Movimento de Cultura Popular
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MLA	Movimento dos Lavradores de Abaetetuba
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NIT	Número de Identificação do Trabalhador
ONGs	Organização Não – Governamentais
PA	Pará
PDA	Projeto Demonstrativo Tipo A
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEEJA	Plano Estratégico de Educação de Jovens e Adultos
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPG	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
STRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPA	Universidade Federal do Pará
ULTAB	União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: COMO TUDO COMEÇOU	14
2	CAMINHOS TRILHADOS	25
2.1	O município de Abaetetuba: cidade – sede do STRA	25
2.2	Trilhas investigativas	27
2.2.1	<i>O universo da pesquisa</i>	28
2.2.2	<i>Os sujeitos da pesquisa</i>	29
2.2.3	<i>Os instrumentos da pesquisa de campo</i>	31
2.2.4	<i>Explorando as relações construídas</i>	36
3	O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA-PA: TRAÇOS DE SUA TRAJETÓRIA	38
3.1	Os movimentos sociais do campo e a Educação Popular	38
3.2	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, PA	58
3.2.1	<i>Os caminhos da formação no processo de fundação do STRA</i>	70
4	OS SUJEITOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO POPULAR NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA 74	
4.1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, PA: de que sujeitos estamos falando?	75
4.2	Entre cruzando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos com o STRA	79
4.2.1	<i>A Prática do Professor da Educação de Jovens e Adultos e a não valorização da Educação Popular</i>	91
4.3	E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, PA: o que forma?	97
5	O DIA A DIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA, PA	102
5.1	A relação de confiança no STRA: um processo educativo	102
5.2	Os delegados sindicais: multiplicadores de (in) formação?	107
5.3	Os saberes dos Delegados Sindicais: mediando educação popular na comunidade	114
6	CONCLUSÃO: AS LIÇÕES APREENDIDAS	120
	REFERENCIAS	125
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO APLICADO AOS SÓCIOS FUNDADORES DO STRA	134
	ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS	

TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA-PA	135
ANEXO B – FICHA DE MATRÍCULA DO ASSOCIADO AO STRA	138
ANEXO C – ATA DE REUNIÃO DOS LAVRADORES DO ANO DE 1982 – LOCALIDADES: MURUTINGA, BACURI, PONTILHÃO, CURUPERÉ-MIRI, E PIRATUBA	139
ANEXO D – REUNIÃO COM LAVRADORES – 1984	141
ANEXO E – ABAIXO ASSINADO – 1983	142
ANEXO F- ATA DE REUNIÃO COM OS LAVRADORES DO JARUMÃ – 1984	146
ANEXO G – RALATÓRIO DA REUNIÃO DA DELEGACIA SINDICAL DO BACURI – 20/05/1984	148
ANEXO H – RELATÓRIO DE REUNIÃO STRA – 31/05/1984	150
ANEXO I – RELATÓRIO DE REUNIÃO DE LIDERANÇAS – 08/12/1984 .	152
ANEXO J – ABAIXO ASSINADO – STRA - 20/01/1985	154
ANEXO L – REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES DO STRA – 1985 .	155
ANEXO M – JORNAL DO STRA – 25 DE JULHO DE 1985	156
ANEXO N – REGISTRO DE FOTOS DE MOBILIZAÇÃO DO STRA – 1988	160
ANEXO O – PANFLETOS DE MOBILIZAÇÃO DO SINDICATO – 1986 / 1987	161
ANEXO P – ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA	163

1 INTRODUÇÃO: COMO TUDO COMEÇOU

A produção ora construída, apresenta os resultados do projeto de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC. Traça um diálogo investigativo sobre a formação de jovens e adultos que fazem do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Abaetetuba (STRA) – PA; um lugar de formação que considera os saberes, as experiências da realidade vivenciada pelos próprios sujeitos, de forma crítica e dialógica.

A educação de jovens e adultos no Brasil, ao longo de sua trajetória, esteve pautada de ideologia dominante, desumanizadora, com isso deixando à margem do processo todos aqueles que realmente necessitam de uma política de valorização de seus saberes e de sua natureza humana, com a garantia de seus direitos.

Uma nova dinâmica vem sendo construída, ampliando e fortalecendo as formas organizativas dos movimentos sociais, de modo a possibilitar um papel ativo nas políticas de desenvolvimento social. Este processo apresenta diferentes desafios de transformações nas relações e práticas entre as pessoas, no espaço de vida e militância, que vai configurando um perfil nas estratégias de ação, nas agendas políticas e nos planos de luta fundamentadas na inserção social, cultural, política e econômica.

Essa educação demanda uma epistemologia, cuja fonte tem sua validade no saber da experiência, no conhecimento engajado, que nasce da necessidade de agir, pensar e agir novamente, que procura transformar a realidade numa perspectiva que não espera por vir, mas insiste num futuro que se faz nas entranhas do presente.

Os conhecimentos aprendidos nos movimentos sociais desocultam as ideologias dominantes e contribuem para a humanização e politização dos indivíduos num processo mediado pelo diálogo. Os sujeitos são agentes políticos que exigem uma formação ampla e diversificada que os valorizem e os considerem na sua totalidade, uma formação que favorece a necessidade de troca de saberes e práticas para uma ação transformadora da realidade. A experiência de formação vivenciada pelos movimentos sociais carrega consigo um conjunto de conhecimentos e práticas que demarcam também o perfil e o papel dos sujeitos envolvidos, os quais têm significativa participação política como sujeitos de conflitos ou de renovação nas lutas sociais, sejam elas em movimentos urbanos ou rurais.

A intenção em desenvolver este estudo, nasce da própria inserção no debate da efetivação do Movimento por uma Educação do Campo, bem como, da participação em grupos de pesquisa sobre a educação de jovens e adultos do campo e de movimentos sociais.

As indagações levantadas no projeto me fizeram cada vez mais descortinar a realidade da Amazônia.

Essa observação se deu pelo meu engajamento em projetos e atividades na área do campo, particularmente em comunidades ribeirinhas e no Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantina II - FORECAT¹. Conviver e debater com os movimentos sociais, me fez descortinar esta inquietação, este problema, fazendo-me levantar a questão de que existe um diferencial na formação dos agricultores jovens e adultos integrantes do STRA. Esta escolha, a definição do problema na proposta deste estudo é mediada entre outros fatores pelas inclinações pessoais e seus julgamentos de valor e no conhecimento da realidade, pois para Salomon (2000, p. 8-9):

O processo de pesquisa faz parte de dois grandes processos da existência humana: o do conhecer e o do agir... o ser humano cedo percebe que não conhece a realidade diretamente, intuitivamente, por mais que se considere um gênio ou o próprio deus. A realidade não se introjeta na mente humana de maneira fatal.

A experiência no Mestrado em Educação na Universidade Federal do Pará possibilitou-me o exercício crítico reflexivo sobre a realidade das populações do campo, sua identidade, cultura e sua relação com o currículo do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Baixo Tocantins, a partir de incursões na escuta dos docentes que atuam no curso e na análise do seu projeto Político Pedagógico. O Mestrado foi assim, uma experiência ímpar e desafiadora em nível acadêmico, profissional e pessoal, pela qualificação do corpo docente, pela matriz curricular interdisciplinar, pela aposta institucional na formação de pesquisadores sintonizados com as necessidades da região da Amazônia paraense.

A participação no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Rural da Amazônia (GEPERUAZ), na UFPA, também contribuiu decisivamente para a concretização da participação em um curso de Doutorado problematizando uma temática que continuará e contribuirá para os estudos sobre a educação do campo na região.

Considero que a experiência acumulada nos estudos e pesquisa das escolas do campo da Amazônia Paraense, num projeto interdisciplinar que venho desenvolvendo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Campus Abaetetuba com escolas do campo e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), através de um Projeto da

¹ O Fórum Regional de Educação do Campo (FORECAT) – constituiu-se em 2005 no Município de Abaetetuba, PA com a mobilização de professores, pesquisadores, sociedade civil organizada e poder público. Em sua organização a principal pauta de reivindicação é a luta pelas populações do campo e seus direitos. A região Tocantina II no início denominado; era formada pelos seguintes municípios do Estado do Pará: Abaetetuba, Moju, Barcarena, Igarapé-Miri.

CAPES – PIBID², oportunizou instigantes diálogos entre as equipes de estudo e pesquisa, possibilitando-me compreender ainda mais o debate acerca das relações entre educação do campo e movimentos sociais.

O exercício da docência nos cursos de graduação e nos cursos do ensino médio integrado no IFPA aproximou – me ainda mais de temáticas voltadas para as relações entre movimentos sociais e processo educativo escolar. Associado a este contexto a experiência como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo da UFPA-Campus de Abaetetuba fizeram-me refletir, estudar e analisar como o contexto das escolas do campo necessita estar co-relacionado com a vivência dos movimentos sociais.

Assim, todo este contexto de relação com o debate e os estudos da educação do campo, no universo acadêmico e as experiências de campo, que vivenciei em minha trajetória e que continuo ainda hoje, faz-me refletir que o STRA ao longo de sua existência vem, cada vez mais, alargando o diálogo crítico para além do discurso e que a formação de seus filiados é diferente da formação de outros sujeitos que atuam no campo e que não estão vivenciando um movimento social.

O STRA é um dos movimentos que historicamente desde a década de 1970 vêm tomando espaço na sociedade abaetetubense. Foi fundado em 30 de julho de 1972, pela necessidade de organização dos trabalhadores do município, que naquela época estavam inconformados com sua situação de vida. Desta forma havia necessidade de organização, a partir do que os trabalhadores rurais, líderes de comunidades rurais iniciaram trabalhos de mobilização e conscientização dos trabalhadores rurais.

O município de Abaetetuba é formado por setenta e duas (72) comunidades ribeirinhas e cinquenta (50) comunidades de ramais, estas com a necessidade de organização e orientação em torno de seus direitos, mas devido às suas condições geográficas, fez-se necessário um lugar de encontro para diálogo das necessidades em torno da sua forma de produção; a agricultura familiar, o extrativismo e a pesca.

Vejamos no Mapa 1, a seguir, a descrição desses espaços.

² O Projeto PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência está sendo desenvolvido desde o ano de 2010 com 10 alunos da Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, e tem como objetivo desenvolver bem como incentivar ao debate na escola do campo com os alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e os professores a metodologia de uma prática interdisciplinar que focalize a partir dos estudos de Paulo Freire a construção do processo ensino-aprendizagem tomando como base os saberes da experiência.

Mapa 1 – Município de Abaetetuba com destaque para suas ilhas comunidades de ramais



Fonte: Almeida (2009).

Ao visualizarmos o mapa acima compreendemos a diversidade geográfica que abrange o município de Abaetetuba, com suas características peculiares. São elas:

- Em relação aos sujeitos: são agricultores, ribeirinhos, pescadores, quilombolas;
- Em relação à religiosidade: predominância das Igrejas Católicas e Igrejas Evangélicas;
- Em relação à cultura: tradição das Ladainhas cantadas e rezadas por antigos da localidade. Um rito que acontece de acordo com as festas dos Santos Padroeiros das localidades, onde os moradores antigos da localidade que celebram esse momento;
- Em relação ao esporte, lazer: existência dos Clubes Esportivos, com predominância do Futebol;
- Em relação à educação: há predominância das escolas da educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e anos finais, e ensino médio. Ainda convivem com a realidade das classes multisseriadas³ bem como com existência do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME)⁴, dificuldades vivenciadas pelas populações do campo;
- Em relação ao processo produtivo de trabalho: as populações vivem do extrativismo do açaí, extrativismo do miriti (do fruto buriti e a tala), extrativismo do Jupati (palmeira), plantas ornamentais e medicinais, estaleiro (barcos, rabeta e canoas), olarias (fabricação de tijolos, telhas), pesca, pesca com pari⁵, pesca de camarão, serraria (madeiras), artesanato, carvoaria, produção do matapi⁶, roça, casa da farinha, fabricação do pari e oficina mecânica.

Essa peculiaridade nos mostra a vivência desses povos, mas que ainda convive com os conflitos socioambientais como: o desmatamento, produção do matadouro, poluição industrial, complexo Albrás – Alunorte, produção de carvão, extração mineral (areia, argila, pedra), erosão e conflitos de terra.

Nesse contexto a necessidade de promover a integração, bem como, a organização desses povos é necessária e desafiadora no contexto da Amazônia. Agrupar e desenvolver um

³ Classes multisseriadas ou unidocentes, caracterizadas pela junção de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em séries) em uma mesma classe, submetida à responsabilidade de um único professor (MOURA, 2010).

⁴ O Sistema de Organização Modular de Ensino é uma organização ofertada pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, como forma de ofertar o ensino fundamental anos finais e ensino médio as populações do campo. A organização curricular é feita através de módulos, em sua maioria mediada por professores oriundos da cidade.

⁵ Pari é um instrumento feito por talas de jupati (árvore típica da região), com cipós. Tem formato de uma cerca, que é colocado no rio para capturar os peixes.

⁶ Matapi é um instrumento de pesca do camarão com formato de cilindro feito de tala de jupati.

processo de conscientização para a busca de melhorias de vida e exercício de seus direitos como cidadãos.

Assim, por volta de 1984 a 1985 líderes fundaram um movimento chamado Movimento dos Lavradores de Abaetetuba (MLA) que começou a discutir com os agricultores e produtores, os problemas sociais vivenciados pelas populações que viviam no campo. Através de várias reuniões e discussões, construíram-se muitas propostas que deram origem às primeiras manifestações, como a de pressionar a prefeitura a abrir ramais para a escoação dos produtos e assim melhorar a agricultura do município.

O movimento começa então a agrupar tanto agricultores das ilhas como da estrada – ramais para se encontrarem regularmente e debaterem sobre suas necessidades e garantia efetiva de seus direitos. O Sindicato em si, melhor dizendo, sua diretoria, logo sente a dificuldade e a necessidade de articular estratégias que levem o mesmo junto dos agricultores; visto suas localidades se encontrarem distantes geograficamente e seus associados dispersos. Não teria como estar presente, diretamente com eles e daí organiza o sindicato em delegacias sindicais, para que estas com seus representantes sejam multiplicadores de informação e formação aos outros agricultores que vivem as mesmas angústias.

As comunidades que vão se inserindo no movimento vivem dificuldades oriundas da distância entre si, bem como, a distância da sede do município e logo ficando distante dos serviços de saúde educação, dentre outros.

Por sua vez, ao longo de sua existência o STRA tem pautado suas ações de representação de classe estatutária, na perspectiva de: organizar, representar e discutir os problemas e encaminhamentos com relação à agricultura familiar no município, seja ele judicial ou extrajudicial, desde que esteja no contexto da sua organização.

Com sua estruturação e o trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela diretoria, os trabalhadores rurais passaram a perceber a importância do sindicato para a comunidade e começaram a aderir ao mesmo, através da filiação.

Atualmente, o Sindicato está filiado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Possui sede própria, localizada na passagem Coração de Jesus nº 152, Bairro - Algodual, município de Abaetetuba-PA, e tem filiado 7.000 agricultores rurais. Sua direção está estruturada em: Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Vice-Secretária, Tesoureiro e Vice – Tesoureiro; Conselho Fiscal e pelas seguintes secretarias: Secretaria de Políticas Agrárias, Secretaria de Juventude e a Secretaria das

Mulheres. Essa estrutura é responsável pela organização interna do sindicato, sendo chamada de diretoria.

Os setores que compõem o sindicato são: o congresso da categoria, a assembleia geral, a diretoria, o conselho fiscal e as delegacias sindicais. As delegacias sindicais são os lugares de democratização das atividades do sindicato de acordo com a necessidade dos associados, no âmbito de sua base territorial. Os delegados sindicais representam as delegacias; levantando os problemas e as reivindicações da categoria.

Apesar de todo o trabalho que vem sendo feito, dos 7.000 agricultores filiados no sindicato, de acordo com as informações oriundas da secretaria do mesmo, apenas 5.000 associados contribuem com a mensalidade, regularmente. Esses filiados das ilhas e estrada – ramais; homens e mulheres, jovens, adultos e idosos ainda enfrentam o problema da falta de escolarização, bem como convivem ainda com o analfabetismo. A distância em que estes se encontram, faz com que tenham no STRA um “porto seguro”, um lugar de encontro.

A partir dos anos de 1990, o sindicato implanta definitivamente as Delegacias Sindicais, como forma de descentralizar o atendimento e estar mais próximo de seus associados, atuando diretamente nas comunidades. Vale ressaltar, mais uma vez, que esta foi uma metodologia adotada para aproximar os agricultores do sindicato e de chegar até os mesmos as discussões e os debates, enfim, ser um mediador de diálogo entre ambos.

O STRA está subdividido em 37 (trinta e sete) Delegacias Sindicais, distribuídas entre as ilhas e estradas. Destas, 25 (vinte e cinco) estão na área ribeirinha e 12 (doze) na área da estrada. Os delegados sindicais são associados eleitos pela comunidade, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito ou ter mandato renovado por mais três gestões. Tem como finalidade promover a luta por políticas públicas que venham favorecer a categoria dos trabalhadores rurais.

As delegacias sindicais são formadas por localidade e representadas por um delegado sindical, ela é responsável pelo cadastro dos demais sindicalizados, bem como, fazer chegar o sindicato até suas localidades, já que tem sua sede na cidade de Abaetetuba. A comunicação é precária, insuficiente e não tem como ter uma ligação próxima e diariamente com todos.

A organização por delegacias sindicais aproxima e correlaciona, as problemáticas, bem como a vivência das populações do campo, do município. Estas trazem a realidade vivenciada nas ilhas e demais regiões das estradas e ramais, para o contexto de discussão e análise que acontecesse nas reuniões e demais assembleias realizadas e mediadas pela

Diretoria do Sindicato, juntamente com os representantes das delegacias – os delegados sindicais.

É válido ressaltar que o STRA é uma necessidade no campo da organização, e como tal, necessita conduzir um processo de conscientização, diálogo permanente e inserção no movimento da ação-reflexão – ação.

Utilizando os delegados sindicais como elo com as localidades, o Sindicato favorece um diferencial na formação desses, pois a consciência, a garra, a vontade de querer realizar mudanças, de lutar pelos seus direitos é muito forte.

Mas para tanto, estar próximos dos delegados sindicais se torna imprescindível, pois quando se observa suas falas nas reuniões e assembleias, percebe-se que eles têm uma consciência crítica que é diferente da formação obtida em outros espaços sociais, tais como, a escola. Essa formação ainda não é tão presente nas salas de aula de educação de jovens e adultos, pois esta se orienta pela realidade e para a realidade, tomando a experiência dos sujeitos como parte constitutiva de um diálogo educativo.

Os saberes da experiência, da vida, da relação com o trabalho no campo dos agricultores jovens e adultos se relacionam com o dia a dia vivenciado no Sindicato. Além disso, o STRA organiza um roteiro de formação para os delegados sindicais anualmente. Eles se encontram bimestralmente para reuniões ordinárias na própria sede do sindicato e se encontram duas vezes no ano para encontros de formação no Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti. Historicamente os encontros acontecem para contemplar a formação para a agricultura familiar, bem como, para divulgar, esclarecer e orientar as políticas de beneficiamento para os seus associados.

O Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti, foi fundado em 1992 por 24 lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, como objetivo de desenvolver, através da experimentação participativa, tecnologias alternativas para os agroecossistemas familiares. Era importante naquele momento a criação de uma associação que viesse desempenhar um papel na constituição e apoio ao grupo, aos agricultores familiares, que desenvolvesse projetos coletivos de produção, baseada em técnicas adaptadas às condições sociais e ambientais locais. Este ideal começou a se tornar realidade, após uma série de reuniões envolvendo grupos vizinhos de delegacias sindicais, promovidas pelo STRA e pela Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE) Abaetetuba.

A concretização da proposta ocorreu com a compra do sítio Tipiti, estabelecimento rural de 300 hectares, para eventos de formação sindical. A captação de recursos para o desenvolvimento das atividades dava-se através de festas, bingos e torneios

nas comunidades e como apoio financeiro da FASE. No início da década de 1990, decidiu-se transformar o Centro Tipiti num espaço de formação em práticas agrícolas na busca de melhorar os agroecossistemas familiares locais, articulando a formação técnica com a experimentação.

De acordo com o Dossiê do STRA (1972a, 1983, 1984, 1992), no período de 1992 a 1994, o Centro Tipiti investiu em atividades no sítio que incluíam:

- A construção e manutenção de viveiro para produção e distribuição de mudas de espécies fruteiras e florestais nativas;
- A multiplicação de sementes de leguminosas para adubação verde;
- Ensaio com módulos agroflorestais;
- Implementação do banco de germoplasma de banana;
- Manejo animal;
- Construção de apiário;
- Implantação de horta escola;
- Treinamentos para agricultores e agricultoras.

Em 1997, o Centro desenvolveu um projeto específico para capacitação que foi financiado pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), através do Subprograma Projeto Demonstrativo Tipo A (PDA). Com esta iniciativa, o Centro passou a influenciar na transformação dos agroecossistemas, através do processo de capacitação e experimentação das práticas nas áreas das famílias envolvidas.

Ainda na aproximação com os documentos do STRA, o Dossiê que registra a memória do movimento; no período de 1998 até o ano 2000, 138 pessoas desenvolveram experiências em técnicas alternativas, dentre estas, 32mulheres. Foram promovidos os seguintes cursos de capacitação:

- Adubação orgânica;
- Sistemas agroflorestais;
- Manejo de açazais;
- Criação de pequenos animais; e
- Controle de pragas e doenças com produtos alternativos.

Enfim, o Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti, ao longo de sua trajetória, vem desenvolvendo atividades de formação específicas, com diferentes temáticas. Essas formações são carregadas de ideais de melhoria de vida para as populações do campo,

tendo como sujeitos mediadores desse processo, o STRA, através de seus delegados sindicais.

Dessa forma, atualmente, o STRA utiliza dois espaços para encontros e reuniões: o salão da sede do sindicato e o Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti, como já mencionado. Os filiados do sindicato, jovens e adultos, apresentam em seus discursos nas reuniões e plenárias existentes, posicionamentos críticos, analisam a realidade, propõem práticas não domesticadoras. Enfim, promovem um movimento de reflexão com tentativas de rompimento da hegemonia dominante. Há uma formação diferente. Há uma formação que dialoga com e para a realidade.

Se aproximando do dia a dia do STRA, este desde 1972 desenvolve esse tipo de formação para os jovens e adultos filiados; propõe tratar de temas relacionados ao funcionamento do sindicato, bem como, a discussão sobre sindicalismo rural. Com o surgimento de diversas demandas relacionadas à agricultura familiar, passou a tratar de outros temas como agroecologia, cooperativismo, economia solidária, juventude rural, dentre outros assuntos relacionados às ações desenvolvidas. Esses cursos são ministrados por membros do sindicato e das organizações parceiras. A participação da mulher é uma temática discutida, pois existem funções na diretoria que são exercidas pelas mulheres.

Há também, uma forte participação do STRA em Encontros e em Feiras nacionais e estaduais, além de participação em manifestos, passeatas, caminhadas, com um envolvimento muito forte de seus delegados sindicais. Há uma preocupação do STRA com o desenvolvimento local, bem como, na garantia dos direitos de seus pares. Esses momentos de encontros reuniões se diferem, e são liderados por um membro do sindicato, estimulando-os à inserção da realidade e no reconhecimento de seus direitos e sua forma de organização. São atividades que acontecem tanto na sede do sindicato, no Centro Tipiti, como nos encontros gerais a nível local, regional e nacional. A presença forte do líder, frente às reuniões e encontros, demonstra segurança e media um diálogo crítico, pois a assembleia é livre e dotada de espírito crítico em seus posicionamentos e posturas, isso fica claro quando participei como ouvinte de algumas reuniões de formação que aconteceram no STRA.

Partindo deste contexto: Qual a contribuição da formação sindical para os jovens e adultos filiados ao sindicato, nas suas comunidades? Desta forma busquei investigar o processo formativo desenvolvido pelo sindicato, considerando as condições territoriais onde ele atua, no sentido de captar as contribuições dessa formação para os jovens e adultos. Para responder a esta questão de pesquisa delimitei os seguintes objetivos específicos:

- Levantar a base conceitual de formação e saberes, que inspiram as ações desenvolvidas pelo STRA;
- Identificar como acontece a formação dos jovens e adultos do STRA;
- Levantar no que consiste a contribuição do sindicato para a formação dos seus jovens e adultos.

Para dialogar teoricamente frente aos propósitos deste estudo, construo um diálogo tomando como referência autores, tais como: Miguel Arroyo (1995, 1999, 2012, 2003, 2004, 2005) Paulo Freire (1979, 1983, 1982, 2003, 1987, 1996, 1997), Paulo Freire e Ira Schor (1986), Scherer-Warren (1993, 1996, 2007), Brandão (1981, 2002, 2007), Paiva (1972, 1987), Paludo (2001, 2006), Gadotti (1983, 1996, 2000, 2002), Manfredi (1996) Fasheh (1999), Gramsci (1971, 2001) dentre outros.

Ao construir esta teia de conhecimentos, parto do princípio que este estudo se justifica sob três aspectos: relevância acadêmica, pessoal e profissional. Em primeiro, no sentido de que as discussões teóricas-práticas consolidadas na produção final contribuirão para os estudos na área da educação do campo, educação popular e movimentos sociais; em segundo, para minha compreensão teórica e crescimento nos estudos que venho fomentando, nas produções construídas a partir de minha participação em grupos de pesquisas e vivência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; em terceiro para o campo profissional dos sujeitos que atuam como docentes no campo, bem como no campo profissional dos próprios jovens e adultos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Abaetetuba-Pa. Desta forma, os estudos sobre a formação dos jovens e adultos do STRA contribuirão no campo da análise da própria compreensão de que a educação popular deve estar correlacionada com a vivência e a luta dos sujeitos que vivenciam os movimentos sociais, bem como, seus saberes e experiências que se entrelaçam no movimento da ação-reflexão-ação.

Assim, esta produção apresenta em sua organização seis capítulos: o primeiro faz a abordagem introdutória do estudo, o segundo capítulo dialoga sobre a trilha metodológica, o terceiro trata sobre o percurso histórico do STRA, o quarto vem apresentar os sujeitos que fazem a educação popular, o quinto discute sobre o processo formativo desenvolvido pelas ações no dia a dia do sindicato e o sexto capítulo sintetiza as lições apreendidas neste estudo.

2 CAMINHOS TRILHADOS

Pesquisa é difícil, construir pesquisa também... delinear rumos muito mais... Analisar fatos mais ainda...

Mas...!!!

Construir relações na inserção e na busca do conhecimento com o cotidiano é uma ação admirável, reveladora, prazerosa, criteriosa e.... (AMIGA).

Quem pesquisa procura descrever, compreender ou explicar algo. A pesquisa requer investigação. Portanto, implica necessariamente em busca, indagação, arguição. Variados caminhos conduzem a descortinar uma trilha investigativa, ao esclarecimento de conceitos teóricos e metodológicos. A pesquisa desta forma aponta para um processo de teorização para conceber o processo de interpretar, criticar. O processo de teorização é a mais importante atividade científica, e num sentido mais amplo, a mais importante e típica atividade dos seres humanos, significa não apenas aprender por experiência, mas cogitar o que existe por aprender em torno da realidade. Segundo Minayo (1994, p. 15) “[...] a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significado dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria.”

Investigar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba propiciou a oportunidade de se enredar de suas vivências e seus desafios, onde apesar da diversidade de sujeitos que dele fazem parte, busca uma unidade em favor de seus ideais.

2.1 O município de Abaetetuba: cidade – sede do STRA

A Amazônia Brasileira, com mais de 4 milhões de quilômetros quadrados, abrigando parcela considerável da água doce do planeta, reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade da Terra, revela sua riqueza, através da sua heterogeneidade econômica, social e cultural; de sua população e sua expressiva diversidade em sua fauna e flora. Sua diversidade ao longo de sua dinamização vem se constituindo como expressão singular de uma região particular em meio a um cenário nacional e internacional; o que destaca a necessidade de aprofundamento de estudos interdisciplinares que discutam e dialoguem sobre as relações dos sujeitos com a diversidade de sua região.

O Estado do Pará com uma área de 1.253.164 km² corresponde a 14,66% do território brasileiro e a 24% da área que forma a Região Amazônica, seu solo paraense é coberto por uma vegetação riquíssima – de terra firme, de várzea e de cerrado – que contém parte da imensa biodiversidade da floresta amazônica. A constituição racial de sua população

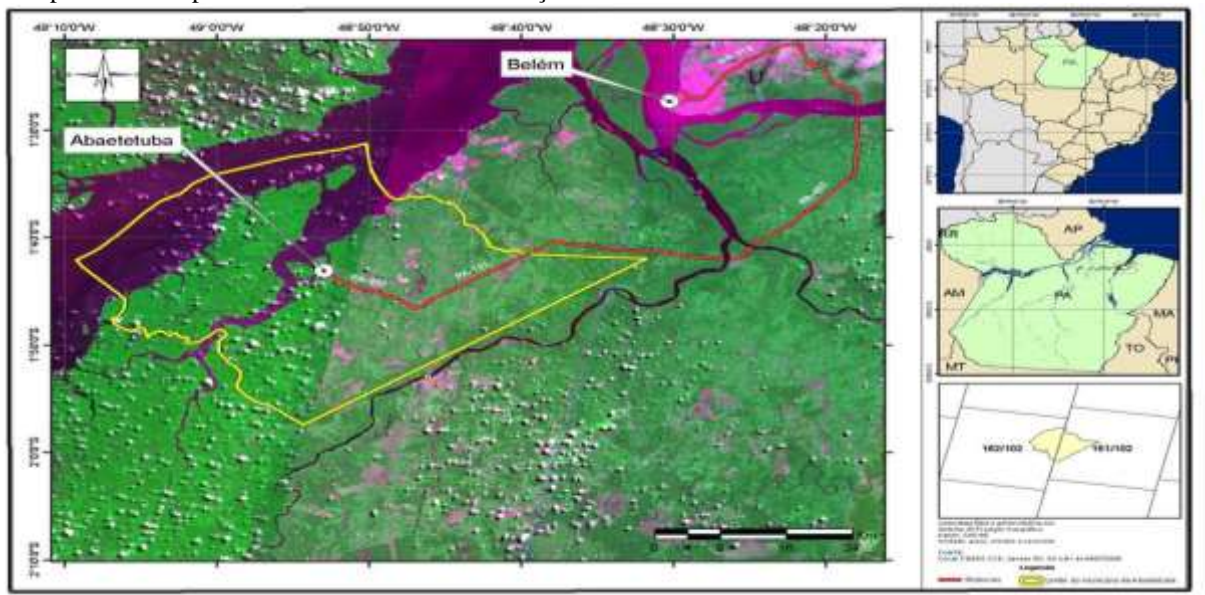
é composta pelo branco, índio, negro e aqueles que resultam das suas mestiçagens. Em sua organização histórica e geograficamente, a predominância é indígena.

De acordo com Censo 2010, possui uma população de 7.443.904 habitantes, com sua área subdividida em: região do Baixo Amazonas, Sudeste Paraense, Mesorregião Metropolitana, Marajó e Nordeste Paraense.

O Município de Abaetetuba⁷ parte do estado do Pará situa-se na região Tocantina com um espaço de 1.090 km², por sua vez concentra 139.749 habitantes, segundo dados do Censo/2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A população do campo corresponde a 41% agrupado no Município, onde o povo que ali reside é formado por quilombolas, povos de estrada, lavradores, áreas ribeirinhas.

O Mapa 2 abaixo nos mostra a localização do município de Abaetetuba no Estado do Pará.

Mapa 2– Município de Abaetetuba e sua localização no Estado do Pará



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

A sua área com o município é de mais ou menos 1.090 km² e toda sua extensão recortada por rios formam no contorno da Cidade 72 Ilhas, cujos principais transportes são as rabetas, canoas e barcos. Na parte de terra firme este possui também extensos ramais nos quais se localizam as comunidades do Centro.

⁷ A palavra Abaetetuba, de origem Tupi, segundo a tradição popular se decompõe da seguinte maneira: ABA (homem) ETE (forte, verdadeiro), TUBA (lugar de abundância). O significado, portanto, seria - lugar de homens e mulheres fortes e valentes.

O Município de Abaetetuba como parte do Pará e da região Amazônica, ao longo de sua história, vem construindo diferentes formas de organização social. Atualmente, com 139.749 habitantes, foi fundada no século XVIII às margens da Baía de Marapatá onde se encontram as águas dos rios Tocantins e Abaeté, - de onde vem seu nome original -, pelo qual ainda hoje é conhecida. Conta-nos a lenda⁸ que, viajando com toda família, Francisco de Azevedo Monteiro foi abordado por violenta tempestade, tendo sofrido desvio da rota pela qual viajava. Era o dia 08 de dezembro de 1724, dia consagrado a Nossa Senhora da Conceição. Monteiro, temendo por sua vida e pela dos seus, prometeu à Santa que, caso encontrasse salvação, no local onde aportasse ergueria uma capela em sua honra. Conseguiram aportar no local onde hoje se localiza o chamado "cruzeiro", às margens do Rio Maratauíra. Construiu-se a capela, como pagamento da promessa. Em seguida, tomou posse da terra e comunicou o fato ao Governador.

Francisco de Azevedo Monteiro merece crédito e alcunha de fundador da Cidade de Abaetetuba, pois, sem dúvida lançou as bases do povoado que mais tarde evoluiria na Vila de Abaeté. Durante o período foi criado em Abaetetuba o Conselho de intendência, extinguindo-se para dar lugar à câmara dos vereadores. Algo importante a ser lembrado é que ninguém recebia remuneração oficial por suas funções.

No processo de registro da história de Abaetetuba, apesar de estar próxima a capital do Estado, Belém; o município sente as mesmas, ou até ainda mais, dificuldades comuns a outros municípios mais distantes, pois não possui atividades alternativas que venham suprir suas principais necessidades, entre elas, o alarmante índice de desemprego e a carência de mão-de-obra qualificada para somar essa demanda e ainda a não implantação de programas de geração de renda. Sua origem vem influenciada pela igreja católica, e assim, as organizações dos diversos povos que dela fazem parte tiveram sua trajetória de vida e luta marcada pela influência do catolicismo.

2.2 Trilhas investigativas

Este estudo está inserido no escopo da pesquisa qualitativa, pois a mesma permitiu uma aproximação direta com o objeto a ser investigado, contribuindo para descrição, compreensão da formação dos jovens e adultos filiados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, não restringindo apenas ao campo da observação. A leitura de Bogdan

⁸ Os antigos moradores da região de Abaetetuba com os seus saberes populares destacam a presença de lendas antigas; consideradas como estórias que demonstram a cultura local.

e Biklen (1994) deixou claro que, no desdobramento da pesquisa qualitativa há uma preocupação com o rigor e com abrangência dos seus dados. Há uma correspondência entre os dados que são registrados e aquilo que se passa no local da investigação, propiciando consistência entre as diferentes observações realizadas durante um determinado estudo. E isso serviu de guia para esta pesquisa.

O STRA é um movimento social que tem como objetivo lutar pela garantia e efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais, onde estes, envolvidos por um processo ou não de formação escolar têm em sua historicidade saberes e experiências oriundas da relação com os outros. Nesse sentido, investigar, analisar os sujeitos que são associados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais implicou levar em conta o movimento do real, em toda a sua dinamicidade e singularidade. É na relação com e entre os outros que se pode perceber a formação de jovens e adultos e a relação com suas experiências. Desse modo, este estudo nos leva a: “Valorizar a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos de saber e do agir com a vida social dos homens.” (CHIZZOTTI, 2001, p. 80).

A pesquisa com os associados do STRA se desenvolveu a partir desses pressupostos e cuidados. Estive envolvida com os sujeitos da pesquisa, reconhecendo sua historicidade e o fato de que todos são partícipes dela. Afirma Chizzotti (2001, p. 83) que:

Na pesquisa qualitativa todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as ações individuais [...] Como sujeitos da pesquisa, identificam os seus problemas, analisam-nos, discriminam as necessidades prioritárias e propõem as ações mais eficazes.

A pesquisa aqui discutida constitui-se como um Estudo de Caso, pois para Ludke e André (1997), o mesmo tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação, focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

2.2.1 O universo da pesquisa

No primeiro contato com o campo da pesquisa realizei a pesquisa exploratória. Segundo Trivinos (1987, p. 109) “[...] o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada

população, obter os resultados que deseja.” Assim, a pesquisa exploratória aconteceu através de visitas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba. Foram realizados momentos de diálogo com a Diretoria do Sindicato para conhecimento e aproximação do campo a ser investigado.

Também fez parte da pesquisa exploratória a análise documental para reconhecimento da história do STRA. Foi visitada a memória documental nos arquivos na secretaria do sindicato. Documentos como: atas de reuniões, boletins informativos, cartazes, folders, fichas de cadastro, dentre outros contribuíram para a identificação da história de luta do sindicato e o processo de escolarização dos jovens e adultos filiados no sindicato. Saviani (1998, p. 12) dá suporte para tal, quando diz que:

[...] no âmbito da investigação histórico-educativa essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica.

Ao analisar a citação de Saviani vemos que ao investigarmos uma problemática que se relacione à educação, torna-se fundamental conhecermos sua história para assim termos a compreensão do seu processo de constituição e relação com o meio.

A seleção dos sujeitos para a investigação foi difícil, em função de estes morarem distantes devido à localização geográfica de suas localidades. Desta forma dialoguei com a presidente do sindicato a fim de possibilitar que eu me reunisse com os delegados sindicais em grupos e por região: ilhas e terra firme. Assim, se construiu uma agenda de encontros com os delegados sindicais em dois grupos, o que aconteceu mais de uma vez devido à dificuldade de deslocamento para a cidade: sede do sindicato. Em relação aos sócios fundadores foi realizada a escuta individual de três sócios que também atuam como delegados sindicais.

2.2.2 Os sujeitos da pesquisa

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba atualmente conta com 7.000 associados em sua sede. São órgãos do Sindicato: o congresso da categoria, a assembléia geral, a diretoria, o Conselho Fiscal e as Delegacias sindicais. Sua diretoria é assim composta:

- Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Vice-Secretária, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro;
- Secretaria de Políticas Agrárias;
- Secretaria de Juventude;

– Secretaria de Mulheres.

Em sua organização de associados, o Sindicato tem suas delegacias sindicais, que são ao todo 37 delegacias. Destas, 25 se encontram nas ilhas e 12 estão localizadas nas áreas de terra firme–estrada do município de Abaetetuba. Estão descritas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Descrição Nominal das Delegacias Sindicais de acordo com o nome da localidade

Delegacias Sindicais - Ilhas de Abaetetuba	Delegacias Sindicais -área de Terra Firme de Abaetetuba
Ajuai	Cataiandeuá
Arumanduba	Colônia Nova
Baixo Itacuruçá	Guajará de Beja
Cmapompema	Itacupé
Costa Maratauíra	Jarumã
Costa Sirituba	Maúba Centro
Genipaúba	Murutinga
MaracapucúMiri	Pirocaba
Maracapucú Sagrado	Tauerá
Panacuera	Vasco
Paramajó	Km 14
Paruru	Ramal do Bacuri
Paruru II	
Quianduba	
Rio Bacuri	
Rio da Prata	
Rio Maúba	
Santa Maria	
São José	
Tauerá Açú	
Urubuéua Cabeceira	
Urubuéua Fátima	
Xingu	

Fonte: Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba-PA. no decorrer da pesquisa exploratória.

Este estudo delimitou como amostragem da população para realização da investigação: os filiados – sócios – fundadores ainda existentes no movimento e os delegados sindicais. O quantitativo dos sujeitos para a investigação a princípio foi definido através do seguinte critério: jovens e adultos na faixa etária de 20 a 70 anos de idade. Para utilizar este critério realizei visitas específicas à sede do sindicato e junto à secretaria, onde tive acesso as fichas de cadastro denominada de Ficha de Matrícula dos sócios e nela se encontram as seguintes informações: nome, residência, apelido, estado civil, Número de Identificação do Trabalhador (NIT), data de nascimento, filiação, nacionalidade, naturalidade, nº da carteira de trabalho com série, nº da identidade, título de eleitor, CPF, cônjuge, local de trabalho com a data de admissão. Entretanto, não havia na ficha de matrícula dos sócios fundadores e dos delegados sindicais, informações sobre a escolaridade. Mesmo assim ao dialogar com os sujeitos fui compreendendo sua formação.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa optei por delimitar um universo específico, pois construí uma relação recíproca com os sujeitos investigados. Pois, toda pesquisa deve considerar o contexto que interage as relações sociais, onde neste aspecto as Ciências Humanas e Sociais, contribuem efetivamente. Esta relação se dá no íntimo de uma concepção que articula a parte ao todo. Assim, “[...] as ciências sociais [...] possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedade.” (MINAYO, 1994, p. 15).

2.2.3 Os instrumentos da pesquisa de campo

No terceiro momento da pesquisa foram aplicadas as entrevistas semi-estruturadas individuais, grupo focal e rodas de conversa. Produzi um diário de campo que registrou a memória das atividades desenvolvidas na pesquisa. Este diário ajudou na análise dos dados deste estudo, uma vez que:

Um dos pressupostos da proposta da utilização do diário de campo consiste na vontade e no interesse em participar de um diálogo efetivo que requer tanto a escuta, quanto o exercício da fala e um interesse pelo interlocutor, acreditando que este tem algo a dizer e mesmo a ensinar. (MELLO, 2005, p. 60).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os sócios fundadores também delegados sindicais descritos no Quadro 2 e designados neste estudo de Sócio F1, Sócio F2 e Sócio F3.

Quadro 2 – Quadro demonstrativo dos sócios fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, PA

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	FILIADO
Sócio F1	76 anos	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	Sócio fundador e Delegado Sindical
Sócio F2	79 anos	Alfabetizado fora da escola	Sócio fundador e Delegado Sindical
Sócio F3	79 anos	Alfabetizado fora da escola	Sócio fundador e Delegado Sindical

Fonte: Dados da Pesquisa. Entrevista realizada com os sócios fundadores e Delegados Sindicais.

As entrevistas foram realizadas individualmente, sendo agendadas com antecedência, mas mesmo devido à idade avançada dos mesmos, a disponibilidade foi excelente em contribuir com a natureza deste trabalho. As falas coletadas foram gravadas com filmagem, transcritas na íntegra e registradas no diário de campo. Considerando o que diz Biasoli-Alves (2005), no processo de realização da entrevista é necessário:

[...] considerá-la como processo e não apenas como produto da pesquisa empírica, o que envolve duas dimensões. A primeira refere-se à sua realização, instância de fluxo e de troca de experiência entre pesquisador e nativo em uma relação face a face, em que a alteridade entre ambos é condição e pressuposto para que o processo de comunicação ocorra. A segunda dimensão da entrevista está relacionada a seus resultados, vale dizer, á construção de fatos etnográficos. (BIASOLI-ALVES, 1998, p. 125).

A partir do contexto das relações de troca entre sujeito e pesquisador foi realizada a entrevista semiestruturada, devido sua organização propiciar ao investigador uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos (BONI; QUARESMA, 2005). Para tal realização foi construído um roteiro de entrevista com dez perguntas. Estas apresentaram questões sobre a história do STRA, a formação dos sócios fundadores e sua relação com o sindicato.

A entrevista propiciou relacionar as respostas com a análise documental, os fatos acontecidos na fundação do sindicato, bem como com o diálogo na compreensão da formação dos sócios fundadores e sua relação atual com o sindicato.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa alimenta a prática de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. O contato com os sócios fundadores do STRA durante a pesquisa proporcionou uma relação recíproca com os fatos relacionados a este estudo, e ao próprio cotidiano de suas atividades relacionadas à atividade que fundamenta o sindicato.

Outra técnica utilizada neste estudo foi o Grupo Focal, que também se situa no campo da pesquisa qualitativa. Segundo Gondim (2002, p. 2):

A noção de grupos focais está apoiada no desenvolvimento das entrevistas grupais [...] a diferença recai no papel do entrevistador e no tipo de abordagem [...] o moderador de um grupo focal assume uma posição de facilitador do processo de discussão, e sua ênfase está nos processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema.

O grupo focal foi realizado com os delegados sindicais em dois encontros; o grupo focal 01 aconteceu no dia 22 de janeiro de 2013 e o grupo focal 02 no dia 26 de fevereiro de 2013. Os encontros aconteceram na própria sede do sindicato com os delegados sindicais em uma hora e meia, e foram gravadas, filmadas, e transcritas na íntegra, e ainda registradas em diário de campo.

Os grupos focais ficaram organizados segundo o descrito nos Quadros 3 e 4 e os delegados sindicais descritos neste estudo por: Grupo Focal 01: Del A, Del B, Del C, Del D, Del E, Del F e Grupo Focal 02: Del G, Del H, Del I e Del J.

Quadro 3 – Grupo Focal 01

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	LOCALIDADE QUE ATUA
Del A	49 A	Alfabetizado fora da escola	Cataiandeua
Del B	48 A	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	Ilha Bacuri
Del C	43 A	Até a 3ª série do Ensino Fundamental	Ramal do Pirocaba
Del D	32 A	Ensino Médio Completo	Rio Paruru
Del E	37 A	Ensino Médio Completo	Rio Arumanduba
Del F	41 A	Ensino Médio- Magistério	Colônia Nova

Fonte: Grupo focal, através dos relatos dos delegados sindicais.

Quadro 4 – Grupo Focal 02

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	LOCALIDADE QUE ATUA
Del G	70 A	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	Rio Campompema
Del H	61 A	Até a 2ª série do Ensino Fundamental	Rio Paramajó
Del I	58 A	1ª série do Ensino Fundamental	Rio Urubuêua Cabeceira
Del J	76 A	Alfabetizado fora da escola	Rio Urubuêua Baixo

Fonte: Grupo focal, através dos relatos dos delegados sindicais.

Os grupos focais aconteceram de acordo com a seguinte vivência:

1º momento: Preparação do Ambiente: apresentei-me e conduzi a apresentação mútua dos participantes (nome, idade, escolaridade e lugar onde mora), através de dinâmica⁹ de interação entre as pessoas. A foto abaixo demonstra o momento preparatório para a atividade do grupo focal

Foto 1 – Delegados sindicais em atividade de integração



Fonte: Arquivo da autora.

⁹ A dinâmica mediada se chama: “O que trouxe?.” Os participantes ficaram em círculo e logo em seguida, de um por um iam dando um passo a frente e respondendo a indagação proposta no início, logo em seguida ainda individualmente complementavam sua apresentação com sua idade, escolaridade e lugar onde mora.

2º momento: Apresentação da metodologia: enunciei os objetivos deste estudo e do grupo focal, enfatizando o porquê da divisão em dois grupos e em momentos diferentes. Esclareci ainda, que cada grupo teria uma questão para dialogar, e que para melhor condução da atividade teríamos um mediador e um relator, garantindo a participação de todos.

3º Momento: Questão para o debate: O que é o STRA? A questão desencadeou os seguintes pontos: relação trabalho e escola, o papel da escola na formação do agricultor, a relação escola de EJA e movimento social, conceito de sindicato, a ausência da oferta de EJA, a formação do professor de EJA, delegados sindicais como agentes de formação ou informação, consciência e compromisso da escola, o sindicato como lugar de formação e participação na vida do agricultor. Ao sistematizar tais questões agrupei em quatro grupos: formação, sindicato, escola.

4º Momento: Finalização: ao terminar o ciclo de conversa entre os participantes do grupo focal, aprofundi questões complementares a este estudo, bem como, os participantes destacaram para mim a importância de retornar os resultados deste trabalho para o STRA.

A realização do grupo focal foi importante para que acontecesse a relação entre: formação escolar, educação popular e o sindicato. Enfim, a estratégia do grupo focal permitiu indagar sobre o processo de formação escolar dos adultos e idosos do STRA foram ou estão sendo relacionadas em sua vivência, como as suas experiências foram ou não relacionadas na educação de jovens e adultos.

As atividades construídas para a realização do grupo focal com os delegados sindicais criaram uma relação de amizade e companheirismo, aproximando a pesquisadora e os informantes da pesquisa (Foto 2).

Foto 2 – Delegados sindicais e pesquisadora após atividade do grupo focal



Fonte: Arquivo da autora.

Neste sentido, o grupo focal proporcionou uma relação recíproca, pois:

[...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se em uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos [...] No trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum [...] (GATTI, 2005, p. 11).

É válido ressaltar que Gatti (2005) nos faz refletir sobre o fato de que o trabalho com o grupo focal se constitui numa troca efetiva, entre os participantes do grupo, em relação ao assunto ou tema tratado, onde “[...] a ênfase recai sobre a interação dentro do grupo e não em perguntas e respostas entre moderador e membros de grupo.” (GATTI, 2005, p. 9).

Os grupos focais 01 e 02 ao dialogarem sobre o que é o STRA aprofundaram outras questões relacionadas à vida no campo, a questão política no sindicato e outras dimensões que ajudaram na compreensão do que o estudo trata. Os sujeitos ficaram bem entrosados, descontraídos, falavam com nostalgia sobre suas lembranças, mas também indignados pela situação de vida no campo. Havia divergência de falas, tinha momentos que os mais idosos lideravam nas falas, até interrompiam os outros. Aconteceu uma relação natural, espontânea, integrativa entre os sujeitos no grupo, sem nenhuma restrição de dialogar entre si, constituindo-se em alguns momentos, como uma sala de aula; devido à relação de aprendizagem ali construída. Revelou-se uma relação diferenciada se comparada com as entrevistas, pois permite “[...] a formação de consensos sobre determinado assunto ou de cristalizar opiniões díspares, a partir de argumentações, ao contrário das entrevistas que costumam ocorrer de forma solitária.” (MINAYO, 2009, p. 69).

Outra forma de dialogar com os delegados sindicais foi às rodas de conversa. Ao longo das leituras desse estudo, percebi que as rodas de conversa pareciam se fundar em uma perspectiva de Paulo Freire. Imersa em uma perspectiva freireana de educação popular que visa à autonomia e ao discurso espontâneo, compreendi que ao proporcionar as rodas estabeleceria aos participantes uma relação recíproca. Foram rodas de conversa abertas com debate e reflexões e troca de experiências entre eles, que foram compartilhadas com as suas experiências, em que eles mesmos se confrontavam, colocando-se para refletir sobre as próprias situações vividas. Foram momentos que demonstravam a espontaneidade, curiosidade e autonomia (FREIRE, 1996).

Estas aconteceram durante os encontros que o Sindicato promovia na sua sede ou no Centro Tipiti, nos anos de 2013 e 2014. Foram gravadas, filmadas e registradas em diário de campo. Foram três momentos, as quais denominam neste estudo de roda de conversa A,

roda de conversa B, roda de conversa C. As rodas de conversa ajudaram a compreender mais sobre o dia a dia do sindicato como lugar que orienta e forma. Vale ressaltar que sempre buscava ampliar o número de delegados para a conversa, mais devido à distância que estes moram, o acesso às reuniões também é difícil, então contava com aqueles das áreas ribeirinhas e ramais mais próximas da cidade.

2.2.4 Explorando as relações construídas

Por estar envolvida no debate por uma educação do campo e com uma aproximação mais direta com o STRA, isso facilitou minha aproximação com os filiados do sindicato, o que possibilitou uma melhor afinidade na coleta e análise dos dados. Para Velho (1978, p. 43) “[...] isso mostra não a feliz coincidência ou a mágica do encontro entre pesquisador e objeto com que tenha afinidade, mas sim, o caráter de interpretação e a dimensão de subjetividade envolvida neste tipo de trabalho [...]”, o que não significa que seja “menos” científico.

Para este estudo utilizei a sistematização dos dados por categorias, que serão exploradas adiante. Tanto as entrevistas semiestruturadas, as comunicações orais dos grupos focais e as rodas de conversa desencadearam para o descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Sistematização

CATEGORIAS	IDENTIFICADORES
FORMAÇÃO	Alfabetizados fora da escola Ensino fundamental anos iniciais incompleto Ensino Médio completo Ensino Médio – Magistério completo
SINDICATO	Lugar de informação Lugar de formação Aproxima com a realidade dos jovens e adultos do campo. Promove meios de educação. Dialoga sobre a realidade Dialoga sobre os problemas sociais e sobre a previdência social. É visto como um lugar de segurança para conseguirem lutar por melhoria de vida. É como se fosse a própria casa Conscientiza sobre a realidade Busca seus direitos Espaço de lutar contra a alienação Espaço de diálogo
ESCOLA	Não dialoga com o sindicato. Se distancia de todos. Ainda só ensina a le escrever Lugar apenas de repassar conteúdo Não tem compromisso com a melhoria de vida no campo. Ainda não é presente em todas as localidades do município de Abaetetuba. É um lugar de privilégios de partidos políticos. Ainda é um “cabide de emprego”. Ainda pensa só no salário. Não tem compromisso com o que o agricultor vive. Se preocupa apenas em repassar o assunto. A sua metodologia não tem relação com os saberes adquiridos na vida. Não participa do sindicato. Não tem inserção na luta por melhores condições de vida.

Fonte: Arquivo da autora

Para Ludke e André (1997), a análise dos dados é como um processo, pois se dá durante toda a construção da atividade de coleta de dados no processo da pesquisa. Este processo de análise se fundamentou de maneira crítica frente à realidade pesquisada. Para as autoras:

O primeiro passo nessa análise é a construção de um conjunto de categorias descritivas. O referencial teórico do estudo fornece geralmente a base inicial de conceitos a partir dos quais é feita a primeira classificação de dados [...] Em alguns casos, pode ser que essas categorias iniciais sejam suficientes, pois sua amplitude e flexibilidade permitem abranger a maior parte dos dados. Em outros casos, as características específicas da situação podem exigir a criação de novas categorias conceituais. (LUDKE; ANDRÉ, 1997, p. 48).

Desta forma, a análise dos dados se deu como uma construção no exercício da pesquisa, pois em se tratando desta investigação, a contribuição no campo da construção do conhecimento quanto formação dos jovens e adultos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais são de relevância acadêmica, profissional e social e para o debate teórico – prático em torno do Movimento Por uma Educação do Campo no Brasil e mais especificamente no município de Abaetetuba.

Continuando a construção deste estudo, parto a seguir para dialogar sobre o STRA, seu percurso histórico e sua relação com o cotidiano da educação popular presente nos movimentos sociais.

3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA-PA: TRAÇOS DE SUA TRAJETÓRIA

Partiu de uma reunião em casa juntamente com um senhor chamado João Sena, do Sindicato dos Portuários ... a ideia era implantar aqui no Itacupé, porque a gente tinha que se organizar para vê como trabalhar com a nossa produção. Fundamos o sindicato em 72. (Sócio F1).

Recortar a história de fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Abaetetuba – PA, se efetiva a partir do relato de um conjunto de lutas dos trabalhadores do campo. A importância do sindicato para os agricultores nasce da necessidade da melhoria de vida e organização do trabalho, ansiando assim um lugar de luta por melhoria de vida. A implantação do sindicato se deu pela luta tanto no campo do trabalho, da saúde, da moradia, do transporte e da educação para os filhos e filhas dos trabalhadores rurais. Fica claro, que o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba também faz parte da história dos movimentos sociais do campo, uma vez que estes sempre estiveram envolvidos na luta por melhores condições de vida.

Principalmente na década de 1980, os movimentos sociais populares emergiram no contexto social e político brasileiro com capacidade organizativa e mobilizadora, sendo responsáveis por expressivas conquistas que garantem melhorias na qualidade de vida de amplos setores sociais, afirmação dos direitos, exercício da cidadania para um número cada vez maior de agrupamentos humanos, construção de identidades coletivas e auto-estima pessoal e social de setores e grupos historicamente discriminados e oprimidos. Tais conquistas são permeadas por processos educativos, tanto dos participantes diretos de tais movimentos, quanto das pessoas e grupos atingidos por sua ação e da sociedade. Multiplicaram-se no Brasil durante a década de 80 e principalmente nos anos 90, progressiva ampliação e diversificação das organizações populares, com diversos modelos de organização, formas de mobilização, bandeiras de luta e processos de formação das lideranças populares.

3.1 Os movimentos sociais do campo e a Educação Popular

A história da educação popular está nos movimentos operários do século XX; nas mobilizações e nos movimentos de massas quando da possibilidade de reformas estruturais de base, sob os ditames dos governos militares, durante a articulação de resistência e confronto

ao regime ditatorial; no movimento de redemocratização, que possibilita a retomada do sindicalismo combativo e no surgimento dos Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação, que intensificam sua atuação também no campo da educação, a partir da formação e escolarização de seus quadros e de suas bases. Esta atuação está diretamente ligada aos processos desenvolvidos na Educação Popular.

Governo Getúlio Vargas na década de 1930 assume para o Brasil um projeto liberal de desenvolvimento, de substituição de importações, pela produção nacional, empenhando-se na industrialização do país, ou seja, começa a se constituir o projeto de modernidade com consequências para os camponeses e seu acesso à educação.

O processo de constituição do "projeto de modernidade" foi acompanhado desde o início, de uma violência muito grande aos camponeses e aos trabalhadores livres pobres. Havia a necessidade de adequação deste contingente de pessoas à nova formação política, econômica e cultural que ia se conformando. A industrialização e urbanização crescentes iam definindo um novo perfil para a nova sociedade. Progressivamente, mas não de forma linear, os trabalhadores foram sendo privados de qualquer outra possibilidade de sobrevivência que não fosse a venda de sua força de trabalho. Igualmente, foi sendo realizada uma verdadeira revolução cultural no sentido de aceitação da ideologia capitalista do livre mercado e foi utilizada uma permanente política repressiva aos que não aceitavam as novas relações sociais. [...] lembra, ainda, que este processo foi permeado pela violência com os camponeses e de conflitos entre patrões e trabalhadores em todos os níveis: no campo, nas oficinas, passando pelas fábricas e indústrias e atingindo setores de produção em escala local e global. Finalmente, foi necessário assegurar os mecanismos institucionais que permitissem aos indivíduos aceitar as novas relações sociais de forma não conflitiva. (PALUDO, 2001, p. 66, grifos da autora).

A educação proposta pelo Estado burguês, neste momento, já demonstrava os indícios do pensamento escolanovista, representando os anseios de intelectuais liberais ligados à educação, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defendia uma educação pública, laica e gratuita, sob responsabilidade do Estado. Contudo, os liberais, dentre eles os Pioneiros da Educação Nova, consideravam que as desigualdades não eram consequência da lógica de organização do modo de produção capitalista, mas estavam vinculados à esfera política e cultural. Afirmavam que a desigualdade era fruto da distribuição diferenciada de poder e da distribuição desigual das oportunidades educacionais, sendo estas, responsáveis pelas desigualdades sociais, de distribuição de renda e riqueza. Com tal entendimento, a educação vinculada ao projeto de modernidade, na perspectiva dos liberais, se constitui como uma força capaz de sedimentar valores culturais que dão coesão ao tecido social no sentido de manutenção da ordem.

É a partir da industrialização, que podemos vislumbrar o início da Educação Popular, advindo da atuação dos socialistas, comunistas e anarquistas, haja vista o nível de

organização que a classe trabalhadora urbana alcançará a partir da atuação de tais sujeitos. Conforme Saviani (2008, p. 181-182), “Em termos gerais, cabe observar que o desenvolvimento do movimento operário nesse período se deu sob a égide das idéias socialistas, na década de 1890, anarquistas (libertárias) nas duas primeiras décadas do século XX, e comunistas, na década de 1920.”

Assim Paludo (2001) e Saviani (2008) afirmam que os socialistas e os comunistas, relativamente apoiavam as proposições do Manifesto dos Pioneiros, enquanto os anarquistas defendiam uma educação independente do Estado. Sendo que,

Os socialistas preocupavam-se com o ensino técnico – profissional, laico/gratuito e com a extensão do ensino básico – reivindicação básica de suas plataformas partidárias, e eram defensores dos ideais de justiça, igualdade e distribuição de renda. Impedidos de conseguir o poder político, tentavam efetivar suas idéias por meio do movimento sindical que ia se estruturando e mediante a luta, junto às autoridades republicanas, para a criação e manutenção de escolas públicas. (PALUDO, 2001, p. 82).

Dessa forma, conforme Saviani (2008), os partidos políticos vinculados à luta da classe operária passam a defender o ensino popular gratuito, laico e técnico-profissional, reivindicando e fazendo a luta política pelo ensino público, com críticas contundentes à inoperância estatal, no que se refere à instrução das classes populares, articulando suas forças para a constituição de escolas operárias e de bibliotecas populares. Já para as tendências libertárias, que se expressavam pelas correntes anarquistas e anarcossindicalistas, a educação ocupava posição central,

[...] e expressava-se num duplo e concomitante movimento: a crítica à educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica que se materializava na criação de escolas autônomas e autogerida. No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos. No aspecto propositivoos anarquistas no Brasil estudavam os autores libertários extraindo deles os principais conceitos educacionais como o de “educação integral”, oriundo da concepção de Robin, e “ensino racionalista”, proveniente de Ferrer [...], e os traduzia e divulgava na imprensa operária. Mas não ficavam apenas no estudo das idéias. Buscavam praticá-las por meio da criação de universidade popular, centros de estudos sociais e escolas [...]. (SAVIANI, 2008, p. 182-183, grifos do autor).

Quando o movimento anarquista, entre 1910 e 1922, assume a condição de principal força da classe trabalhadora, a concepção alternativa de educação dos trabalhadores passa a ter então uma nova orientação, constituindo-se no enfretamento em contra posição ao Estado, ao capital e à Igreja. Este movimento passa a desenvolver práticas pedagógicas profundamente associadas às suas propostas de autogestão e liberdade, no seu entendimento, elementos centrais para organização da nova sociedade.

No entanto, com a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas–URSS, após a Revolução Russa de 1917, o movimento operário brasileiro e rearticula em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e no contexto do movimento escolanovista e com isso:

[...] a concepção de Educação Popular emergente vai ter outro direcionamento. Tratava-se, agora, de ir além da luta empreendida pelos socialistas pela escola pública, universal, laica e gratuita e lutar pela escola “unitária”, ou seja, por uma mesma forma de ensino para todos. Igualmente, não se tratava mais de lutar pelo ensino técnico-profissional, e sim para entender e implementar a união do “ensino com o trabalho produtivo”, pela “formação politécnica” e pela administração das escolas com participação dos trabalhadores. (PALUDO, 2001, p. 84).

Para os comunistas, organizados, sobretudo no Partido Comunista Brasileiro (PCB), as suas ações no que se refere à educação, conforme Saviani (2008), estavam vinculadas a quatro pontos básicos:

[...] ajuda econômica às crianças pobres, fornecendo-lhes os meios (material didático, roupa, alimentação e transporte) para viabilizar a frequência às escolas; abertura de escolas profissionais em continuidade às escolas primárias; melhoria da situação do magistério primário; subvenção às bibliotecas populares. Também se dedicou à educação política e formação de quadros. (SAVIANI, 2008, p. 183).

As forças organizadas da classe trabalhadora neste período apresentavam certa objetividade em relação à necessidade da educação de classe e sua relação e incidência no projeto de desenvolvimento, no mundo do trabalho, na qualidade de vida, bem como na capacidade organizativa dos trabalhadores enquanto classe. Dessa forma passaram a concentrar seus esforços no sentido da configuração de um projeto de sociedade, no qual a educação teria papel imprescindível. Sua ação relacionada à educação passou a efetivar-se nos trabalhos de base e de formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Percebe-se que, de alguma forma, essas práticas já associavam a educação escolar ou extra-escolar – informal, não-formal ou alternativa – com muitas das discussões sobre as quais se debruçam os estudiosos e a sociedade hoje. Por exemplo, a educação era associada aos delineamentos do projeto de sociedade que orientava a intervenção teórico-prática dos agentes de mediação; à esfera do trabalho; à melhoria da qualidade e vida; à dimensão organizativa dos trabalhadores; à ação social reivindicatória e/ou transformadora das classes subalternas; à instrução; à necessidade de mudanças na esfera da política e da economia, além da cultural; aos métodos de ensino; à formação humana e com a possibilidade de construção de uma sociedade onde, além da liberdade, se tivesse justiça social. Enfim, a construção de um projeto de sociedade que se diferenciava daquele que ia se firmando. (PALUDO, 2001, p. 86).

E, ao associar o debate relacionado à educação aos problemas e necessidades presentes no conjunto da sociedade, sobretudo entre os trabalhadores, isto produz entre os

mesmos um novo entendimento relacionado à educação, pois ela passa a ser vista também como possibilidade de questionar a realidade objetiva no sentido de construir os questionamentos capazes de compreender a educação como prática social. Prática esta que, conforme Paludo (2001), está imbuída e tem seus vínculos com o contexto geral, mas se faz no cotidiano vivido pelas pessoas concretas. A educação, como prática social estabelecida, é um espaço fundamental de produção individual e coletiva de significados e práticas que tenham como perspectivas a intervenção na vida objetiva e subjetiva dos homens, servindo como instrumento de leitura, análise e intervenção na realidade, concretizando no cotidiano vivido a formação do homem.

Com a instituição do Estado Novo, em 1937, acontece a intervenção estatal no movimento sindical e perda de força dos anarquistas e dos comunistas. Isso aponta consequências para a Educação Popular, que também se desestabiliza, graças à intervenção gradual do Estado, o qual assume a educação formal e começa a objetivar a educação profissionalizante, nos moldes das proposições da Escola Nova, havendo uma dicotomização mais acentuada entre a Educação Tradicional e o Escolanovismo.

Com o fim do Estado Novo de Vargas, o Brasil passa por um período de ampliação democrática, o que possibilita disputa pelo poder entre os nacionalistas e os liberais, em relação ao projeto de desenvolvimento do país. No âmbito pedagógico são desenvolvidas práticas vinculadas tanto à Escola Nova, como à Escola Tradicional, sendo que:

Diante dessas duas correntes que hegemonizaram a educação nessa fase da história das idéias pedagógicas em nosso país, cabe indagar sobre a eventual existência de correntes não-hegemônicas. No campo da esquerda, isto é, no âmbito das pedagogias do movimento operário, a corrente anarquista havia perdido bastante a força que tivera na República Velha. Isso se explica, por um lado, pelo refluxo do anarquismo diante do surgimento e da ascensão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) impulsionados pelo advento da Revolução Soviética, como já se destacou; por outro lado, a iniciativa dos grupos dirigentes de transformara questão social de caso de polícia a caso de política, enquadrando, pelas leis trabalhistas, o movimento operário nas regras do jogo de forças dominante, retirou muito do ímpeto mobilizador do anarcossindicalismo. (SAVIANI, 2008, p. 272).

Entretanto, no final da década de 1950 e início de 1960, a Educação Popular, a partir da inserção de intelectuais e universitários, da valorização da cultura popular e de sua vinculação com os interesses da classe trabalhadora, na disputa entre Escola Nova e Escola Tradicional, distingue-se destas vinculando-se ao movimento de transformação da sociedade, conquistando espaço mais alargado na sociedade brasileira.

Neste período, o governo paradoxal de Jânio e Jango traz a possibilidade de acirramento entre os vários setores vinculados às distintas classes sociais: trabalhadores e burguesia. No interior da Igreja, institui-se um grande embate entre uma ala conservadora, a Tradição, Família e Propriedade; e outra progressista, a Teologia da Libertação. A imprensa, através dos meios de comunicação de massas, posiciona-se claramente em favor da concepção internacionalista/imperialista, questão latente neste momento devido à guerra fria, intensificando ao máximo a implantação de uma ideologia de submissão ao império estadunidense. Enquanto nas comunidades populares, há um grande movimento cultural que desemboca em um amplo processo de conscientização da classe trabalhadora. Isto é verificado nos vários movimentos de Educação Popular que surgiram, quais sejam: Movimento de Cultura Popular (MCP) –; Campanha de pé no chão também se aprende a ler; – Movimento de Educação de Base (MEB); Sistema Paulo Freire; Centro Popular de Cultura (CPC)

Conforme Saviani (2008, p. 317),

A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente.

Com isso, o movimento que se constitui a partir da ampla efervescência popular tem como característica a promoção e o incentivo à educação de crianças e adultos, no âmbito não formal, elevando o nível cultural, entendendo o processo histórico, com relação ao mundo. Tinha como metodologia a leitura da realidade, buscando através da reflexão, elaborar e desenvolver práticas para transformar. Todo esse movimento trazia de maneira objetiva sua intencionalidade política de mudança social. A inserção de intelectuais nos movimentos populares faz com que estes sintetizem vários elementos que contribuem para a construção de um projeto de nação, a partir das necessidades da classe trabalhadora.

Os percursos da Educação Popular, neste período, já identificavam sua resistência em compreender a escola pública como espaço, também, de veicular as transformações sociais. Este entendimento se materializa com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 que conforme Xavier (1990, p. 135) se configurou no:

[...] fato de o texto final aprovado e transformado em lei ter-se revelado o fruto da conciliação entre as propostas em confronto, confirmou a presença, ainda

predominante, das preocupações político-partidárias, a fragilidade das oposições ideológicas entre as elites dirigentes e a importância secundária realmente atribuída por elas ao sistema educacional em si, para a solução dos problemas que as afligiam.

Nesse sentido, o movimento em prol da educação, por parte da classe trabalhadora, ocorrido no início da década de 1960, já traz consigo um entendimento de que a escola pública não vinha trabalhando a leitura da realidade de sua realidade. O documento final da Lei de Diretrizes e Bases Nacional pode ser citado como um dos fatores que impulsionou essa visão em relação à educação pública formal como espaço importante para os processos de mudanças sociais.

Sendo assim, nos anos de 1960, o educador Paulo Freire, sistematiza, de forma consciente e atrelada à luta das classes populares, uma pedagogia anunciada e voltada para os trabalhadores. Conforme Paludo (2000, p. 91), “Pela primeira vez, começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira que leva em consideração a realidade brasileira com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem papel central.”

Konder (2003), com a tomada do poder pelos militares, através do golpe militar, institui-se no Brasil um período de autoritarismo, perseguição política a intelectuais, artistas, lideranças populares, prisões, torturas, exílio, desaparecimentos... o que, se considerado o contexto internacional, refletia as consequências da guerra fria, da divisão entre o mundo capitalista, liderado pelo imperialismo estadunidense e o mundo socialista articulado em torno da URSS. A política econômica deste período se baseava no arrocho salarial e no incentivo para a modernização do capitalismo, abrindo caminho para o aumento acelerado da dívida externa, a concentração da renda em poucas mãos e o alastramento da pobreza e da miséria entre as classes populares. O êxodo rural neste contexto alcançou números alarmantes, o que significou o aumento desgovernado das favelas nos grandes centros urbanos.

Os movimentos sociais no campo estiveram presentes no cenário brasileiro desde os primeiros séculos da formação da sociedade pelos colonizadores europeus, com sua organização, e sua forma de própria de educar. Para Scherer-Warren (1996), a luta pela posse e uso da terra se multiplica a partir da década de 40. Inicialmente ocorrem os movimentos dos posseiros, entre os quais se destacou o Levante de Trombas e Formoso, no interior de Goiás (1948-60), que contou com a mediação do Partido Comunista Brasileiro, que pretendia disseminar o movimento em vista da realização de uma reforma agrária radical. Lutas similares ocorrem no norte do Paraná, a “Guerrilha do Porecatu” (1949-51), e no Maranhão, a “Revolta de Dona Noca” (1951). As Ligas camponesas criadas em 1945, mas abafadas durante a ditadura Vargas, são retomadas em 1954. Todavia, a luta pela terra começa a

ultrapassar o nível das ações localizadas e a empreender articulações regionais ou mesmo de alcance nacional a partir de 1950. É válido ressaltar que esse movimento é resultado de um processo de conscientização que vai se construindo com os trabalhadores em sua forma de interação.

A I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas é realizada em São Paulo, em 1953, e no ano seguinte, durante a II Conferência, é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que inicia a luta nacional por uma reforma agrária ampla, contando com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O início dos anos 60 será o momento da articulação dos diferentes campos de lutas sociais disseminadas no país, mas também o da disputa de sua condução por várias organizações políticas como: a Igreja Católica, PCB, Ligas Camponesas, Movimento dos Agricultores Sem-Terra e o Estado Populista.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais multiplicam-se por todo o país, passando a ser legalizados pelo Estado e unificando-se em 1963 através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Após o golpe militar de 1964, há um período em que apenas o sindicalismo rural continua se disseminando pelos municípios brasileiros, porém com características cada vez mais assistencialistas. A repressão militar explícita ou implícita, sob a forma de ameaça, não permite a formação de outros movimentos sociais no campo até a 2ª metade da década de 70.

Após a instituição da Ditadura Militar há o recrudescimento da ação de desmantelamento das forças populares, o que obriga as forças progressistas da época a ampliarem os trabalhos de base, feitos na surdina, nos quais a Igreja Católica passa a ter papel fundamental, como a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Mesmo considerando o movimento internacional da classe trabalhadora e a intervenção externa advinda das disputas entre capitalismo e socialismo, no contexto da guerra fria, no Brasil durante a Ditadura Militar, a Educação Popular manteve suas práticas, agora com a vinculação muito próxima à Teologia da Libertação.

Já no final da década de 1970, há o ressurgir das forças populares, com a organização do novo sindicalismo, não mais atrelado ao Estado e o surgimento de Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação social.

Sob a égide da virulência opressora e interventora, inclusive nas escolas, (re) emerge o movimento de *educação do popular*, a partir do ano de 1970, tendo como espaço central os locais de moradia e trabalho das classes subalternas. Mais uma vez, é a conjuntura que reforça a ideia de que a educação pública servia mesmopara reprodução da ordem. Endossada principalmente pelas Teorias Reprodutivistas, que

consideram a escola como aparelho reprodutor das ideologias do Estado, esta visão ganha força e é alentada pelo ciclo de ditaduras e o uso parcial da educação escolar pelas elites, sob a égide da ideologia da segurança nacional, em todo o continente latino americano. É nesse momento que a Educação Popular ganha a posição de concepção que associa os processos educativos à ação política e social das classes subalternas com vista à transformação social, apesar e para além da multiplicidade de correntes que a conformam, esta constitui-se a centralidade que lhe confere sentido. (PALUDO, 2001, p. 96, grifos da autora).

A Educação Popular, neste contexto, encontra campo fecundo para constituir-se como teoria pedagógica, tendo o educador Paulo Freire papel fundamental na sistematização de tal concepção, que conforme Saviani (2008, p. 319), constituiu-se como “A expressão mais forte de orientação seguida por esses movimentos e que maior repercussão teve no país e no exterior[...]” Apontado a indissociabilidade entre o político e o pedagógico; a não neutralidade; a não ingenuidade; a sua característica histórica; a sua vinculação com um projeto de desenvolvimento nacional e popular; apostando na organização popular como campo de atuação.

Em meados da década de 1980, a Educação Popular alcança seu auge como concepção pedagógica, assume o método de Paulo Freire como método de trabalho, com o qual as pastorais progressistas da Igreja, Organizações Não Governamentais (ONGs), Sindicatos, Partidos de Esquerda e Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação, buscam na efetivação prática, a partir da reflexão, contribuir para a solução dos problemas sociais. O momento histórico de luta pela redemocratização também impulsionou a ampliação da Educação Popular. Em 1989, com as eleições presidenciais diretas, na qual a classe trabalhadora, identificando aqui, todas as forças populares que desde a Proclamação da República vinham trabalhando na perspectiva de um projeto nacional popular de desenvolvimento, unifica-se sob a égide da estrela do Partido dos Trabalhadores para a concretização de tal projeto.

Tanto o Estado quanto à sociedade civil estão atravessados pela luta de classes. Existe sempre uma luta pelo poder. Na trajetória histórica da educação popular no Brasil, os processos nunca são únicos, mas espaços do embate de classes, das relações entre educação e poder.

A educação popular centra-se na “[...] produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela, da educação de seus filhos e filhas através das escolas comunitárias.” (FREIRE, 2003, p. 30). Isso, entretanto, não deve significar um estímulo ao Estado de se desobrigar de suas funções e responsabilidades, de oferecer a educação ao povo com qualidade.

As relações entre o Estado e os movimentos de educação popular implicam um jogo de confrontação permanente, conflito, contraposição de vetores. Por outro lado, a sociedade civil não é politicamente neutra, mas ao contrário, é o terreno onde os grupos sociais lutam pela hegemonia de suas diferentes propostas de sociedade e de concepções de mundo, sendo expressão da sempre mutável correlação de forças. Nesse sentido, para criar momentos de contra-hegemonia, as alianças continuam necessárias, mesmo manifestando-se de forma mais problemáticas, dadas as diferentes iniciativas políticas que ora perpassam os movimentos de educação popular, às vezes coincidente, outras excludentes.

A partir do final da década de 1970, há um grande crescimento do número de organizações e manifestações no campo. Elas representam uma pluralidade maior de atores sociais e uma diversidade de interesses coletivos.

No percurso histórico da constituição dos movimentos sociais do campo é marcante a luta por uma escola que realmente atenda as especificidades dos diferentes sujeitos que habitam o seu espaço, tendo de fato, uma educação voltada para a cidadania e participação ativa na construção de um projeto contra – hegemônico de sociedade, pois:

O homem é, então, um ser inacabado que se constrói justamente através das relações sociais: o homem é ser social que produz a si em sociedade, transforma a si mesmo e ao mundo num processo em que se presentifica o caráter educativo da práxis humana. (SOUSA, 2010, p. 21).

Assim, a luta pela transformação do homem e da sociedade, a luta pela conquistada cidadania vem sendo o horizonte para o qual os movimentos sociais apontam, ao reivindicarem uma educação pública de qualidade, que atenda aos reais interesses das camadas populares. Assim a educação voltada para uma cidadania ativa – aquela em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam – aparece nas organizações das mais diferentes formas, sendo também uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo. Para Canivez (1998, p. 33), “a escola, de fato, institui a cidadania”, as ações e as concepções do povo enquanto sujeito político exigem “[...] uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política.” (ARROYO, 1995, p. 74).

Essa revisão pressupõe uma compreensão do que seja educação. Uma relação construída em todas as instituições sociais. Uma relação em conjunto. Uma relação que se interage em processos formativos que se realizam nas práticas sociais relacionadas às diferentes manifestações de convivência humana que ocorrem na vida familiar, no trabalho, no lazer, na participação política e no aprendizado escolar.

Mas é necessário afirmar que no decorrer da história da humanidade vem se demonstrando que a formação humana, não está dissociada das atividades que os homens desenvolvem para produzir suas vidas e mundos, tornando-se, na modernidade, a educação escolar, separada do mundo do trabalho embora determinada pela organização dos processos produtivos (RIBEIRO, 1997). A relação entre cidadania e educação, mais precisamente, nas condições em que se constitui o cidadão deve pautar-se pela compreensão da educação necessária à tal constituição. Há uma luta no interior dos movimentos sociais, apoiada pela educação popular e inspirada na cidadania.

A cidadania vinculada à democracia, sistema de governo experimentado pela primeira vez em Atenas, na Grécia, que cria condições para racionalidade do pensamento. A necessidade de teorizar sobre educação nasce do conflito entre os que consideram filósofos vinculados à aristocracia ou aos excelentes – aristoi – e os que são identificados pejorativamente como sofistas vinculados ao povo – demos. Estes introduzem a instrução intelectual aos filhos dos novos-ricos, que não tem acesso a Academia, na qual os filósofos realizam a formação associada à produção do conhecimento político-filosófico, restrita aos cidadãos. É uma educação determinada pela classe à qual o indivíduo pertence e pelo papel e funções sociais que deve desempenhar. Na base do conflito está a luta entre as classes proprietárias de terras e as classes emergentes para definir quem pode – e para isso deve ser educado – e quem não pode ser cidadão.

Platão (1975) em *A República*, estabelece uma relação entre educação e cidadania. Delineia uma utopia pedagógica cuja realização depende de uma transformação radical do Estado. Nessa sociedade ideal, a educação corresponde ao desenvolvimento de faculdades e virtudes adequadas às funções que os indivíduos exercem e é essa adequação que produz a justiça, com cada um desempenhando, de maneira satisfatória, a função para a qual é mais apto. Aos filósofos, que cultivam a razão, caberia governar a sociedade.

Se Platão tem para a educação e a cidadania modelos ideais, perfeitos e distantes da realidade, Aristóteles pensa a partir das questões concretas e, ao mesmo tempo, produz uma síntese da filosofia de seu tempo. Aristóteles (1973), destaca a filosofia como a mais alta de todas as ciências, reservadas à formação do homem justo, o cidadão. Para Aristóteles (1977), somente o Estado poderá oportunizar o pleno desenvolvimento dos valores morais “uma vez que todos pertencem ao Estado de que cada um é parte”. Portanto, a educação tem caráter público.

A questão da cidadania na constituição do Estado moderno, toma a igualdade e a liberdade como direitos reivindicados pela burguesia e a disputa pelo espaço público com a

nobreza e o clero, a centralização do poder e a soberania são questões definidoras do Estado nacional.

A cidadania moderna, vinculada ao Estado-nação e à afirmação da burguesia enquanto classe guarda, em sua definição, elementos comuns e, ao mesmo tempo, diferentes aos encontrados na cidadania grega.

Na realidade atual, o modelo econômico com o discurso de cidadania está alicerçado em um projeto de desenvolvimento concentrador da riqueza, que não difere de períodos anteriores em que o capitalismo não estava em fase tão avançada como hoje, a apropriação da força de trabalho dos assalariados continua necessitando que o ensino dê conta de preparar tecnicamente a sua mão-de-obra. A perspectiva marxista, na análise de Santos (2004), afirma que a educação na sociedade capitalista é um elemento de manutenção da hierarquia social.

Neste contexto da escola como espaço de reprodução da sociedade dominante e espaço de cidadania, em sua natureza e organização deve estar pautado pelo diálogo da organização construída com os movimentos sociais, e assim construir de fato, um processo educativo escolar que contribua para a formação de sujeitos críticos. O sentido da democracia neste processo é:

Algo que se sente no cotidiano, pela possibilidade de igualdade nas relações cotidianas. Sentir-se vivendo em mundo ampliado, ser sujeito da sua história, ter liberdade de usar a palavra, tanto no grupo como fora dele. (FELTRAN, 2005, p. 182).

A vivência nos movimentos sociais é humanizadora e pode ser visualizada como matriz educativa que amplia a vida coletiva. A prática da luta social tem nos mostrado que não se constroem receitas para a luta social, nem as pessoas se formam moldadas em receitas de uma única forma somente. Os movimentos sociais são lócus de educação popular. Em sua organização lutam por direitos associados à dinâmica do trabalho humana.

O homem é homem na medida em que deixa de identificar-se, à maneira dos animais, com a própria atividade vital na natureza; na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana sua, isto é, os meios de subsistência e as relações que estabelece com outros homens ao produzi-la na divisão do trabalho; na medida em que conhece e quer a própria atividade e a configurar como uma relação não limitada a apenas uma parte da natureza, mas, pelo menos potencialmente, como uma relação universal ou onilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico; e na medida, afinal, em que humaniza a natureza, fazendo da história natural e da história humana um só processo modifica-se a si mesmo, cria o homem e a sociedade humana. (MANACORDA, 2007, p. 74).

Partindo deste movimento de relação homem-natureza-trabalho os movimentos sociais estão intrinsecamente ligados ao processo educativo, pois a escola não está isolada do

movimento que a sociedade e o homem se constrói e se constitui. Para Caldart (2004 a) sem movimento não há espaço educativo, sem movimento não podemos construir uma escola do campo que realmente atenda aos modos de vida de seus sujeitos.

A luta social dos movimentos do campo proporciona os elementos que colocam as pessoas em movimento. A pessoa se torna o sujeito da organização, o sujeito das suas próprias formas de sobrevivência. As condições estão na totalidade da luta social, colocando os sujeitos na busca de organizar as partes que forma essa realidade, que não é uma estatização da realidade, mas um Movimento que impulsiona o indivíduo para a reflexão da realidade posta em movimento.

Para Freire (1996) há uma grande tarefa a ser desenvolvida pela escola – libertar-se a si e aos opressores –, nesse sentido em todas as relações construídas nos movimentos sociais, se expressa uma cultura que é construída em toda a história humana e em cada pessoa e que precisa ser reconstruída, num processo inerente ao da formação humana.

Neste sentido, a educação para cidadania coletiva se constrói por dentro do próprio movimento de luta por direitos (GOHN, 1992). Os sujeitos constroem uma identidade político-cultural coletiva e, ainda que estejam separados em suas reivindicações específicas, coletivamente lutam para terem seus direitos de cidadãos respeitados.

No século XVII estiveram presentes no Brasil, os movimentos para libertação dos escravos; neste cenário podemos destacar os quilombos nordestinos que possibilitavam a fuga de negros; como o caso do quilombo dos Palmares. O século XVIII e início do século XIX encontram-se os movimentos que contavam com a participação de proprietários rurais como - Cabanagem, Balaiada, Farroupilha, Praieira -; tais movimentos opunham-se a centralidade do poder político e econômico nas mãos da elite portuguesa.

A partir da década de 1940 a luta pela posse e uso da terra se multiplica, podemos identificar movimentos que aconteceram neste período, como o movimento dos Posseiros: 1948 – 1960, com destaque para o Levante de Trombas e Formoso em Goiás; contou com a mediação do Partido Comunista Brasileiro que tinha como pretensão a realização de uma Reforma Agrária radical. A luta pela terra começa a empreender articulações regionais e nacionais a partir de 1950.

A I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas é realizada em São Paulo, em 1953 e logo no ano seguinte durante a II Conferência, é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola (ULTAB), que se propõe em iniciar a luta nacional por uma Reforma Agrária. Neste movimento fazem parte as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem – Terra (MASTER), em 1960, a partir do Rio Grande do Sul.

Em meio a esta trajetória, a Igreja Católica passa a organizar os camponeses através dos Sindicatos Rurais. A partir daí, o sindicato dos Trabalhadores Rurais se multiplica em todo o país, e em 1963 torna-se legalizado e unifica-se através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG).

Após o golpe militar de 1964, concentra-se um período onde apenas o sindicalismo rural continua a se disseminar pelos municípios brasileiros. Sob forma de ameaça, o militarismo não permite a formação de outros movimentos sociais no campo até a 2ª metade da década de 70.

Entretanto, a sociedade civil não acompanhou passivamente tais acontecimentos, com a ditadura militar no final dos anos 80 fez ressurgir os movimentos sociais, as lutas pela democratização do país e pela reforma agrária, merecendo destaque as discussões em torno das condições de vida e trabalho de quem vive e trabalha no campo.

Destacam-se aqui, as pressões dos movimentos sociais do campo, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG), criando um processo de lutas que objetivava a implantação de um projeto popular para o campo, garantindo um movimento de humanização sócio-cultural das diferentes populações que habitam o campo, dando destaque à educação básica.

Na década de 1990, com o processo de descentralização das políticas públicas, com a municipalização, a elaboração e implementação de tais políticas voltadas para o exercício da cidadania é que houve avanço na atuação dos movimentos sociais.

A influência dos movimentos sociais nas lutas dos povos do campo se faz pela incansável luta por melhores condições de vida, para que frente ao poder público possa se estabelecer diretrizes políticas voltadas para a realidade dos diferentes sujeitos que se encontram nas regiões de quilombos, ribeirinhas, de floresta... Uma ação que sofre reações das próprias organizações governamentais e não-governamentais e dos proprietários de terra, numa tentativa de ameaça e de silenciar os movimentos que lutam em prol de melhorias de vida da população, buscando uma vida digna e justa, um processo real de inclusão social e cidadania.

O modelo excludente de desenvolvimento do campo brasileiro se desenvolve no sistema de educação implementado no mesmo, pois durante muitos séculos serviu à classe dominante, priorizando em seus discursos que para o desenvolvimento do trabalho agrícola não seria necessário o letramento. A inexistência de um sistema educacional de qualidade revela diferenças entre a educação ofertada para o meio urbano e para o campo, sendo que até

a década de 1970, a maioria das regiões brasileiras não tinha prédios escolares construídos, ficando na responsabilidade da comunidade, ocasionando o improviso de locais para o funcionamento das escolas.

Historicamente, a educação do campo não teve diretrizes políticas e pedagógicas específicas, nem investimento financeiro que possibilitasse a institucionalização e manutenção de escolas para todos. Sempre foi tratada como política compensatória, garantida através de projetos e programas fundados para a realidade urbana.

A organização dos movimentos sociais do campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) reconhecendo a problemática da Reforma Agrária, vem fortalecendo as preocupações para com as mudanças sociais, políticas e econômicas, colocando em pauta a educação do campo. Na década de 1990, com a pressão dos movimentos sociais do campo surgem as discussões em torno de uma Agenda voltada para o encaminhamento de políticas para a educação do campo.

O documento do Plano Nacional de Educação (2011 – 2020) aponta como meta elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar no mínimo doze anos de estudo para as populações do campo. Mais um objetivo complementar a luta dos movimentos sociais do campo que vem historicamente se construindo.

A luta por uma educação voltada às especificidades do povo do campo vem sendo defendida através dos movimentos sociais, não só por suas lutas, bem como pelas parcerias estabelecidas com universidades, organizações não-governamentais (ONGs) e diferentes instituições nacionais e estrangeiras, que tem possibilitado a valorização dos diferentes sujeitos e sua realidade. Um dos resultados desta luta foi a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998), que é um programa de educação para trabalhadores rurais em Projetos de Assentamento da reforma Agrária.

A movimentação em torno do PRONERA foi de grande repercussão e trouxe para a pauta das negociações governamentais a educação do campo. Assim, várias instituições se mobilizaram para a realização da Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”¹⁰ que teve como alvo as discussões em torno do campo, do respeito à vida dos diferentes sujeitos que nela habitam.

¹⁰ Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. As conquistas oriundas desta articulação foram a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004, a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a

Por outro lado, as discussões sobre desenvolvimento sustentável estão presentes nas discussões e importância da educação do campo, gerando assim novas políticas, criação de Conselhos e outros. Como exemplo disso, temos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional Sustentável (CNDRS), que discute uma educação para o campo inserida no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

O Parecer nº 36 de 2001 e a Resolução nº 01 de 2002, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação (CNE) implementa as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhecendo desta forma o papel da educação no desenvolvimento rural sustentável dos estados e municípios, garantindo a prioridade com que a educação da população rural deve estar presente no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

Assim, a importância dos movimentos sociais numa ação provocadora para a educação do campo, envolvendo os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF/MEC), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), as Universidades e instituições de pesquisa, o Conselho Nacional e Desenvolvimento Rural Sustentável, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os demais setores que em união buscam implantar uma análise em volta de um espaço diverso e multicultural que é o campo, contribuindo na estruturação e definição de diretrizes que garantam tais princípios.

No ano de 2003, o Ministério da Educação instituiu um Grupo Permanente de Trabalho para tratar especificamente da educação do campo, objetivando reunir os Movimentos Sociais e as instâncias oficiais para discutir as políticas que realmente possam atender as especificidades destas populações.

Desta forma, a história da educação do campo e da educação de jovens e adultos vem se revelando através dos movimentos sociais que numa luta árdua busca a valorização da identidade cultural das populações do campo.

A educação do campo deve ser tratada “no” e “para”os sujeitos que deste espaço fazem parte, compreendendo que por trás da organização geográfica de cada lugar, encontra-se um povo diferente que necessita ser educado para que através da organização possam se articular, assumindo a condição de sujeitos que problematizam, discute e define propostas de melhorias de seu bem-estar. É no diálogo, na construção de um projeto educativo que se

destaca a identidade cultural de um povo, ajudando no desenvolvimento pleno do ser humano, sua humanização e inserção na crítica da sociedade, reafirmando sempre o compromisso com a participação nos movimentos sociais. Com a participação, os sujeitos se sentem parte do processo, pois:

A rigor, ainda que nem toda participação seja imediatamente política, não há participação que não se oriente por algum tipo de relação com o poder – tanto com o poder dos outros atores quanto com o de determinados centros organizacionais é decisório. Quem participa almeja afirmar-se diante de alguém, sobrepujar alguém, resolver algum problema ou postular a posse de bens e direitos, modificando sua distribuição. (NOGUEIRA, 2004, p. 129).

Participação coletiva, que busca fomentar cada vez mais a cultura própria de sua realidade, de sua identidade, como espaço de ação-reflexão-ação; pois “[...] tanto a escola como a educação rural existem dentro de uma cultura. É dentro da cultura existente que a escola e a educação são construídas.” (BAPTISTA, 2003, p. 38).

A educação popular e o movimento da educação estão imbricados pela sua gênese bem como pela dinâmica em favorecer um processo educativo como ato de liberdade e de superação da desigualdade social vivenciada pelas populações do campo. Os traços históricos do movimento por uma educação do campo bem como o contexto da educação popular no Brasil se faz com a constituição histórica das práticas educativas dos diferentes grupos sociais em ter acesso a educação no campo do direito.

A perpetuação de traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais. A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade brasileira perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária ainda existente. Enredada a esta estrutura, a educação rural não é exceção nas relações que favorecem a exclusão social. Como afirma Leite (1999, p. 14, grifo do autor):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Delinea-se, assim, um imaginário de que, para viver no campo, não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. Esta concepção de educação rural considerava que, para os trabalhadores do campo, não era importante a formação escolar. As “escolinhas” criadas no meio rural, geralmente multisseriadas e isoladas, eram poucas e questionadas quanto a sua eficácia no ensino. Com o processo de urbanização

crescente, a educação rural começa a ser objeto de algumas preocupações de alguns setores ligados à educação. Contudo, algumas iniciativas, de caráter assistencial e outras privadas, defendiam a necessidade de alguma formação para o trabalho agrícola. Também no âmbito público, algumas manifestações se dirigiam a “[...] clamar por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural.” (CALAZANS, 1993, p. 17).

Essa mesma autora afirma que se observam intenções do poder público de prover o meio rural de escolas já no século XIX. Porém, apenas a partir de 1930 é que os programas de escolarização do meio rural ganham corpo. Leite (1999) aponta o forte movimento migratório ocorrido no país no período 1910/1920 como desencadeador de um olhar mais atento para a educação rural, contexto em que surge o “ruralismo pedagógico”, que pretendia uma escola integrada às condições locais, objetivando assim fixar o homem no campo. A idéia de fixação do homem ao campo exaltava de forma romantizada uma educação voltada à “vocação” do país, entendida como agrária. Da terra deveria o homem retirar a sua felicidade e somente nela conquistaria o enriquecimento próprio e do grupo social do qual fazia parte (CALAZANS, 1993).

Esse ideal pedagógico se perpetuará por muitas décadas e podemos dizer que somos seus herdeiros, pois a ideia de uma educação vocacionada ressurge em todos os momentos que a educação do campo é discutida, embora os significados desta “vocação” possam diferir. O entendimento comumente realizado parece estar sedimentado na concepção de educação rural, como aquela que, além de ensinar a ler, contar e escrever, pode incluir técnicas agrícolas em seu currículo e assim estará contribuindo para fixar o homem no campo.

A discussão da problemática da educação rural, na perspectiva dos sujeitos que nela atuam e vivem as ausências de políticas que as contemplem, dar-se-á no bojo do movimento de educação popular, que compreendemos com Paludo (2001, p. 82) “[...] como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas.”

Paludo (2001) situa a necessidade dessa concepção antes mesmo da Proclamação da República, por ocasião dos movimentos operários que se formam e atuam naquele período, e aponta a fundação de bibliotecas populares e escolas operárias para crianças e adultos, mantidas pelas entidades operárias e, também, por recursos oriundos do poder público. Podemos situar que essas iniciativas operárias se situam como precursoras de uma educação popular, considerando-se que nessas experiências são debatidas questões pedagógicas, como o que

ensinar e como ensinar, com a explicitação da educação como atividade inserida nas lutas sociais. A preocupação dos estudiosos socialistas do período, em alinhar o conhecimento científico com a prática do trabalhador, merece destaque, pois funda um dos pilares do que se desenvolverá como Educação Popular no Brasil, inaugurando uma postura política, na defesa de uma educação como prática social que será assumida pelos movimentos sociais, em diferentes momentos de nossa trajetória histórica.

A educação popular, como composição teórico-prática sobre a situação educacional brasileira, se insere nos movimentos sociais que tencionam o Estado. Ao mesmo tempo em que se torna uma prática propositiva, esta composição busca compreender questões educacionais a partir de um quadro político-democrático, no qual se manifestam as lutas pelas transformações sociais a partir da educação, nas dimensões norteadas pela cidadania e pela qualidade de vida. O que é possível esperar desta relação é a transformação, visto que torna a educação inovadora, acreditando que é possível transformar a realidade, a atuação da dominação e a ação do dominador. Com efeito, a pedagogia que Freire propõe encontra pilares nos movimentos sociais, pois, como afirma Paludo (2001, p. 91), “É nos anos de 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares.” Uma proposta que interage o campo popular porque contempla esses grupos sociais, partindo do vivido para propor uma transformação; uma nova forma de vê o mundo.

A possibilidade de pensar a educação a partir das classes trabalhadoras, sob o princípio de uma educação que liberta para além das desigualdades, por meio de um processo dialógico, tornou-se uma das referências para pensar a educação popular. A inserção da proposta de Freire nos anos de 1960 sobreviveu à intensa repressão sofrida pelo povo brasileiro no período da ditadura militar, devido as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), se manterem organizadas pelo setor progressista da Igreja Católica.

A continuidade do movimento para uma educação que respondesse às necessidades das classes trabalhadoras, de reconhecer-se na proposta educativa, possibilita que a proposta de Freire seja tomada nas mãos pelos educadores populares, e nessa apropriação ela se transforma, incorpora outros elementos, vive o que podemos nominar como um fazer-se pedagógico, principalmente a partir do que Frei Beto denomina como “mudança de lugar social”, ou seja, se anteriormente a educação popular estava vinculada ao movimento sindical, agora ela vivenciará outro tipo de relação, já que acolhida e assumida no espaço das CEB. Para Frei Beto, essa mudança é de caráter epistêmico.

Um processo de ressurgimento da organização popular, ocorre em toda a América Latina na década de 1970, com a contribuição do setor progressista da Igreja Católica, adepto da Teologia da Libertação, observa – se neste contexto o nascimento, ou ressurgimento, de movimentos sociais compostos por sujeitos sociais fortalecidos em sua consciência política.

Contudo, o que nos apresenta é que as características desses “novos” movimentos apresentam elementos diferenciados, como sua organicidade, instâncias decisórias, desvinculação de instituições reguladoras e normatizadoras. Essa “renovada” forma de estar em movimento é decorrente do processo formativo em que esses movimentos são construídos, em que a dialogicidade, proposta por Freire, parece ser uma referência.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tornar-se-á, a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo. Um dos seus eixos de proposição e ação é o da educação, que se constituiu como uma necessidade no processo de construção e reconstrução do Movimento. Como aponta Arroyo, na apresentação do livro de Caldart (2000), a relação que o MST estabelece com a educação remete a outros momentos da história. Vejamos:

Penso em um dos capítulos tão fecundos na história da educação latino-americana: a educação popular e o pensamento de Paulo Freire. Eles nasceram colados à terra e foram cultivados em contato estreito com os camponeses, com suas redes de socialização, de reinvenção da vida e da cultura. Nasceram percebendo que o povo do campo tem também seu saber, seus mestres e sua sabedoria. (ARROYO, 2000, p. 14).

Assim, o pensamento de Freire, por estar enraizado na profunda indignação dos educadores, diante dos processos desumanizadores vividos pelos camponeses, encontra-se com o sonho de libertação dos sem-terra que, organizados, se tornam os Sem-Terra, e um dos alicerces da Pedagogia do Movimento situa-se na Pedagogia Libertadora proposta por Freire.

Todo esse movimento percorrido na trajetória de luta dos movimentos sociais do campo nos permite identificar a educação popular como uma concepção pedagógica, um ideário educacional que alimenta um conjunto de práticas sociais, marcadas pela dialogicidade e pela perspectiva de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, que se mobilizam pela transformação social. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba nasce em meio a esse contexto.

3.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba - PA

A região da Amazônia não tem uma tradição vasta e longa em relação à organização sindical da classe trabalhadora rural, pois para Loureiro (1997, p. 136-137):

A dispersão e o isolamento impostos pelas atividades do extrativismo florestal, não propiciaram o desenvolvimento das organizações com vistas à proteção do trabalho. As pequenas comunidades se organizam em torno de um ponto estratégico à beira de um rio, igarapé ou estrada, a partir do qual se instalam e onde se processam as relações sociais em geral e de produção. Contudo como o homem do interior (lavrador, extrativista, pescador, lavrador-pescador, lavrador-extrator, etc.) não havia ainda sido submetido a formas de pressão intensas, como as que começam a se processar mais recentemente na história social da região, a organização sindical e outras modalidades de proteção ao trabalhador não se desenvolveram de forma expressiva.

As antigas formas de organização do trabalho, presentes ainda hoje estão relacionadas ao esforço da produção ou para a organização da vida em comunidade. Desta forma existe a presença do mutirão ou puxirum¹¹, que serviam e ainda servem até nos dias de hoje para realizar atividades que solucionem a necessidade dos moradores de uma região, como a limpeza de um rio, uma estrada, um ramal, prática que consolida a solidariedade no grupo e a vontade em querer sanar as dificuldades vivenciadas.

A história sindical na região Amazônica, mais especificamente no Pará, segundo Loureiro (1997), tem suas raízes na segunda metade dos anos de 1950, quando se criam as associações de lavradores, justamente nas regiões onde a produção agrícola familiar estava estabelecida e consolidada, na Zona Bragantina. Um grande número de nordestinos se fixava na região em função da retirada do trabalho do extrativismo da borracha, e com a crise do produto, foram se somar a outros na região.

A partir da década de 1960, o Estado do Pará passa por mudanças, resultado da política de soberania nacional do governo militar. Com a construção da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1961, com o objetivo de unir o Pará e Brasília concretiza-se a substituição de uma região com uma densidade populacional baixa, por novas populações que surgiam na região. Promover a ligação do Pará com as regiões mais dinâmicas do país provocaria a ocupação da terra, com isso trazendo pessoas que realizassem projetos diversos, como a exploração da floresta, garimpagem e projetos industriais. O deslocamento dos emigrantes nordestinos para a região nesta época é um exemplo; assim as ocupações foram

¹¹ Mutirão segundo as organizações comunitárias de Abaetetuba, PA é o encontro de um grupo de pessoas que se organizam para ajudar outras pessoas na comunidade, na construção de casas, limpeza de ramais, construção de casas comunitárias, dentre outras atividades.

sendo realizadas por pequenos colonos, para que o Governo Federal instalasse pequenas propriedades de agricultores. Assim, também se realizava a ocupação com o capital de empresas, no qual grande parte da terra era ocupada para organização e gerenciamento dos grandes projetos na disputa por capital; fazendeiros, pecuaristas provenientes de outros estados e ocupações espontâneas por posseiros, aumentavam e se concretizavam, mesmo sem título de propriedade.

A Rodovia Transamazônica (BR-230) projetada durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), com o objetivo de integrar melhor o Norte Brasileiro com o resto do País, deu continuidade a colonização da região, sendo que a vida das pessoas que viviam na região se tornou mais difícil, pois o Governo Federal, não garantiu o direito à educação, saúde, e outros direitos de qualidade à população que ali residia.

Assim, durante mais de 25 anos, a colonização da região paraense foi marcada profundamente pela concentração fundiária. De acordo com Silva & Cardoso (2010), as políticas públicas facilitavam a concentração de terras pelos grandes proprietários. A colonização e a integração do Pará estavam ligadas à política de soberania nacional do governo militar que sempre mostrou interesse pela Amazônia. O medo pelo controle internacional da Amazônia era presente por parte do governo.

A partir da década de 1970, o município de Abaetetuba começou sua relação com os movimentos sociais através da Igreja Católica. Uma década após, mais especificamente no ano de 1981 chegam ao município os Irmãos Lassalistas Nestor Deitos, Lídio Becker e Adelino Ferrante – para ajudar a Diocese de Abaetetuba, como missionários ligados à Educação e animação de Grupo de Jovens – Pastoral da Juventude. Com eles, as lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), começaram a refletir sobre o sistema educacional como um todo e as políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal.

Para Loureiro (1997, p. 142):

O trabalho da Igreja junto aos sindicatos nesta fase envolvia, de um lado, a discussão sobre os direitos humanos em geral, os direitos à terra, ao trabalho, à permanência no lugar, aos princípios fundamentais da Teologia da Libertação e mesmo a algumas questões relativas à organização de grupo e sindical. Propunha uma ética humanista, voltada para o social, diferentemente daquela que estava posta pelos sindicatos pelegos e pelo regime político da época; ela até mesmo se chocava com eles, na medida em que contrapunha o humanismo, ao primado da acumulação pelo favorecimento. De outro lado, cuidavam da capacitação do indivíduo preparando-o para ser cidadão cuja ética e retidão morais deviam ficar acima dos interesses pessoais.

Muitas manifestações e conquistas vieram a partir desses movimentos. Destacam-se nesse período:

– A construção do Hospital Santa Rosa com capacidade de atendimento para todo o município de Abaetetuba e os demais municípios da região. Esta ação foi resultado de um abaixo-assinado com 10.200 assinaturas, que através de uma comissão por membros que representavam as CEBs o município - campo e cidade - se responsabilizaram de encaminhar o mesmo às autoridades competentes;

– A invasão do Campo da Aviação - lote de terra na cidade -, com o objetivo de assentar muitas famílias que não tinham moradia;

– O Movimento pela água, melhorias no sentido de garantir a população atendimento de qualidade.

Na região ribeirinha do município de Abaetetuba, o trabalho social da Igreja, avançou significativamente com a chegada do Pe. José Borghesi, cujo objetivo principal era garantir o processo de evangelização nas comunidades ribeirinhas. Em suas atividades incluía visita domiciliar com objetivo de acompanhar a formação familiar. Este processo garantiu diálogos específicos com os líderes e animadores da comunidade, facilitando a participação de todos. A dinâmica de seu trabalho foi totalmente inculcada e vivida, permitindo que as lideranças locais pudessem compreender melhor a realidade que estava presente no seu cotidiano.

No período de 15 a 18 de julho de 1982, foi realizada a 1ª Assembléia do Povo de Deus da Diocese de Abaetetuba, que teve como tema: “Nós Igreja apostamos nos pequenos.” Desta Assembléia resultou o documento final destacando as decisões encaminhadas, tal como mostra o documento:

Nos últimos três dias, vimos os problemas que mais faziam sofrer o nosso povo e refletimos sobre a Palavra de Deus e o exemplo de Jesus Cristo: chegamos à conclusão de que, queremos ser cristãos, não podemos ficar de braços cruzados diante da realidade que nos provoca, pelo contrário, devemos manifestar de maneira bem clara, que nós, Igreja, apostamos nos pequenos. Achamos que os caminhos mais importantes que nos ajudam a resolver os problemas são: a formação religiosa que crie uma consciência crítica e ligue fé e vida; as comunidades e a evangelização. (STRA, 1982, p.3).

O Sindicato foi uma das organizações sociais que teve também o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de Abaetetuba, tendo na organização como na conscientização os trabalhadores para lutarem pelos seus direitos, quanto pela disputa democrática pelo poder de gestão do órgão. As lideranças de terra firme revelaram-se importantes para a conquista do movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A partir do ano de 1999 os movimentos sociais representativos das comunidades assentadas começam a discutir a situação fundiária dessas ilhas já que as mesmas são

consideradas Terras de Marinha. Nesse período, organizam e realizam atuação junto a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) e o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), formando uma parceria para a criação de um projeto de desenvolvimento sustentável das famílias tradicionais das ilhas, baseado no Programa de Reforma Agrária do governo federal.

Do total de 72 ilhas no município, a Comissão Pastoral da Terra(CPT), a Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), a Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Abaetetuba) (ARQUIA), a Colônia dos Pescadores Z-14 e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba, lutaram em favor de 20 ilhas para organizar a sua legalização fundiária – estas ilhas têm aproximadamente, 38 mil habitantes, distribuídos em 61 comunidades eclesiais de base, e são integrantes dos seguintes movimentos sociais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) (Colônia dos Pescadores, Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba, Associação das Comunidades Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba e Comissão Pastoral da Terra.

É válido ressaltar, que a história e atuação do Sindicato estão descrita em seus documentos como: ata de registro das reuniões, boletins informativos, jornal da associação, ofícios, relatórios, depoimentos dos sócios fundadores dentre outros. Entretanto os documentos que foram analisados e estudados minuciosamente, para este registro, não foram suficientes para os fins, sendo necessária a realização das entrevistas com os sócios fundadores.

A mobilização para implantação do sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Abaetetuba, PA, “partiu de uma reunião em casa juntamente com um Senhor chamado João Sena, do Sindicato dos Portuários de Belém, ele veio aqui e fez uma reunião comigo e minha esposa e nós convocamos o pessoal todo, nos anos 60” (SÓCIO F1. Entrevista realizada em 30.11.2012).

E mais ainda, tudo começou com a iniciativa do sindicato constituir-se a partir da base do meio rural, ou seja, a intenção irá implantar o sindicato no Itacupé¹²:

No decorrer do tempo, nós conseguimos montar o sindicato, a gente mandou para a Federação pedindo que a gente queria implantar o sindicato aqui na localidade, mas devido espaço, falta de energia elétrica, não tinha como. A ideia era implantar aqui no Itacupé, porque a gente tinha que se organizar para vê como trabalhar com a nossa produção. Fundamos o sindicato em 72 (SÓCIO F1. Entrevista realizada em 30.11.2012).

¹²A comunidade do Itacupé faz parte das 36 comunidades que compõem a região de terra firme do município de Abaetetuba e está localizada na Rodovia PA 483.

É notório destacar que a necessidade da organização partiu da relação com o universo do trabalho do agricultor. Para Scherer-Warren (2007, p. 7):

[...] as demandas materiais /emergenciais do cotidiano são o fator primário de mobilização das bases do movimento e fundamentam-se na idéia de conquista de direitos humanos para populações rurais consideradas como sujeitos de exclusão histórica no Brasil. Estas lutas se legitimam a partir de sua capacidade de buscar resposta às carências emergenciais de populações rurais(ou de origem rural), e será esta capacidade que irá atrair estas populações a participar nas organizações coletivas. Como a busca de respostas concretas (conquista ou legalização da terra, recursos para produção, direitos previdenciários, saúde pública, educação no campo etc.),requer a negociação direta com o Estado e os governos, o movimento se caracteriza neste momento por seu perfil reivindicativo e a negociação política com o Estado é o que prevalece.

Há a necessidade de resposta concreta para os agricultores. Daí reside a necessidade de se organizarem e com isso buscarem através da reivindicação e negociação junto ao Estado de seus direitos básicos.

A fundação do STRA foi em 30 de julho de 1972. Em seu primeiro registro de ata, denominada Ata de Fundação, há o destaque de que houve a participação de quatrocentas (400) pessoas reunidas em assembléia geral para esse fim, tendo como diretor dos trabalhos o Exmo. Sr. Prefeito Aristides dos Reis e Silva Sobrinho, e o secretário Sr. Olívio Vieira Alencar.

Nesta mesma ata consta que os presentes na assembléia argumentavam e debatiam a necessidade de criar um Sindicato de Trabalhadores Rurais, conforme revela trecho da referida ata: “[...] uma categoria muito sofrida e que até então não tinham ninguém que defendessem seus interesses, assim como cumprirem suas obrigações registradas na legislação sindical (STRA, 1972, p. 1). Assim esta assembleia, demonstrava a necessidade de se organizar para lutar em favor de seus anseios na garantia de seus direitos. Para Feltran (2005), a busca pelo direito no interior de uma organização, associação se faz a partir da compreensão de suas intenções e necessidades.

É suficientemente claro, também, que os movimentos sociais só realizam suas intenções quando projetam na cena pública, forjando campos discursivos e públicos, portanto políticos, que remetem à recomposição das concepções de mundo até então presentes na sociedade. É claro ainda que esses sujeitos não forjam esses campos sozinhos, ou de modo desarticulado de outros atores sociais, mas apenas se e quando estabelecem amplo diálogo com ele. Da constatação da necessidade dessas interações é que se percebe ser necessário, para que haja campos políticos em que se projetem as demandas populares, que as demandas provenientes das camadas que reivindicam dialoguem com o senso comum, interfiram nele. (FELTRAN, 2005, p. 312).

Percebe-se que o STRA em sua organização, estrutura-se juntamente com seus pares para que suas intenções sejam dirimidas em pauta política de reivindicação a fim de que suas necessidades sejam concretamente convertidas em políticas públicas de garantia de seus direitos.

A organização e composição da Primeira Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba foram apresentadas e votadas conforme consta no livro de atas no verso da folha nº 01, de acordo com o descrito abaixo:

- Presidente: Antônio Gomes Cardoso;
- Vice-Presidente: Olívio Vieira Alencar;
- Secretário: Manoel Pereira Leite;
- Tesoureiro: Augusto Manoel Leite;
- Suplentes: Osvaldo Nascimento e Olemito dos Santos Pimentel.

De acordo com os registros das atas, um dos primeiros encaminhamentos tomados pela diretoria eleita foi à solicitação da Carta Sindical uma espécie de “autorização” de funcionamento da entidade ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a qual foi emitida no dia 13 de fevereiro de 1973, registrada no livro nº 69 e as folhas 01 e na Delegacia Regional do Trabalho em 09 de março de 1973.

A pauta defendida pelo STRA nas assembleias de 1973 à 1981 do sindicato eram a prestação de contas financeiras, convênio com a Delegacia Regional do Trabalho, atendimento médico odontológico e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), ou seja, reunião para tratar de questões administrativas e burocráticas.

Segundo falas dos sócios fundadores, durante um grande período o sindicato depois de fundado, ficou nas mãos de pessoas que iam contrárias aos interesses dos agricultores, os chamados Pelegos “Os pelegos tomaram conta do sindicato... os pelegos usavam o sindicato para trabalhar para o governo” (SÓCIO F1. Entrevista realizada em 30.11.2012). “Estes eram os chamados “pelegos”. Mas... o que representava um sindicato pelego? Aparentemente omissos, não correspondia à representação que dele era exigida pelos seus representados.” (LOUREIRO, 1997, p. 140).

No dossiê do STRA, existe um abaixo-assinado datado de 09 de agosto de 1982 encaminhado a Delegacia Regional do Trabalho – Belém/Pará, contendo a solicitação da seguinte pauta: ampliação da participação nas decisões relacionadas à categoria e a fundação da delegacia sindical do ramal do Murutinga, sendo assinado por um grupo de agricultores de várias comunidades agrícolas, denunciando o descaso por parte da diretoria do sindicato uma

vez que não considerou o abaixo assinado encaminhado a diretoria em 25 de janeiro de 1982. O referido abaixo assinado contém a assinatura de alguns sócios do sindicato, que solicitavam a nomeação de alguns trabalhadores para dirigir a delegacia sindical abrangendo as localidades de: Ramal do Bacuri, Murutinga, Pontilhão, Curuperé Miri e Piratuba. A justificativa para criação de delegacia sindical foi à necessidade de se discutir diversos problemas que os atingiam diretamente, tais como: a titulação da terra, os baixos preços dos produtos, o fortalecimento do sindicato, além do número reduzido de sócios que participavam das decisões do sindicato. Aqui se percebe, que há um posicionamento único pelo fortalecimento da organização, como caminho para conquista de seus direitos. “Nesse sentido, a luta por direitos, pelo direito a ter direitos, revelou que, de fato, tinha que ser uma luta política contra uma cultura difusa do autoritarismo social [...]” (DAGNINO, 2000, p. 83). Assim, a luta por direitos se revela como uma luta política.

O citado abaixo assinado acima, apesar de ter sido encaminhado em 25 de janeiro de 1982, só foi discutido na assembléia geral realizada no dia 20 de agosto de 1982, sendo encaminhado nesta, que o “grupo de base”, denominação dada a organização dos associados do sindicato que articulavam e discutiam inúmeros problemas que atingiam os lavradores, pleiteando a criação das delegacias sindicais. Este mesmo grupo apresentaria nesta reunião o número de sócios quites, a indicação de uma pessoa a ser nomeada como delegado sindical e a sede onde funcionaria a referida delegacia sindical. Constavam ainda no ponto de pauta: palestra sobre acidentes de trabalho, titulação da terra, Imposto Territorial Rural (ITR) e contribuição sindical, assim, as pautas de reivindicações começam a ficar extensas.

A existência de um movimento articulado de trabalhadores se dava por conta da insatisfação das decisões tomadas pela diretoria do sindicato, que desconsiderava a participação da maioria dos sócios e que não discutia as dificuldades enfrentadas pelos lavradores na época. Tanto que até os lavradores que formavam essa articulação de luta sindical também se sentiam enfraquecidos, pois segundo registro da reunião com lavradores no dia 25/02/1984, cujo tema destaca indagações dos lavradores sobre a situação da retomada dos trabalhos nas delegacias sindicais, tendo em vista pouco interesse de algumas lideranças ligadas à frente da luta sindical e o desrespeito do presidente do sindicato relacionada às decisões dos sócios, e isso só aumentava o distanciamento dos trabalhadores.

Dando continuidade às análises das atas localizei a primeira indagação referente à educação no ponto de pauta do dia 23 de junho de 1984, folhas nº 19, no entanto, neste consta apenas informações sobre projeto de cinco casulos e merenda escolares sendo os mesmos oriundos de um convênio entre Legião Brasileira de Assistência (LBA), Sindicato dos

Trabalhadores Rurais e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) Esta afirmação aparece apenas como registro, não foi encontrado nenhum documento que comprovasse tal convênio.

Verificando os elementos constantes no dossiê, outra vez destaca-se um abaixo assinado que reivindicava ao Exmo. Sr. João Bitencourt, prefeito Municipal da época; a liberação dos passes livres de ônibus compreendendo o trajeto da localidade de Colônia Nova/Abaetetuba e estrada de Moju/Abaetetuba, contendo o seguinte texto:

Nós, abaixo assinados, somos estudantes das localidades de Colônia Nova, Colônia Velha, Piratuba, Murutinga, Santa Cruz, KM 14 que todos os dias temos que viajar até Abaetetuba para estudar. Somos, como nossos pais, lavradores que muito lutamos para produzir o alimento que abastece a comunidade, pouco ganho recebemos em troca, pois nosso produto é desvalorizado. E além, de tudo, temos que pagar CR\$ 350,00 por dia, para poder estudar, quando o nosso estudo é um benefício da população, pois através da escola queremos adquirir conhecimentos para produzir mais e melhor. (STRA, 1983).

Aqui se analisa que os filhos dos associados se sentem como lavradores, reivindicam seu direito em estudar com a garantia de condições dignas. Para Arroyo (2003, p. 31):

A ampliação da consciência do direito à escola passou nas últimas décadas de nossa história colada às necessidades e às lutas pela melhoria dessas condições básicas de sobrevivência, de inserção no trabalho e na cidade, da reprodução da existência sobretudo da infância e da adolescência popular. Não podemos esquecer desse subsolo material que alimenta tanto os movimentos sociais quanto o movimento operário e que alimenta o aprendizado dos direitos inclusive do direito à escola.

A luta pela educação dos jovens e adultos do campo surge no STRA no âmbito dos filhos dos associados, não especificamente para os associados jovens e adultos, não havia uma preocupação específica com o processo de escolarização dos mesmos, na luta coletiva do movimento.

Continuando a leitura do dossiê há a presença de mais um abaixo assinado encaminhado pelos lavradores ligados à luta sindical ao Prefeito do Município de Abaetetuba Exmo. Sr. João Alberto Bitencourt reiterando o abaixo assinado anterior. Neste último documento os trabalhadores pais de alunas e alunos solicitavam da prefeitura municipal de Abaetetuba segundo argumentos no documento de 03 de abril de 1984, as seguintes questões:

A interferência da prefeitura está se fazendo necessária porque nos contatos que mantivemos com o gerente da empresa, Sr. Nicodemos Gonçalves das Neves, conseguimos a liberação apenas de meio passe, restando para os pais o pagamento de CR\$ 6.600,00 por mês para cada aluno. Levando-se em conta que muitos de nós tem mais de um filho estudando não temos condições de arcar com mais esta despesa, mesmo reconhecendo a boa vontade da empresa particular e que, portanto não tem obrigações com a educação. Por outro lado, sabemos que cabe a Prefeitura a responsabilidade de criar as condições para que nenhum aluno fique sem escola.

Como não existem escolas, a partir da 4ª série, nestas localidades, entendemos que a solução do problema que estamos enfrentando compete também a Prefeitura. (STRA, 1984).

Com mais este documento, há uma reafirmação à luta pela educação dos filhos dos lavradores e lavradoras do STRA, uma preocupação em garantir o processo da escolarização para seus familiares, pensando assim realizar a conquista de melhoria de vida para seus pares.

Como já se evidenciou neste estudo, o documento mestre das reivindicações do STRA é o abaixo assinado e mais uma vez, de posse de um documento desta natureza, datado de 15 de maio de 1984, destinado ao Governador do Estado do Pará o Exmo. Sr. Jader Barbalho, o sindicato expressa suas reivindicações:

Já apelamos para o prefeito e sua resposta foi de que não poderá fazer nada alegando que não se comprometeu com transporte para os estudantes do interior, mesmo sabendo do que já havíamos conseguido a meia passagem com a empresa de transporte e que estávamos solicitando que a prefeitura cobrisse somente o restante, uma vez que não temos condições de arcar com esta despesa, pois muitos de nós tem mais de um filho estudando na cidade e teríamos de pagar mensalmente por cada um CR\$ 6.600,00 até este mês. Como não existem escolas, a partir da 4ª série do 1º grau nestas localidades, apelamos, para que seja colocado o 1º grau nas localidades de Colônia Nova e Colônia Velha. (STRA, 1984, p1).

Apesar de estar presente nos registros do STRA a luta pela educação de seus filhos de maneira não muito enfática, o que se destaca mais fortemente, nas pautas de reivindicação do STRA é o processo de articulação dos lavradores ligados a luta sindical em dar continuidade à organização dos trabalhadores em delegacias sindicais.

Em 08/04/1984, conforme relatório da reunião com os lavradores do Jarumã constatei a seguinte pauta:

- A. Avaliação da situação dos sócios com vista à formação da delegacia sindical do Jarumã;
- B. A situação escolar na localidade Jarumã;
- C. O que ocorrer.

Conforme constava em pauta foi decidido encaminhar documento ao presidente do sindicato solicitando a presença do mesmo na referida localidade para formalizar a fundação da delegacia sindical daquela localidade, tendo em vista que o número de sócios preenchia as disposições legais exigidas para a formação da delegacia sindical, quanto ao ponto B da pauta, segundo o relatório apenas se fez uma discussão inicial sobre a situação escolar, o que veio a comprovar as denúncias que vinham sendo feitas pelos lavradores da localidade, ficando para uma próxima reunião o aprofundamento da questão para se propor

medidas concretas de superação, não ficando bem claro no relatório de quais denúncias se tratava.

O grupo de lavradores vinculados à luta sindical em contato com a delegacia sindical do Murutinga em 12 de abril de 1984, segundo os registros do dossiê, levantam informações bastante problemáticas dos trabalhadores da localidade entre elas a:

1. A delegacia sindical está há mais de quatro meses parada;
2. A delegacia sindical conta com 40 sócios e apenas vinte contribuem mensalmente;
3. A documentação da terra é o problema que está gerando conflitos na localidade vizinha de Sucurijuquara, lavradores tomam iniciativas de realizar demarcação de suas terras;
4. A necessidade de tomar providências quanto a questão dos ramais;

Nesse mesmo documento os lavradores ligados à luta sindical sugeriram procurar resolver os problemas com a mobilização dos trabalhadores partindo das necessidades da categoria e não atribuir ao presidente do sindicato à solução do mesmo, não deixar de encaminhar nenhuma luta e exigir junto à diretoria do sindicato o cumprimento das decisões das assembléias.

E assim, em 13 de abril de 1984 é discutida a proposta de encaminhamentos sobre a documentação da terra nos aspectos da legalização, discutindo o melhor dispositivo legal para ser usado se seria requerimentos normais ou outros. No aspecto político a mobilização da categoria passaria pela formação de grupos de demarcação, para levantar junto aos lavradores sua compreensão sobre a política fundiária do governo, encontro de formação sobre a temática, além de debates das experiências de luta pela terra no município de Moju e Sul do Pará.

Neste mesmo período os lavradores ligados a luta sindical já apresentavam algumas estratégias pela conquista do sindicato, visando às eleições de setembro/1985: intensificar o movimento pela conquista do sindicato em cima de uma nova proposta, formar grupo de direção do movimento que começaria a percorrer as diversas localidades para discutir sua proposta, elaborando um plano de visitas as diversas localidades, pensar em selecionar os possíveis candidatos, traçar um programa de recrutamento de novos sócios e reunir experiências sobre o processo eleitoral (STRA, 1984).

A partir daí, conforme relatório de reunião datado de 31 de maio de 1984 destaca-se que o movimento dos lavradores ligado a luta sindical aparece com denominação Movimento dos Lavradores de Abaetetuba (MLA) acredita-se que este movimento seja outra denominação dada a organização de lavradores, tendo como líderes do movimento os Srs.

Ponciano, Chico Mendes, Sabá, Zé Maria, Enéas e Fleurito, sendo convidado a fazer parte desse grupo o Sr. Libório, tendo em vista sua vivência sindical com os lavradores do município de Moju (STRA, 1984).

O Movimento dos Lavradores de Abaetetuba (MLA), toma frente de seus desafios iniciando, segundo relatório de reunião de 29/07/1984 constante no dossiê, uma série de discussões e um balanço geral do movimento, debatendo a organização dos trabalhadores nas delegacias sindicais. Antes, as possibilidades de participação eram mínimas, no entanto a partir das iniciativas do movimento conseguiu-se realizar assembleias do sindicato, reunir trimestralmente, e até mesmo sugerir pauta.

O relatório apresenta ainda que o Movimento dos Lavradores de Abaetetuba reavaliava sua atuação e observando que se tinha uma meta comum, portanto haveria necessidade de incluir lideranças das ilhas na direção do movimento e partir para realizar reuniões nas localidades, criando-se assim uma agenda de atividades, reuniões (STRA, 1984). Atuavam em vários âmbitos. Em janeiro de 1985 o Movimento dos Lavradores de Abaetetuba articulou uma série de reivindicações que diz respeito à saúde, pois o Centro Médico Nossa Senhora da Conceição não disponibilizava de equipamentos para atender a demanda, portanto caberia ao sindicato tomar as devidas providências uma vez que o convênio estava celebrado entre as duas instituições.

Na página 22/verso 23 do livro de atas, com data de 30 de março de 1985 a pauta da assembléia abordava sobre a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba no 4º Congresso da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), nesse período o grupo de base dos trabalhadores- articuladores de oposição - já estavam bastante envolvidos nos debates e nas assembléias, sendo possível concorrer à escolha de delegados a representar o sindicato no referido congresso, como membro do grupo de base. Com a maioria dos votos foi escolhido o Sr. Elias Kempner e da diretoria do sindicato, o Sr. Wilson Barreto dos Santos.

Continuando as análises, destacam-se as lutas pela recuperação de ramais, limpeza de furo e igarapés, pela demarcação das terras, melhores condições de atendimento pelo FUNRURAL no que diz respeito a aparelhos, atendimento médico e exames especializados continuam sendo parte das pautas reivindicatória do sindicato. E finalmente, em 25 de julho de 1985 dia do Trabalhador Rural o movimento de lavradores de Abaetetuba, faz o lançamento da 1ª edição de seu informativo, destacando em suas manchetes, a decisão da disputa das eleições do sindicato que ocorreu por ocasião do 1º Encontro Municipal dos Lavradores de Abaetetuba nos dias 15,16 e 17 de julho do mesmo ano.

Nas atas encontrei o registro da solenidade de posse da diretoria eleita nas últimas eleições datada de 01 de novembro de 1985, tendo com presidente o Sr. Ponciano dos Santos Fagundes. Neste contexto, o STRA alcança o espaço da direção do sindicato, sendo possível conforme os registros de documentos contidos no dossiê darem os encaminhamentos de suas demandas, como abertura de ramais e vicinais para o escoamento da produção, a regularização fundiária, melhores condições do atendimento a saúde, passe gratuito aos estudantes, construção de escolas na zona rural, garantia dos direitos do trabalhador intensificando as lutas através da mobilização de massa, o direito aos benefícios da previdência social para todos os trabalhadores, ou seja, o sindicato passou a assumir outra postura: a de representar efetivamente os lavradores.

O cenário político na década de 90 é marcado por diversas conquistas dos trabalhadores, inclusive com a nova constituição brasileira. Segundo as atas das assembleias do sindicato a pauta das discussões no início dos anos 90 perpassava pelas questões burocráticas, administrativas e também pela discussão sobre a Feira do Pequeno Produtor.

Em 1991 é realizado 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba tendo os seguintes objetivos: opor-se à atual política agrícola praticada no país que aumenta os privilégios do grande capital e constituir os mini, pequenos, médios agricultores como eternos esquecidos da ação governamental. O 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba defendia também a implantação de uma política agrícola voltada para a valorização dos mini e pequenos produtores rurais e que buscasse responder aos anseios da maioria da população do campo e da cidade, pela redistribuição da renda, pela democratização do poder público, pelo atendimento das necessidades alimentares básicas e pela proteção das riquezas naturais e preservação do meio ambiente.

É a partir do 1º Congresso que o sindicato passa a discutir, propor e decidir em âmbito geral as políticas públicas agrícolas e agrárias, previdenciária, saúde, educação, segurança pública, assistência técnica, financiamento para a agricultura familiar, através da criação dos conselhos municipais além das bandeiras de lutas específicas e a organização sindical da categoria. A nova conjuntura política exigia assim a reestruturação do papel do estado de produtor de ações para gestor e repassador de recursos motivando as privatizações das políticas essenciais aos trabalhadores (GOHN, 2005).

Desta forma para alcançar seus objetivos o movimento sindical de Abaetetuba em seu primeiro Congresso de 1991 elegia as bandeiras de luta que deveria guiar suas ações e orientar uma política de aliança a nível regional e nacional constituindo uma pauta de reivindicação ao poder público. Os documentos do STRA visitados por este estudo não

revelaram a efetiva participação do sindicato em prol de uma educação do campo, nem especificamente pela formação escolar de seus integrantes. Mas, é importante ressaltar que há uma formação intrínseca no processo construído até hoje.

3.2.1 Os caminhos da formação no processo de fundação do STRA

Na época da fundação do sindicato eu era só alfabetizado... quando eu entrei mesmo no sindicato senti a necessidade de estudar, então eu fui para o MOBREAL, estudei só um pouco. Depois alcancei só até a 4ª série (SÓCIO F1, Entrevista realizada em 30.11.2012).

Em 1972 quando começou o sindicato eu já sabia ler. Aprendi a ler com os outros para conhecer as letras, aprendi também na igreja e no sindicato com as comunidades eclesiais de base (SÓCIO F2. Entrevista realizada em 07.12.2012).

A igreja católica me ajudou me tirou da diversão e me ajudou a ser político não tive tempo eu escrevo, leio. (SÓCIO F3 A. Entrevista realizada em 14.12.2012).

A formação escolar no processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba não se deu na escola. De acordo com as entrevistas realizadas com os sócios fundadores ainda existentes, os mesmos afirmaram, o quanto o aprender a ler e escrever foi diferente, deu-se na relação construída com outras instituições sociais como a igreja. Mas de que formação se trata?

Há um processo de aprendizagem desenvolvido no mundo da vida associada à necessidade de ler e escrever. Uma aprendizagem com estratégias próprias; que respeita o tempo particular de cada um. A relação com o mundo do trabalho do agricultor se apresenta como princípio educativo e formador. Para Arroyo (2003, p. 31): “[...] a formação humana é inseparável da produção humana mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança.”

Há uma formação construída no mundo, com o mundo dos saberes, mas que não se distancia das necessidades reais do cotidiano dos trabalhadores rurais. Não se tem uma formação sistematizada numa relação intrínseca com a escola, especificamente com a escola de educação de jovens e adultos. No recorte histórico da fundação do sindicato apresentado nesta pesquisa, percebe-se a ausência da Educação de Jovens e Adultos em suas atividades.

A formação escolar presente no contexto da fundação do sindicato não se apresenta em uma escola e sim, na relação de aprendizagem que acontece no movimento da luta. Seria uma educação popular presente no cotidiano dessa época e ainda presente nos dias de hoje? Uma educação popular que parta dos saberes e com estes problematiza a vida.

Para Gadotti (1996, p. 123), a educação popular: “[...] não pode ser feita pelo poder que silencia, mas dentro dos movimentos sociais populares, dentro dos sindicatos, dentro dos partidos populares não populistas. E através de educadores que façam a sua conversão, o seu suicídio de classes.”

A fundação do sindicato, em todo seu movimento tanto pelos que iniciaram a luta como pelos que perpassam sua organização, trazem traços de um processo educativo, imbricado de relações com a vida. Como é produzido este saber?

Para Freire (2003) há uma leitura de mundo que precede a leitura da palavra organizada, de códigos e funções. E mais, “Toda leitura da palavra pressupõe uma leitura anterior do mundo, e toda leitura implica a volta da leitura no mundo, de tal maneira que ler o mundo e ler a palavra se constituam um movimento em que não há ruptura, em que você vai e volta.” (FREIRE, 2003, p. 15).

Ao entrevistar os senhores Sócio F1, Sócio F2 e Sócio F3, fica clara a presença de uma leitura de mundo que é crítica, e que não nasceu de um “banco” de escola, mas que veio de sua inserção na compreensão da vida. E o que faz ou o que fez a escola com tudo isso? Joga fora? Descarta. A compreensão do mundo e a relação de uma palavra decodificada necessitam ter uma relação entre si. Tal relação nasce do que é construído na escola com o que se traz do universo particular de cada sujeito.

A formação que tenho hoje aprendi na escola da vida porque o sindicato nos ajuda muito (SÓCIO F1. Entrevista realizada em 30.11.2012).

A escola deve falar sobre a sociedade, sobre o sindicato, sobre a vida, senti falta disso e sinto ainda hoje apesar da idade avançada (SÓCIO F2. Entrevista realizada em 07.12.2012).

Não me sinto acanhado em dizer eu queria mais formação [...], formação para viver (SÓCIO F3. Entrevista realizada em 14.12.2012).

Os sócios fundadores do sindicato retratam a necessidade da escola hoje, habitar mais a necessidade da leitura do mundo, da realidade que está ao seu redor. Para Freire (2003), a escola não tem oportunizado este movimento sem ruptura entre o ato de ler o mundo e o ato de ler a palavra.

Desta forma a escola vem perdendo o seu próprio sentido. Não vem se constituindo como um lugar significativo de aprendizagem. Necessita edificar em sua construção um processo de aprendizagem significativa. Pois em relação a sua função social, é necessário que seja construído processos de aprendizagem, onde nestes:

Se criam as condições de possibilidade de cada um manifestar seus pensamentos, compará-los, superá-los, numa nova síntese possibilitadora de decisões coletivas. Aprendizagem que se faz, portanto, num processo de confronto de saberes que se dá na transformação das necessidades populares em demandas sociais e no qual se elaboram propostas para sua satisfação. Transformam-se esses processos em experiências significativas para as pessoas neles envolvidas (SOUZA, 1998, p.23).

Processos significativos de aprendizagem, no contexto da escola de educação de jovens e adultos se fazem a partir da compreensão que “aprender a ler e a escrever pode ajudar uma pessoa a ser livre” (FASHEH, 1999, p. 166).

A educação tem um papel fundamental na vida das pessoas; em compreender onde estão e para aonde vão. Assim, a escola de educação de jovens e adultos necessita ser um lugar significativo na vida dos jovens, adultos e até mesmo dos idosos.

O Sócio F2 relata: “... de 1972 até hoje vivo no sindicato. Tudo luta por um e um luta por todos...”. O lugar do sindicato para ele é significativo, faz parte de sua vida, tem uma relação com o seu trabalho, lhe dá condições de dialogar com o mundo. Como a escola se distancia tanto disso?

A educação de adultos é uma necessidade tanto na comunidade como nos locais de trabalho. É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem á simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização, pois:

Educar jovens e adultos, hoje, não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome. É oferecer-lhes uma escolarização ampla e com mais qualidade. E isso requer atividades contínuas e não projetos isolados que, na primeira dificuldade, são deixados de lado para o início de outro. Além disso, a educação de jovens e adultos não deve se preocupar apenas em reduzir números e índices de analfabetismo. Deve ocupar-se de fato com a cultura do educando, com sua preparação para o mercado de trabalho e como previsto nas diretrizes curriculares da EJA a mesma tem como funções: reparar, qualificar e equalizar o ensino. (ARBACHE, 2001, p. 22).

É importante garantir a escola de EJA seja também um lugar de educação popular. Um espaço de aprendizagem significativa para que o ingresso e a permanência com sucesso sejam realmente vivenciados pelos educandos, que nela estão inseridos.

Nesse sentido Freire como protagonista de uma tendência pedagógica libertadora na educação popular para jovens e adultos, compreende que estes são agentes de sua aprendizagem, ou seja, é ele quem deve decidir sobre o que aprender. Sugere o trabalho com temas geradores os quais devem partir da realidade social e construída com a participação dos educandos como sujeitos autônomos no seu processo de construção do conhecimento.

A compreensão dos aspectos da realidade local dos sujeitos que vivem no campo tem sido compreendida por eles como geradora de conhecimentos. Essa compreensão da realidade dos sujeitos que moram no campo, não pode ser descartada. É uma compreensão de

vida, associada aos seus saberes com sua dinâmica de trabalho e produção. Assim, se constrói uma relação de aprendizagem, que a escola necessita interagir; se relacionar com esses saberes.

Desta forma, os espaços de educação se diferenciam da escola em si. A igreja, o sindicato, as associações; como dialogam com o real, com o vivido, com a organização do trabalho e produção distanciam-se do processo de ensinar meramente a ler e escrever. No contexto deste estudo evidenciamos o sindicato; como um lugar de sujeitos que têm suas histórias, aspectos discutidos no capítulo a seguir.

4 OS SUJEITOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO POPULAR NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA

Nunca estudei na EJA. Não tem. Moro na comunidade Cataiandeua, mas sei ler e escrever. (DEL A).

A educação popular tem sua origem vinculada aos movimentos sociais populares de luta e resistência do povo da América Latina. Ela nasce e se firma como teoria e práticas educativas alternativas às pedagogias e práticas tradicionais e liberais, vigentes em nossos países, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, exploração da força de trabalho e domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se ligada ao empoderamento¹³, organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social.

As experiências acumuladas nos movimentos sociais e organizações populares vislumbram uma educação popular, que se converte num espaço de construção e de novas esperanças, rumos a lutas mais amplas. A partir dos movimentos e organizações populares é possível vislumbrar uma Educação Popular que seja transformada num espaço de construção, e de novas esperanças, rumo às lutas mais amplas no âmbito das quais não haja excluídos. Assim, os movimentos e organizações populares com a resistência e persistência de suas bandeiras de luta têm, a partir da mobilização popular, da articulação dos setores populares organizados da sociedade, suas próprias ideias e convicções cada vez mais fortemente alicerçados em um único objetivo: viver dignamente. Eles vêm galgando os muros do conhecimento, conquistando direito e fazendo uma educação popular identificada com os anseios das classes populares.

As bandeiras dos movimentos e organizações populares estão ligadas a vida e aos sonhos e esperanças de tantos sujeitos, que buscam uma educação popular pensada, refletida e em construção, alicerçada no compromisso, na coragem, na paixão e nas raízes da militância.

Esses sujeitos são os trabalhadores do campo: jovens e adultos, que historicamente tiveram a negado o direito ao acesso a escola. Sujeitos que fazem parte do STRA e que vivem a realidade de ter ou não ter acesso a uma escola que dialogue com sua realidade, uma escola que os levem a contribuir para a transformação social, mas que estão inseridos na escola da vida; o sindicato.

¹³ Compreende-se como uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando envolvidos participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais que lhe devem ser garantidos.

4.1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, PA: de que sujeitos estamos falando?

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba é formado por diferentes sujeitos que se assemelham pelo mesmo objetivo no que se refere à organização, mas que se distanciam pelas suas histórias de vida. O objetivo comum do sindicato: lutar por melhoria de vida da sua população.

Como todo e qualquer movimento social pauta-se na democracia. Os sujeitos se relacionam e buscam viver a democracia.

Para Souza (1998, p. 27):

A pessoa ou o sujeito individual, sendo uma intersubjetividade, funda o fazer dos movimentos sociais populares, sejam eles amplos ou restritos, políticos ou de massa, cristãos ou ateus, mistos ou temáticos. Neste sentido, a pessoa adquire o status de noção e sujeito de um processo de democratização capaz de decidir, coletivamente a modernidade a ser construída. Ganha importância crescente, nesta perspectiva, as questões mais essenciais da existência humana: o pensar, o fazer e o sentir.

De acordo com Souza, podemos identificar que os sujeitos com suas intersubjetividades, independente de sua origem; constroem um processo de democracia com o objetivo de garantir a própria existência humana. O STRA é um espaço popular do povo. Mas de que povo estou falando? As idéias de povo e popular adquiriram no Brasil novas significações de acordo com cada momento histórico. Para Cerroni (1986, p, 116), “[...] povo é tanto um conjunto de entes naturais humanos, quanto um conjunto de sujeitos políticos.” Ressalta ainda, a importância que esses grupos vão adquirindo na vida política (partidos, corpos representativos, associações), assim como na cultura política dos cidadãos que compõem o povo, posto que, “Os cidadãos são, cada vez mais, chamados a se tornarem eles mesmos protagonistas da mediação política.” (CERRONI, 1986, p. 116).

Por sua vez, Doimo (1995), argumenta que em alguns momentos de nossa história o “povo” foi apresentado como um sujeito periférico e suspeito. Em outros momentos ele vai adquirindo legitimidade em suas lutas e passa a ser especificado conceitualmente como segmento de classe:

A classe operária, especialmente a industrial; as massas trabalhadoras do campo, [...] a intelectualidade, passível de desenvolver consciência revolucionária. Sentido de povo amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser vista como aquela que não deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses. (DOIMO, 1995, p. 124).

Nas contribuições dos autores citados distinguimos formas distintas de conceituar povo. Nota-se que o conceito ora aparece como termo designador de grupos de indivíduos dispersos, segregados, ora como a noção de sujeito individual e coletivo organizado e em luta. Outra forma de emprego do conceito remete-o a idéia de uma vanguarda que se manifesta enquanto força política, que, no entanto, está afastada do popular que pretensamente representa. Diante dessa diversidade conceitual, neste trabalho, considero “povo” como designador de sujeitos políticos coletivos, ou seja, “povo” “como possível sujeito de vida política”. (BOBBIO, 1992, p. 987).

Compreendo povo como sujeito político coletivo. O sindicato é formado por grupo de pessoas. Esses sujeitos que estão presentes nas assembléias e reuniões são coletivos. Coletivos que são concretos. Que buscam a "emancipação".

“Nós temos que nos mobilizar se não vamos morrer de tantas angústias...” (DEL I, RODA DE CONVERSA A).

A afirmação acima demonstra que é urgente a luta por melhoria de vida, a busca pela emancipação. Para Marx (2002), emancipação é um projeto que busca a libertação de todos os homens. Há um processo emancipatório em construção por esses sujeitos. Sujeitos que no seu dia – a – dia são: agricultores, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados, pensionistas, aposentados. Sujeitos que buscam uma condição humana emancipatória. Logo, uma educação popular emancipatória é necessária ao processo de educação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba.

Há uma composição interna que os interage; há um princípio articulatório. Há uma relação entre base (todos que compõe o sindicato), liderança e assessoria. Entre meio a este processo, existe uma força social que é resultado do cenário do processo político mais amplo; ou seja, dos princípios articulatórios interno e externo. Este movimento contribui para a ideologia que manifesta o sindicato. Logo, interage é demonstra qual papel que este tem na sociedade.

Neste íterim se vai construindo a emancipação. Adorno (2000) propôs difusão de uma educação política, como o eixo principal de um projeto emancipatório. Emancipar-se significa ter decisões conscientes e independentes, através de uma consciência verdadeira, sendo um dos nexos de uma sociedade verdadeiramente democrática. Emancipação é conscientização, racionalidade e ao mesmo tempo, adaptação dos homens ao mundo, no sentido de orientar homens e mulheres a situarem-se no mundo. Uma educação emancipatória deve desenvolver princípios individuais e sociais – adaptação e resistência – sendo que

Adorno sugere que a educação deve fortalecer a resistência, mais que as condições de adaptação dos homens.

O STRA com os seus sujeitos resiste ao longo de sua história, através das manifestações, denúncias, reivindicações, abaixo-assinado. Teríamos então no sindicato, "sujeitos de resistência, mas também de adaptação".

Esses sujeitos que vivenciam no sindicato – a busca pela democracia e emancipação - são sujeitos de direitos que vivem a condição de sujeitos coletivos. Para Arroyo (2003, p. 38):

Há um dado a não ser perdido na procura das virtualidades questionadoras dos movimentos sociais, eles nos remetem ao perene da condição humana: a terra, o lugar, o trabalho, a moradia, a infância, a sobrevivência, a identidade e diversidade de classe, idade, raça ou gênero. Os sujeitos coletivos que se agregam e põem em movimento se identificam com essas dimensões tão perenes. Eles nos remetem ao enraizamento de nossa condição e formação como humanos: a vida, o sobre – viver, as condições materiais, o lugar, o espaço, o corpo, a raça, a cor da pele, as temporalidades, o gênero, as relações mais básicas entre coletivos. Remetem-nos, sobretudo, a permanência e imutabilidade histórica das condições em que como coletivos produzem sua existência tão precária. Remete a persistência da materialidade onde se jogam as possibilidades de liberdade, emancipação, formação como gente.

Para o autor, os sujeitos coletivos lutam pela própria condição humana. São sujeitos que ao estarem dentro do movimento dialogam com o humano. Com o processo histórico de sobrevivência humana.

O sindicato para nós está sendo um ponto muito positivo na nossa vivência porque através dos assentamentos está sendo resolvido muitos problemas e tá resolvendo um agora porque as nossas terras estavam sendo vendidas por aquele que morou, abandonou, vem embora para a cidade, fora da região ribeirinha, ele quer voltar agora e vender a área que ele diz que é dele, através do sindicato a gente está resolvendo esse problema. (DEL B, RODA DE CONVERSA A).

A fala do delegado sindical demonstra que a luta pela terra faz parte da condição daquele que integra ao sindicato, que não está distante. Demonstra que se sente coletivo para almejar o seu direito. Para Arroyo (2012, p. 33) “Os coletivos não se vêem mais como destinatários; querem se afirmar como sujeitos de direitos. São eles que lutam pela escola do campo, pela escola indígena, por ações afirmativas, pelas cotas [...]”.

Outra condição dos sujeitos que atuam no sindicato é como "sujeito de cultura" que demonstra uma identidade própria construída ao longo dos tempos, como bem relata o DEL J:

A minha formação escolar eu não tive. A minha formação foi da minha livre e espontânea vontade. Pra mim aprender alguma coisinha eu tava com 18 anos e

minha irmã ia casar e naquela época quando casava tinha que ler o álbum do casamento e aí o Padre leu, eu tava lá escutando; aí ele leu: Seu Raimundo da Costa dos Santos recebe a Dona Angelina da Trindade como sua legítima esposa. Ele sendo burro, analfabeto, as suas testemunhas assina seu rol, aquilo a modo que foi dentro de mim. E naquela época eu tava com 18 anos e não sabia fazer o O. Aí eu fui me embora para Belém com minha avó, passei três anos com ela e não arrumei nada. Aí eu disse que ia voltar para junto do papai, pra trabalhar, cortar lenha, porque é só o que eu sei. Aí ela pegou três livros que era a cartilha do povo, o livro Filiberto de Carvalho e outro chamado Paleógrafo; ela disse: Toma meu filho leva isso vai aprendendo pra ti não servi de besta pra quem sabe mais que tu, aí eu vim de lá com aquele livro animado, mas eu não sabia nada, era só pra mim olhar, vê aquelas fotos bonitas e guardava. Quando foi um dia eu resolvi pedir pra meu pai me ensinar. Nessa época eu já estava com 20 anos, aí ele começou a me ensinar, tinha uma letra que essa letra me deu com o pau na paciência que era a dita letra do meu nome, o R, por causa dessa letra eu apanhei muito, fui muito de castigo, porque nesse tempo era rigoroso, tinha a palmatória. Meu pai me ensinava em casa a boca da noite, quando ele tava de prazer, mas quando ele estava invocado, me dava bofetada e dizia: Vai dormi... aí eu fui, fui, fui, até que um dia Deus me ajudou a soletrar o primeiro nome da cartilha aí eu fui conseguindo, quando eu li aquela cartilha, aí eu fui só eu, não precisei mais dele para me ensinar. Aí eu passei para o livro Feliberto de Carvalho, eu li só duas folhas dele, guardei ele e fui para o Paleógrafo, aí tem uma parte dele que tem uma carta que é só uns riscos, quando eu cheguei nessa carta, eu engatei, aí um dia eu disse: Eu vou forrar minha cara, vou apanhar mas vou lá com o papai. Cheguei lá boca da noite e disse pra ele me ensine esse negócio desses riscos, isso aqui eu não entendi. Ele disse que ia me ensinar duas vezes. Na terceira ele disse pra mim lê. Aí eu passei o pau. Numa certa posição eu engatei. Parei. Ele me ensinou. Aí eu aprendi. (RODA DE CONVERSA B).

O relato do Del J demonstra traços da cultura própria das pessoas que vivem no campo. Uma cultura que mostra o jeito de falar, de pensar, de como se relacionar com os outros no espaço do campo. Uma cultura presente desde quando jovem ainda não sabia ler e escrever. Uma cultura rústica. Um modo de viver voltado para o rigor, mas também para a responsabilidade. Uma cultura marcada por traços de identidade plural e diversa. Santos (2006, p. 22) define um conceito de cultura:

Cultura está associada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura. Outras vezes, ao se falar na cultura da nossa época ela é quase identificada com os meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema, a televisão. Ou então cultura diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou a seu modo de se vestir, à sua comida a seu idioma. A lista pode ser ampliada. Já deu tudo o que caracteriza uma população humana.

Santos (2006) aponta duas concepções de cultura, a primeira remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda define mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças de um povo. Os sujeitos que fazem parte do STRA em sua dinâmica de vida demonstram a sua realidade. O seu modo de viver. A sua forma de vê o mundo. Sujeitos que ao contarem suas histórias de vida dão volta à memória e relembram com nostalgia e indignação o tempo vivido.

A cultura é dinâmica. Os sujeitos são dinâmicos. A diferença entre os sujeitos é necessária, é fundamental para a própria condição humana. Daí compreender a cultura dos sujeitos do STRA é compreender a natureza de cada um, a sua origem, a sua história de vida. São sujeitos históricos e sociais. E por serem históricos e sociais vivem no emaranhado da diversidade cultural, que se materializa no universo social; na relação de sujeitos interventores da sociedade. Esses sujeitos, jovens e adultos, têm ou não uma trajetória na escola de jovens e adultos, que deixa marcas em suas trajetórias de vida.

4.2 Entre cruzando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos com o STRA

Os sujeitos que estão vinculados ao STRA, são sujeitos que historicamente tem suas vidas marcadas pela escola através da educação de jovens e adultos; em Abaetetuba, especificamente os sujeitos que fazem do sindicato carregam em suas memórias vivências da escola dissociada de seu modo de vida.

A trajetória histórica da educação de jovens e adultos do Brasil não está distante da educação popular; da prática educativa oriundas das classes populares e que necessitam atualmente ser fortalecidas no interior da sala de aula da educação de jovens e adultos.

Os jesuítas como os primeiros alfabetizadores imbuídos por princípios religiosos transmitiam uma educação oral, de dominação. Paiva (1987), ao analisar os registros históricos da educação nesse período, aborda que sempre prevaleceu uma educação branca, cristã, masculina e alfabetizadora, sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e não alfabetizados, desta forma, uma educação seletiva, discriminatória e excludente.

A revolução de 1930 proporcionou grandes transformações na sociedade brasileira, dentre elas, a promulgação da Constituição de 1934 que menciona o ensino obrigatório, tanto para crianças quanto para adultos. Assim, a educação de jovens e adultos pela primeira vez, rompe com a idéia que predominava no momento, que a escola era necessária apenas para as crianças.

Em 1945, com o fim da ditadura militar de Getúlio Vargas, o país vive efervescência política da democratização, e para sustentar o governo e aumentar as bases eleitorais era necessário oferecer instrução mínima a população. Em virtude disso, em 1947 foi lançada a campanha de Educação de Adultos inspirada no método Laubach.¹⁴

¹⁴ Este método se fundamentava nos estudos de psicologia experimental realizados nos Estados Unidos nas décadas de 1920 a 1930. O Método Laubach de alfabetização de adultos foi criado pelo missionário protestante norte-americano Frank Charles Laubach (1884 – 1970). Desenvolvido por Laubach nas Filipinas, em 1915,

As experiências dessa campanha chamaram atenção de vários países, e no Brasil contribuiu com o desenvolvimento da alfabetização, integrando os adultos iletrados no meio em que viviam, ensinando-lhes fundamentalmente a leitura, a escrita e o cálculo matemático. No decorrer dos anos, outras campanhas foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC -, porém, todas tiveram vida curta, pois mesmo sendo orientadas pela vertente da educação popular, preocupavam-se, mais em erradicar o analfabetismo do que garantir a qualidade da educação e emancipação política e cultural da população (SOEK, 2009).

No final da década de 1950, essas campanhas começaram a ser criticadas por suas deficiências administrativas, financeiras e pedagógicas. Essas críticas contribuíram para uma nova visão sobre a Educação de Adultos no Brasil, que a partir daí passou a ter como referência os pensamentos de Paulo Freire.

Em 1963, Paulo Freire integrou-se ao grupo para a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização, junto ao Ministério da Educação, porém este processo foi interrompido pelo Golpe Militar, que reduziu a alfabetização ao processo de aprender a desenhar o nome. O Governo importou um modelo de alfabetização de adultos dos Estados Unidos, de caráter evangélico: a Cruzada ABC.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que previu a disseminação de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Meses depois, a preparação do plano no Brasil foi interrompida pelo Golpe Militar, implantando “a educação bancária”, que considerava o analfabeto como alguém que não possui cultura ou conhecimento, isto é, considerava o educando como uma espécie de banco no qual o educador deveria depositar o conhecimento. (FREIRE, 1979).

O educador Paulo Freire, desenvolveu um conjunto de ações pedagógicas, amplamente divulgadas e conhecidas, na qual os adultos são concebidos como sujeitos de sua aprendizagem, sujeitos que não têm sua cultura negada, nem tão pouco a sua realidade, pelo contrário, os seus saberes são valorizados e dão origem aos conteúdos de ensino, considerando que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra.” (FREIRE, 1979, p. 42).

subseqüentemente foi utilizado com grande sucesso em toda a Ásia e em várias partes da América Latina, durante quase todo o século XX. Em 1915, Frank Laubach fora enviado por uma missão religiosa à ilha de Mindanao, nas Filipinas, então sob o domínio norte-americano, desde o final da guerra EUA/Espanha. A dominação espanhola deixara à população filipina uma herança de analfabetismo total, bem como de ódio aos estrangeiros. A luta contra o analfabetismo, em todo o mundo, encontrou seu instrumento mais efetivo no Método Laubach. Ainda que esse método hoje tenha sido encampado sob o nome de Paulo Freire. Os que assim procederam não apenas mudaram o seu nome, mas também o desvirtuaram, modificando inclusive sua orientação filosófica. Concluindo: o método de alfabetização de adultos, criado por Frank Laubach, em 1915, passou a ser chamado de “Método Paulo Freire”, em terras tupiniquins. De tal maneira foi bem-sucedido esse embuste, que hoje será quase que impossível desfazê-lo.

Na efervescência do Golpe Militar, várias mudanças ocorreram no campo das políticas sociais, e em especial na Educação de Adultos. Pessoas e grupos que estavam voltados para os trabalhos de educação popular foram reprimidos, e os responsáveis expulsos do país, dentre eles, Paulo Freire. Em 1966, a pressão exercida pelo Governo Militar contra os movimentos de alfabetização foi tão grande, que o governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos de caráter assistencialista e conservador, até os livros que eram utilizados pelos alfabetizadores foram confiscados, porque eram classificados de teor comunista.

No intuito de controlar a população que nesse momento apresentava expectativa de revolta, o governo lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL-, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e possibilitar educação continuada aos jovens e adultos. O modelo de alfabetização proposto pelo MOBRAL utilizava técnicas de alfabetização muito próximas das metodologias utilizadas por Paulo Freire, mas com uma diferença fundamental: o processo de ensino era o mesmo para todo o Brasil. Não eram consideradas as especificidades nacionais, regionais e locais; a autonomia e a conscientização crítica e transformadora iniciada por Paulo Freire, era deixado de lado.

O governo entendia que para obter sucesso no processo de alfabetização de adultos, bastava que os educadores tivessem um bom material didático, acompanhado de um manual – guia para o alfabetizador que tivesse um “treinamento” e seguisse as recomendações didáticas, Isso bastaria para se obter uma qualidade no trabalho pedagógico vinculado ao processo de alfabetização. Em 1985, surge a Fundação Educar que contou com o apoio de organizações não governamentais e empresas na educação de adultos.

Durante o processo constituinte de 1987-88, a participação de instituições sociais conseguiu inscrever na Constituição brasileira atual, a obrigatoriedade do Ensino Fundamental gratuito “inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Art. 208, I) (BRASIL, 1988). Contudo, a partir de 1988, com a implantação de políticas de descentralização do poder; políticas como educação, saúde e assistência social, passaram a ser definidas e executadas pelos Estados e Municípios, contribuindo assim, com descaso na alfabetização de jovens e adultos, principalmente da população rural.

É com a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jontiem, Tailândia em 1990; que se expõe a realidade mundial do analfabetismo de jovens e adultos, sendo exigidas intervenções que proporcionassem maior equidade social nos países mais pobres e populosos do mundo. Devido à suma importância da Conferência, a UNESCO considerou o ano de 1990 como o Ano Internacional da Educação.

No limiar do século XXI, o Brasil apresentava um quadro com 20% da população total, com 15 anos de idade ou mais, em estado de analfabetismo. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/1996, expectativas são criadas na superação do analfabetismo no Brasil. Destaca a Educação de Jovens e Adultos para aqueles que não tiveram acesso aos estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria (Art. 37, Seção V).

Assim, a educação de jovens e adultos em seu contexto, compreende as ações de alfabetização e a oferta de cursos que visem a substituir ou completar a Educação Básica. É a oferta escolar de educação básica para aqueles com mais de 14 anos que não tiveram oportunidade de realizar seus estudos de forma regular. Gadotti (2002, p. 39) enfatiza que é direito do ser humano:

Ter acesso aos conhecimentos necessários à dimensão da educação popular na compreensão geral do ser humano em torno de si e do outro como seres socioculturais através do direito de se expressar e de desenvolver atitudes e valores relacionados à constituição democrática de sua cidadania inserida em seus códigos culturais.

O censo de 2010 do IBGE (2010) apresenta uma população brasileira de 190.755.799 habitantes. Cerca de 32 milhões de brasileiros vivem no campo e encontram-se em desvantagem, tanto em termos de capital físico (recursos financeiros), quanto de capital sociocultural (escolaridade e frequência à escola), em comparação à população urbana. Do ponto de vista do capital físico, a desigualdade de oportunidades fica evidenciada quando se constata que o rendimento médio mensal do trabalhador do campo corresponde a 38% do rendimento médio do trabalhador urbano.

A educação de jovens e adultos se constitui como um espaço educativo diferenciado pelas particularidades de seus educandos. Uma realidade que torna imprescindível a utilização de metodologias diferenciadas, que dialoguem com a realidade vivenciada pelos seus sujeitos. É uma construção heterogênea que se estabelece entre todos, pois deve possibilitar ao educando um espaço democrático de conhecimento, de troca de experiências, objetivando um projeto de sociedade de iguais.

Na realidade histórica de implantação da educação de jovens e adultos em Abaetetuba. No ano de 1997, o Município de Abaetetuba deu ênfase à política de Jovens e Adultos com a finalidade de proporcionar oferta à educação, principalmente àqueles que não tiveram acesso ou que não concluíram seus estudos na idade própria, e de propor aos trabalhadores – jovens e adultos – que estão fora da escola, estratégias que garantam o acesso com sucesso e permanência dos mesmos nas escolas.

Desde a implantação do Projeto Albrás\Alunorte da Vale do Rio Doce, na região, mas especificamente no município de Barcarena - PA, Abaetetuba sofreu um considerável aumento da população local, devido a oferta de emprego, oriundo das empreiteiras que atuavam desde então, na área do projeto. O êxodo rural fez com que surgissem novos bairros, cuja população origina-se também da área rural (terrestre e fluvial) do município, que em sua maioria não tiveram acesso à Educação Escolar. Com a diminuição das ofertas de emprego parte dessa população não teve como retornar ao seu lugar de origem, acumulando-se nos bairros periféricos e área rural, onde atualmente ainda se tem o maior número de jovens e adultos sem escolaridade, ou seja, analfabetos.

Diante dessa situação, surgiu a necessidade de ofertar turmas de alfabetização a essa demanda que começava a exigir meios de escolaridade e procurando as escolas municipais. Veja a Tabela 2:

Tabela 2 – Oferta de Turmas de EJA – URBANA e RURAL

ANO	TURMAS
1997	01
1998	05
1999	05
2000	65
2001	122

Fonte: SEMEC – Abaetetuba – PA – Coordenação de EJA.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, podemos perceber que em 1997, a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, iniciou o atendimento à Educação de Jovens e Adultos com uma turma em uma escola municipal, para atender inicialmente funcionários de apoio-operacional da prefeitura, tais como – vigias, serventes, trabalhadores braçais – analfabetos.

Nos anos de 1998 a 1999, houve expansão para 10 – dez – escolas da zona urbana, no atendimento, devido à municipalização e na época Ensino Supletivo de 1ª a 4ª séries.

No ano 2000 foram atendidas, 65 – sessenta e cinco – turmas, com 1.838 – mil oitocentos e trinta e oito – alunos na área urbana e rural. No início de 2001, a Secretaria Municipal de Educação, recebeu matrícula de 122 – cento e vinte e duas – turmas em 43 escolas, na área urbana e rural, sendo que somente 86 – oitenta e seis – turmas foram possíveis atender, nesse ano, devido à situação das instalações elétricas nas escolas das ilhas e centro, que funcionavam à luz de velas, faróis a gás, baterias ou gerador.

Já nessa época, o alto índice de evasão falta de corpo docente qualificado para atuar de acordo com as especificidades das turmas já existia, assim como formação continuada, material adequado e regionalizado, material didático-pedagógico e escolar, tanto para o professor como para os alunos, problemas com a iluminação elétrica das escolas da zona rural – ilhas e centro –, e deficiência visual dos alunos assim como atendimento técnico pedagógico, dentre outros problemas, emergiam desde então.

O governo Fernando Henrique Cardoso, vetou na Lei do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) os artigos que tratavam especificamente da EJA. O município de Abaetetuba, com incentivos financeiros da rede federal, de 2001 a 2002 amparados pela Resolução\FNDE nº 10, de 20 de março de 2001, a EJA foi financiada pelo Programa Supletivo chamado “Recomeço”, pois os recursos do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Com o desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado - chamado Parâmetros em Ação; pode também ter financiamento para aquisição e reprodução de material didático pedagógico específico, assim como para suplementação de merenda escolar nas escolas – pólo da Educação de Jovens e Adultos – MEC – Recomeço – Supletivo de Qualidade, 2001.

De 2003 a 2006 o FNDE, passa a financiar a EJA através do Programa “Fazendo Escola”, pela Resolução nº 023, que também continuou apoiando ações para formação de professores, de compra de material didático pedagógico para professores e alunos, merenda escolar, compra ou produção, livro didático.

A partir de 2006, com a aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) – a EJA passa a ser inserida nos recursos provenientes desse fundo sendo, portanto, suspenso o apoio financeiro do FNDE por esse motivo. Os recursos passam a ser gestados dentro os orçamentos recebidos pela prefeitura municipal de Abaetetuba pelo Governo Federal, no sistema de colaboração com estados, Distrito Federal e municípios.

Em 2007 a EJA abrangia no município um quadro de professores em número considerado de 270 servidores e 4.868 alunos participando do processo. Já em 2008, o que se constata é o número reduzido de professores que passou a ser de 198, até porque, as turmas foram diminuindo, devido não existirem alunos participantes no processo ensino-aprendizagem.

No ano de 2009 novas ações foram discutidas e implantadas como, por exemplo: o Plano Estratégico de Educação de Jovens e Adultos (PEEJA), com o tema: EJA construindo espaços de cidadania, Plano este implantado pela Prefeitura Municipal de Abaetetuba com o

objetivo de fortalecer a EJA no município, tendo como linha metodológica, a pedagogia de projetos feita nas escolas, tanto da área urbana como área rural.

No ano de 2012 podemos perceber o seguinte quantitativo de alunos listado na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, no ano 2012, no município de Abaetetuba, PA

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
CENTRO	751
ILHAS	1300
CIDADE	2085
TOTAL	4136

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / Setor de estatística.

Como demonstra a Tabela 3 que o quantitativo dos alunos de educação de jovens e adultos encontra-se na região urbana; fica claro a separação de “cuidados” e “benefícios” tanto para a área urbana como rural, tendo ênfase à cidade. Neste sentido, ao que se refere ao capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação da população residente no campo são importantes indicadores da desigualdade social existente entre o campo e a cidade.

Embora a legislação determine a obrigatoriedade da educação para crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, e tenha ampliado a duração do Ensino Fundamental para nove anos, a escolarização das populações do campo ainda apresenta uma situação problemática e desigual.

De modo geral, as escolas apresentam instalações precárias e improvisadas e oferecem apenas o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Aproximadamente 80% das classes são multisseriadas, com professores unidocentes pouco qualificados e mal remunerados. A organização curricular desconsidera os tempos e espaços da vida das pessoas do campo e a sua diversidade sociocultural. Estes, entre outros fatores, têm contribuído sobremaneira com a baixa escolarização no campo, demonstrando a histórica incapacidade do Estado brasileiro em atender dignamente à demanda de escolarização dessas populações. Indicam, também, que a educação praticada no meio rural brasileiro tem contribuído pouco com as necessidades de desenvolvimento das populações do campo.

Historicamente, nem sempre o direito à educação esteve resguardado, nem tem sido automática a assunção do direito à educação como dever de oferta pelo Estado, e em inúmeros momentos a sociedade civil assume um protagonismo essencial na conquista de direitos. Apesar da formulação, o texto constitucional em 1988, em relação à EJA, não se fez

prática. A forma como a política pública a conceitua e como vêm desenvolvendo ações como oferta pública merece atenção, especialmente quando vinculam ações de educação ao utilitarismo do voto, ou defendem este último, sem precisar da primeira.

Neste contexto, cabe a pergunta, quem são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos que também são sujeitos que estão envolvidos nos movimentos sociais do campo na educação popular em sua maioria?

- São aquelas pessoas que as estatísticas colocam entre os pobres e indigentes;
- São as pessoas negras;
- São os moradores das regiões mais pobres;
- São os trabalhadores desempregados;
- São os trabalhadores rurais, um grupo muito grande de sem – terras;
- São as mulheres idosas, vítimas da subcontratação no mercado de trabalho;
- Ribeirinhos, artesãos, quilombolas, indígenas, pescadores, agricultores, assentados.

As mudanças no mundo do trabalho produziram multidões de desempregados e a oportunidade de emprego não existe mais para muitos, com e sem qualificação, com isso ampliando a quantidade de sujeitos que fazem parte do universo da educação de jovens e adultos. Nesta “desordem do progresso” (BUARQUE, 1992), ricos e pobres assustam e se assustam em todas as partes do planeta, em países ricos e em países pobres. Crescem as intolerâncias e as discriminações que fertilizam o ódio por desconhecer o próximo como outro.

Ao dialogar com os delegados sindicais sobre a educação de jovens e adultos os mesmos afirmam:

Nunca estudei na EJA. Não tem. Moro na comunidade Cataiandeuá, mas sei ler e escrever (DEL A. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

[...] Tem EJA na minha localidade, mas não funciona como devia funcionar. Eu não estou estudando porque eles só pegam o nome por interesse agora a aula que deveria ser dada não acontece. (DEL B. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

A EJA tem na minha localidade, eu estudei um pouco, aí elas largaram e nós paremos também (DEL G. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

A EJA hoje tem na minha comunidade tem algumas famílias que estão estudando lá [...] (DEL E. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

Quando teve a EJA eu não estudei, porque na época os meus filhos ainda precisavam de mim e faziam lá te a 4ª série depois tinham que vim para a cidade e aí eu me preocupei mas com os estudos deles.” (DEL I. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

Daí decorre a necessidade de se investir na Educação de jovens e adultos. Pois:

Reside no reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de um direito universal que, em virtude das desigualdades apontadas, lhe foi negado no passado e cujo acesso lhe é dificultado no presente, em razão da opção de desenvolvimento adotada, com enfoque na priorização do crescimento econômico em detrimento da expansão das capacidades da população. (HADADD, 2008, p. 29).

Ao analisar as falas dos delegados sindicais é importante destacar que a negação do direito, não se restringe apenas a oferta da matrícula em EJA, mas também na garantia da permanência com sucesso no processo ensino aprendizagem.

Os sujeitos que fazem parte da educação de jovens e adultos são sujeitos de direito e agentes de processos sociais. Não podendo ser ignorados, vistos como objetos de uma sociedade excludente. A educação de jovens e adultos é um direito universal, consequência do exercício da cidadania como condição para a plena participação na sociedade. Deve ter a preocupação de oferecer aos homens e mulheres as oportunidades de educação continuada ao longo de suas vidas, construindo políticas públicas de forma a fazer da educação de adultos um prazer, uma ferramenta, um direito e uma responsabilidade.

Os jovens e adultos que vivem no campo são rodeados de especificidades e singularidades e são sujeitos coletivos e de direitos. Necessitam de um projeto educativo que revele uma educação apoiada às dimensões do trabalho, da memória, da cultura.

A educação do campo nunca esteve apoiada em políticas públicas que realmente favoreçam a realidade de suas populações. Ao longo do tempo foi se construindo a ideia de que para trabalhar com o campo, não é preciso estudar, apropriar-se de conhecimentos e relacioná-los aos saberes existentes no cotidiano.

A educação do campo não cabe em uma escola, mas, a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses. (CALDART, 2004 b, p.12).

A vivência na EJA não me ajudou muito, até porque não citavam nada sobre o movimento social, cultura, ser militante essas coisas assim ficavam longe da escola. Defender o que é nosso direito ir em busca a escola ainda deixa a desejar. (DEL D. Roda de conversa B).

Caldart (2004 b) aponta que a educação do campo é para além da escola em si, deve fazer parte das relações com a própria condição de vida que vivem os sujeitos do campo.

A educação do jovem e do adulto do campo não pode ser desvinculada das relações de trabalho e produção em que vivem, bem como da luta pela qual os movimentos

sociais se constituem, como protagonista da história de um movimento por uma educação do campo. Pois:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-as na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, ciências e tecnologias disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções e a qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002, p. 41-42).

Neste contexto, a EJA no campo vem vivenciando uma lógica de educação que carrega em sua especificidade as relações de dominação através de sua organização, estruturação e vivência. A escola passa então a ser o lugar das relações de poder, que aliadas ao interesse coletivo ou individual carrega em si uma ideologia nacional. Conforme nos ilustra Apple (2006)

O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente sob a forma das disciplinas ou dos comportamentos que ensinam – as regras e rotinas para manter a ordem, o currículo oculto que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade, etc. O controle é também exercido por meio das formas de significado que a escola distribui: o “corpus formal do conhecimento escolar” pode tornar-se uma forma de controle social e econômico. As escolas não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado. Pelo fato de preservarem e distribuírem o que se percebe como “conhecimento legítimo” – o conhecimento que “todos devemos ter” -, as escolas conferem legitimidade cultural ao conhecimento de determinados grupos [...] (APPLE, 2006, p. 103-104, grifos do autor).

Essa afirmação pode ser ilustrada pela fala de Del C:

[...] as escolas eles não repassam esses conhecimentos para nós, eles tentam abafar a agricultura familiar. Eles até colocam que a agricultura não é um trabalho e o jovem fica com vergonha de dizer que é trabalhador rural e que é filho de trabalhador [...] (DEL C. RODA DE CONVERSA C).

A escola de educação de jovens e adultos vem em sua dinâmica, controlando os sujeitos com ideias de um mesmo grupo dominante, que constrói perspectivas que atendam a lógica neoliberal de educação. Entretanto, os diferentes sujeitos que vivenciam a educação de jovens e adultos no campo são sujeitos pensantes, que em suas especificidades tem seus anseios e objetivos e vivenciam realidades diferenciadas. A diversidade que permeia o cotidiano da educação escolar de EJA necessita construir um movimento contra hegemônico que revele os ideais de sujeitos críticos, participativos e construtores de um espaço que é diverso, mas que se constituem na unidade pela luta dos mesmos objetivos traçados no coletivo.

Neste contexto, pensar uma educação escolar de educação de jovens e adultos do campo que esteja voltado para a libertação, faz-se necessário ter a compreensão de que estes

precisam fazer parte do currículo como mediadores de saberes. A partir daí, o processo educativo necessita contemplar a diversidade de sujeitos que perpassam pelo universo escolar. É necessário ter:

Um olhar sobre os educandos como sujeitos plenos, concretos, em percursos sociais complexos poderá ser um pólo dinamizador da docência. Quando reconhecemos que suas trajetórias sociais, de classe ou de raça dão outras dimensões às promessas da escola, poderemos estar abertos a reinventar nessa docência para garantir seu direito ao estudo, à cultura e ao conhecimento escolar. Não se trata de condicionar suas trajetórias escolares à mudança de suas trajetórias humanas, sociais, raciais, mas de colocar-nos com radicalidade a possibilidade que a escola e o magistério, em seus limites ainda têm, se não de mudá-las, ao menos de capacitar os alunos para bem entendê-las[...] (ARROYO, 2004, p. 104).

Conhecer a trajetória de vida da EJA no campo é fundamental para que atentos ao contexto, possa se construir, relacionar o conhecimento escolar a sua organização pessoal, profissional, cultural de vivência no grupo ao qual está inserido. A escola de EJA é um lugar onde se constrói sonhos e ao mesmo tempo se destrói, é um lugar de anseios, mas também um lugar de desilusões. “[...] nós temos que nos mobilizar senão vamos morrer de tantas angústias[...]” (DEL I. RODA DE CONVERSA C).

A educação como prática da liberdade está associada às relações mediadas com a vida no mundo com o exercício do direito. O mundo fala e se relaciona com o processo educativo escolar. Não podemos pensar que os sujeitos que fazem parte da EJA não pensam, não se relacionam, não tem perspectiva de vida e de trabalho. O seu mundo está associado ao que fazem, ao que pensam e ao que vivem. A escola, inserida neste contexto se vê e se constitui como parte da trajetória de vida destes educandos. Freire (1987, p. 29) afirma que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor.

A partir do momento em que os educandos se reconhecem como sujeitos no mundo, eles conseguem realizar e interagir com o mesmo, propiciando a mudança no contexto que estão inseridos. Acontece desta forma uma superação que deve ser também realizada pela escola. Esta deve fazer parte da construção de uma história social que emerge no cotidiano do jovem e do adulto, não na dinâmica da educação bancária, mas no processo de construção de uma prática que através do diálogo se realize.

Para tanto, a realidade escolar faz-se evidente conhecê-la, para que os educadores e todos aqueles que dela fazem parte se apropriem e se objetive a convertê-la em meta do processo educativo escolar, em que estes indivíduos se encontram. A partir daí, do conhecimento do *lócus* que a escola está inserida, os sujeitos falam, evidenciam-se, tornam-se sujeitos principais na dinâmica de construção do conhecimento, associando ao trabalho, a cultura que vivenciam.

Partindo do pressuposto de que a educação escolar de EJA no campo como prática de liberdade necessita associar o conhecimento da realidade dos sujeitos que estão em seu interior, seu conhecimento de mundo; não se pode deixar de mencionar a necessidade de elaboração e constituição de um diálogo entre sujeitos, que devem mencionar a voz e a vez de quem faz parte da história humana – os educandos.

O diálogo aqui compreendido como relações e inter relações entre sujeitos na construção da história humana, pois:

[...] deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica *apenas* que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma *tática* que usamos para fazer dos alunos nossos *amigos*. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem. Outra coisa: na medida em que somos seres comunicativos, que nos comunicamos uns com os outros enquanto nos tornamos mais capazes de transformar nossa realidade, somos capazes de *saber que sabemos*, que é algo *mais* do que só saber. De certa maneira, por exemplo, os pássaros *conhecem* as árvores. Eles até se comunicam entre si, usam uma espécie de linguagem oral e simbólica, mas não usam a linguagem escrita. E eles não sabem que sabem-pelo menos até agora, cientificamente, não temos certeza de que eles sabem que sabem. Por outro lado, *nós*, seres humanos, sabemos que sabemos, e sabemos também que não sabemos. Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade. (FREIRE; SCHOR, 1986, p. 64-65).

O diálogo deve se constituir como construção social, mediador de relação no mundo e com o mundo. O processo educativo escolar da EJA necessita de diálogo, onde este se constrói com o mundo e com as relações sociais que se efetivam no mundo.

Os jovens e adultos que fazem parte do universo escolar do campo são sujeitos trabalhadores que se relacionam com a cultura e diferentes formas de trabalho e produção. O ribeirinho em sua especificidade na luta com a terra e o rio busca sua sobrevivência. O campo em sua história convive com diferentes especificidades de sujeitos que se desenvolvem se modificam ao longo de sua trajetória. Os sujeitos que fazem parte da EJA são aqueles que não

tiverem oportunidade de educação escolar em seu tempo próprio real, ou seja, no ensino regular, mas que ao longo de sua vida ficou a margem do processo de escolarização. Jovens e adultos que ao vivenciar a escola estão também convivendo com a organização de sua dinâmica de trabalho.

Neste sentido o diálogo que é necessário construir na EJA no processo educativo escolar do campo é um diálogo construído também com a educação popular existentes na vivência dos movimentos sociais. A formação dos professores como um dos aspectos a ser considerado na construção de uma escola que dialogue para e com a vida.

4.2.1 A Prática do Professor da Educação de Jovens e Adultos e a não valorização da Educação Popular

Se a gente convida um professor para ir em uma reunião do sindicato, vai nada não vai mesmo [...] (DEL A. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

[...] os professores são todos de Belém não estão nem aí não querem nada [...]. Nós temos esse tipo de professor já “batemos” nele várias vezes, mas ele não ta nem aí (DEL I. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

[...] A professora está lá só para ganhar dinheiro [...] (DEL H. Comunicação oral, realizada em 26.02.2013).

A educação popular comprometida com a classe trabalhadora é uma educação ético-política e intelectual dessa classe, que pode acontecer em todos os espaços educativos, se for direcionada ao atendimento das necessidades e dos reais interesses das camadas populares.

Os sujeitos que estão na sala de aula de EJA ao estarem vinculados aos movimentos sociais do campo e sua organização, estão fortemente ligados a uma formação ético-política e intelectual. O professor como mediador fundamental no processo de construção do conhecimento e saberes, necessita conhecer e adentrar a realidade que estes sujeitos vivenciam.

Para tanto, ao longo da trajetória de luta por uma educação do campo que valorize a identidade das populações do campo, os mesmo vem se eximindo cada vez mais de seu papel enquanto sujeito histórico e social. As falas destacadas acima pelos delegados sindicais nos mostram três tipos de professores: o professor não comprometido socialmente, o professor que não é da localidade e o professor que garante o seu trabalho apenas pela lógica da sobrevivência.

As escolas de EJA do campo em sua organização atual lutam por um educador comprometido social e politicamente com a escola do campo. A não valorização de culturas, saberes, experiências e o próprio laço construtivo de relações que o homem do campo constrói, faz com que o processo educativo se torne sem valor a sua própria condição de sujeito.

Para Gadotti (2000), a educação deve possibilitar ao homem a discussão corajosa de sua problemática, sendo assim, ganha força para lutar democraticamente com o diálogo constante um com o outro.

Nos escritos de Freire (1997), fica claro o compromisso com a construção de um conhecimento autêntico no interior do processo educativo, um conhecimento que parta da realidade brasileira e que dê respostas aos problemas vividos pelo povo. E mais ainda, a consciência de nosso “inacabamento”, da nossa condição de sujeito histórico. Define também que o que diferencia o ser humano dos outros seres é sua capacidade de dar respostas aos diversos desafios que a realidade impõe. Porém, essa apreensão da realidade não se dá de maneira isolada: “É na relação entre homens e mulheres – e entre estes e estas com o mundo – que se constrói uma nova realidade e que se fazem novos homens e mulheres, criando cultura e fazendo história.” (FREIRE, 1997, p. 51).

É no processo histórico das relações que o professor necessita se constituir enquanto ser inconcluso e que ao dialogar com o outro – aluno – mediando um diálogo que possa evidenciar as relações de organização social e política, luta pelo trabalho, pela terra, pela sobrevivência, pelas condições dignas de vida que ao longo da história das populações do campo sempre estiveram em segundo plano.

Neste sentido, a educação popular deve se tornar um parâmetro do professor da escola de EJA para compreensão da natureza de seus sujeitos e suas historicidades. O professor de EJA necessita compreender que a educação popular se faz pelo potencial de organização da classe trabalhadora, que possui uma essência a contestação do sistema político e da ordem econômica vigente. Gadotti (1983) chama atenção para a educação popular como instrumento de transformação:

[...] a Educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica [...]. Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é essencialmente político que é transformador. (GADOTTI, 1983, p. 162-163).

O professor de EJA consciente da necessidade de uma educação transformadora compreenderá e possibilitará uma prática que vise transformar o sujeito em agente político.

Político no sentido de ser participante ativo na transformação do mundo e da sua história, construir seres humanos e capazes na responsabilidade singular de uma organização coletiva em prol de um projeto de sociedade, que tenha como eixo central o ser humano. Ou seja, tendo como instrumento a educação, trata-se, portanto, de recuperar a humanidade que foi roubada e negada aos sujeitos.

Pensar na dinâmica que esse olhar pedagógico sugere é valorizar em primeiro lugar o saber popular que os sujeitos que fazem a EJA carregam consigo. A análise freireana de educação indica um olhar atento ao futuro esperançoso, na qual é possível sonhar e, acima de tudo, lutar por um mundo possível, necessário e urgente, que contribua para a eliminação das relações hierarquizadas de opressão e exploração do trabalho, dos recursos naturais e da vida.

Para os delegados sindicais a escola se ausenta totalmente de um diálogo voltado para sua dinâmica de vida:

A escola não ensina o conhecimento dos nossos direitos, da luta [...] eles não ensinam, porque eles não fazem parte dessa vida cotidiana que a gente tem [...] (DEL C. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

A escola não diz nem o que é movimento social [...] (DEL F. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

[...] A escola só me ensinou ler e escrever [...] (DEL G. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

[...] Está faltando consciência política para as pessoas e a escola poderia ajudar nisso [...] (DEL I. Comunicação oral realizada em 26.02.2013).

Podemos perceber que os delegados sindicais afirmam a ausência do conhecimento de seus direitos, de sua organização, de seu modo de viver do dia a dia da escola. A ausência de uma “consciência política”. Afirmam ainda que a escola pode contribuir nessa formação. Não pode ser descontextualizada e negar a existência dos saberes do homem do campo. Um desafio para as escolas do campo, principalmente para a escola de EJA, pois necessita romper com a lógica de um currículo fechado ao universo urbano.

Neste contexto, é primordial mediar à relação escolar na EJA entre professor, aluno e o mundo, é se relacionar com o mundo do trabalho e suas formas de organização, é promover uma educação que dialogue com os movimentos sociais. Construir relações com a liberdade, relações com a organização do trabalho, com a organização interna própria de liderança dos movimentos sociais. Os movimentos sociais se constituem em um conjunto de lutas, seja no campo sindical ou popular.

Scherer-Warren (1996), contextualiza o movimento social como uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum. Movimentos sociais são vistos como grupos de pessoas com posicionamentos políticos e cognitivos similares, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de formar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados que passam a competir no mercado das ideias e no sentimento de pertença, são forças sociais atuantes que se manifestam através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor.

Num tempo em que tantas experiências inovadoras de escolas do campo tem se espalhado pelo Brasil, com matizes tão diversos, mas com raízes tão semelhantes, parece extremamente oportuno refletir sobre como as práticas educativas populares, têm contribuído com os ensinamentos para a construção da teoria pedagógica das escolas do campo. A concepção de Educação do Campo que temos trabalhado refere-se a uma multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições, que colocaram como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola.

O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde, à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos. A educação básica somente se universalizou acompanhando esses avanços de direitos. A universalização da consciência dos direitos foi sempre o caminho para a universalização da educação básica. (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 18).

Para os autores o movimento da educação do campo é resultado da luta dos movimentos sociais. A escola tem em seus universos jovens e adultos que estão ligados direta ou indiretamente na organização social de sua comunidade ou localidade. Sujeitos de direitos, homens e mulheres que têm uma trajetória concreta de organização. Essa trajetória é resultado do diálogo educativo que é construída nas relações internas e externas ao movimento social. Acontece um processo educativo que busca a libertação. A escola necessita atentar para esse fazer educativo. Um fazer voltado para a pedagogia libertadora.

A Pedagogia Libertadora prevê uma práxis revolucionária, essencialmente autêntica na condução de uma teoria que não se separa da prática. Ao contrário, se caracteriza

pela ação dialógica que ela estabelece entre si, supõe a superação da visão mecanicista de educação e das dicotomias na relação teoria e prática.

Nesse sentido, é preciso fazer com que o educando se dê conta de seu próprio processo de conscientização, haja vista que ninguém é sujeito da educação de ninguém, a não ser de si mesmo. A educação que acontece no movimento social nos convida a esse processo de reflexão – ação. A escola do campo necessita caminhar juntamente com a educação popular.

Falar de educação popular, nesse contexto, é propor à superação em sua própria prática. É um ato criativo e rigoroso no uso de mecanismos e metodologias na formação de subjetividades individuais e coletivas, na qual anseia a integração de diferentes práticas. A educação popular nos convida a superar a relação de opressão vivida pelos povos do campo. Pois:

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta. (FREIRE, 1982, p. 109-110).

Freire nos faz refletir que a educação para a libertação se dá no coletivo, na relação recíproca entre os sujeitos e na reflexão permanente de sua própria prática.

A escola, através da relação dialógica com os movimentos sociais e sua dinâmica de educação popular, permite aos educandos estarem mais próximos do diálogo com o mundo, daí construirão um movimento contra-hegemônico de sociedade, indo contra a educação bancária sem relação com a realidade, com o mundo. A relação pedagógica, o ato pedagógico se torna significativo, pois educador e educando se apropriam da relação saber – conhecimento, com uma educação realmente cidadã. Pois:

O próximo passo no desenvolvimento de uma noção de educação para a cidadania que focaliza as escolas teria que lidar com a expansão das percepções teóricas dos professores e outros profissionais da educação. Isto é, os professores, que ao invés dos alunos, deveriam representar um ponto de partida para qualquer teoria da educação para cidadania. [...] é importante que os professores situem suas próprias crenças, valores e práticas dentro de um contexto, de forma que seus significados latentes possam ser melhor entendidos. (GIROUX, 1993, p. 253).

Daí a importância dos educadores de EJA na condução de um processo educativo diferenciado, ter claramente de sua compreensão de mundo, do modo como vêem os sujeitos que fazem parte do processo educativo escolar do campo. Esta visão permite que se construa

uma educação que realmente atenda a cidadania e não ao completo serviço de dominação da hegemonia dominante.

Desta forma, ter clara a compreensão do que os docentes de EJA têm de educação do campo é fundamental nesta perspectiva. Que compreensão tem de campo? Como lugar de atraso? Como lugar de coitados, miseráveis? De sujeitos que nascerem para morrer no campo sem qualidade de vida? Ou como sujeitos de direitos, que vivem em diferentes territórios?

A compreensão de campo pode ser mais bem explicitada a partir do conceito de território como lugar marcado pelo humano. São lugares simbólicos permeados pela diversidade cultural, étnico racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. Assim, o desenvolvimento humano e a construção de identidade por meio de vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, a um espaço vivido são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável. O termo “educação do campo” que estamos fortalecendo tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que se tem desenvolvido nos movimentos sociais, na educação popular construída por eles, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 1).

A LDB 9394/96 afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extra-escolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania. Por isso, entende-se que a educação está presente em todos os processos formativos ocorridos ao longo da vida de cada um, dentro e fora da escola. Até mesmo o campo da educação popular.

A relação de diálogo com os movimentos sociais neste processo de educação para a libertação de uma educação bancária, depositária de uma ideologia dominante, é fundamental, pois consubstancia o movimento por uma educação do campo.

Sendo assim, a educação não é – e tão pouco será – neutra, ela sempre trabalhará a serviço de uma ideologia. A educação e a ideologia caminham juntas na construção de crenças, valores e representações simbólicas no interior dos processos educativos. Traduz o

pensamento de uma sociedade, de uma época ou grupo social, traduzindo disputas de ideologias entre as classes que visa tanto à conservação com a transformação de uma sociedade, seja no âmbito da sociedade civil como no campo da sociedade política.

Para Freire (1996, p. 41) “[...] a qualidade de ser política é inerente a sua natureza. É impossível a neutralidade na educação [...]”. A educação não vira política por causa deste ou daquele educador. Ela é política. O STRA é um lugar de formação política.

4.3 E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, PA: o que forma?

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem como objetivo politizar, bem como lutar pela melhoria da qualidade de vida de seus associados. Em seu dinamismo vivencia a educação popular. Busca uma educação que atenda as necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos – conscientes e construtores de sua história.

Dialogar sobre a educação popular no contexto do STRA é dialogar sobre Paulo Freire, que trouxe importantes contribuições sobre os sujeitos que são deixados à margem da sociedade do capital. Mostra-nos a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo.

A proposta freireana de educação apoiada aos princípios filosóficos, políticos, sociológicos, culturais que se pautam nos interesses das classes populares, dos setores oprimidos organizados nos movimentos sociais; o respeito à diversidade cultural; os conhecimentos voltados para a leitura crítica da realidade; o respeito às visões de mundo, vão se evidenciando no campo da educação popular a partir dos seguintes traços: a busca da constituição de relações sociais pautadas na solidariedade, igualdade, participação, na emancipação, colaboração, com vistas à formação de sujeitos autônomos e livres. Nesse sentido:

A educação popular acompanha, apóia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la. (WERTHEIN, 1985, p. 22).

Para o autor a educação popular apresenta-se como um movimento de resistência, como possibilidade de transformação. O STRA em sua organização apresenta um plano de formação aos seus associados, principalmente aos delegados sindicais que são aqueles que representam uma comunidade registrada e cadastrada no sindicato. Aqueles que têm uma relação específica com a comunidade:

O delegado sindical participa da vida social da comunidade, da questão de documentação, a questão da saúde, geralmente somos muito ligados um ao outro (DEL A. Comunicação oral em 22.01.2013).

O delegado sindical faz as filiações, ajuda no auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria...a gente ta lá pra ajudar mesmo (DEL B. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

Como delegada sindical a gente tem a participação nos conselhos, não é só na agricultura, a gente tem participação no conselho da saúde, do idoso, da educação, a gente participa de todos os segmentos de nosso município para discutir e tentar melhorar a qualidade de vida. Apesar que a gente vive oprimido, mas a gente ta lá (DEL C. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

Desta forma, os delegados sindicais se apresentam como representantes de um grupo social, que defende um interesse coletivo para a sociedade. Assim, mesmo envolvidos em várias situações de busca por igualdade social ainda se vê oprimido em relação à luta, mas não se cansam de lutar pelos seus direitos. Dessa forma, as falas vêm corroborar com o que diz Freire (1987, p. 29):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

Esse movimento contra hegemônico para Freire (1987) se dá a partir do momento que o oprimido tenha em sua vida momentos que o leve a libertação. Para ele é necessário:

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor. (FREIRE, 1987, p. 33).

A formação realizada no STRA é pautada por momentos de diálogos com temas específicos para aprofundar a consciência política e social de seus associados. Com os delegados sindicais, a formação acontece de dois em dois meses. Eles se reúnem na própria sede do sindicato e/ou no Centro Tipiti¹⁵. Estas formações trabalham temas específicos de acordo com a necessidade dos seus associados.

Os nossos encontros são de dois em dois meses aqui no sindicato, agora tem outros encontros que acontece no Centro Tipiti inclusive no mês passado passamos três dias lá. A diretoria e outras pessoas fazem a formação nossa. Discutimos sobre a previdência social, política a nível nacional, estadual e municipal. (DEL I. Roda de conversa B).

¹⁵O centro Tipiti fica localizado na estrada de Igarapé Miri. É um centro de apoio aos estudos e formação dos agricultores do município de Abaetetuba-Pa.

É uma formação que trata das necessidades do povo agricultor. Onde se apresenta de maneira clara e concisa, que os delegados sindicais se sentem parte do processo. É uma formação que dialoga com a natureza do indivíduo, com a sua relação como trabalho, a cultura, o social. Uma formação que não deforma o sujeito, mas que amplia sua visão de mundo e de sociedade.

Podemos afirmar que esta formação passa por três momentos:

- A perspectiva diagnóstica;
- A perspectiva problematizadora;
- A perspectiva conscientizadora.

A perspectiva diagnóstica traça o demonstrativo da situação que vive um grupo social, sua realidade em todos os aspectos: social, político, econômico e cultural.

A perspectiva problematizadora define o imediato e urgente. Ao se relacionar com a realidade, se problematiza a mesma e sugestiona a prioridade necessária a um determinado grupo social.

A perspectiva conscientizadora preocupa-se com a formação para a conscientização. Define temas específicos que informe e forme o sujeito a buscar melhorias para os problemas.

Há uma tentativa de uma educação libertadora que não está somente entre os muros da escola. Há uma educação que busca a libertação, a superação de oprimido, mas que ainda é necessário:

A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, senão é auto libertação—ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feitos por outros. (FREIRE, 1987, p. 30).

Há uma interdependência de um com o outro, mas que com o coletivo é possível à descoberta de novos horizontes, como a melhoria da qualidade de vida. O STRA em sua dinâmica de formação associa à leitura da realidade política e social.

Nas afirmações feitas pelos delegados sindicais, o sindicato faz parte de suas vidas:

O sindicato é uma entidade que é muito importante para nós trabalhadores rural porque através do sindicato que a gente trás essa união que nós temos como militante e isso trás muito conhecimento pra nós, nós saber os nossos direitos e deveres ...a gente aprende os conhecimentos através do sindicato. Em outros

lugares não repassam isso pra nós. (DEL C. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

O sindicato pra nós está sendo muito positivo na nossa vivência porque através dele estamos conseguindo resolver nossos problemas [...] (DEL B. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

[...] as pessoas que representam aqui o sindicato na direção...com esses cursos de formação que eles dão pra gente para o delegado sindical ele forma, faz a gente ter conhecimento das coisas, tem coisa que lá no passado não sabia nem por onde ficava, hoje não tenho tanta dificuldade, eu já sei um pouco me desenvolver graças a esses cursos a essas reuniões mensais, que eles vão passando para gente, esse repasse de conhecimentos que eles dão para gente. (DEL D. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

O sindicato é uma universidade muito boa para nós. (DEL E. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

As falas dos delegados nos levam a refletir sobre quatro questões: o sindicato se difere de outros espaços sociais, o sindicato como espaço de solução de problemas, o sindicato como espaço de socialização de conhecimentos e o sindicato como espaço complementar a escola, pelo menos no que tange à formação para a vida.

Em primeiro, o sindicato se difere de outros espaços sociais. A própria natureza de organização faz com que haja este diferencial, esta entidade trata de questões tanto de assistência ao agricultor rural como de natureza de ordem política, social como os casos de moradia, saúde dentre outros. O STRA, com sua origem voltada para a mobilização de agricultores, constrói em seu interior uma identidade de que a consciência crítica se torna pilar para a conquista daquilo que é necessário aos trabalhadores do campo.

Em segundo, o sindicato como espaço de solução de problemas: há uma relação de confiança no STRA, que sustenta a expectativa de que o associado terá pelo mesmo parcialmente seus problemas associados principalmente a aposentadoria como resolvido.

Em terceiro, o sindicato como locus de socialização de conhecimentos: a troca de experiência entre um e outro é presente, experiências que se traduzem em saberes individuais e coletivos, dando significado à força coletiva construída por todos.

E por último, o sindicato como locus de educação "formal". Apontar o sindicato como uma "universidade"; lugar de construção do conhecimento, de pesquisa. Por onde passa tudo isso? Pela relação entre pares e ou pela luta de efetivação de direitos?

Para Silva (2006, p. 62):

A educação é uma prática social que tem como objetivo de contribuir, direta ou intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas, e nesse sentido, os movimentos sociais, como práticas sócio-políticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos tem uma dimensão educativa, a medida que constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e

coletivas que visam a realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano.

Para os delegados sindicais, o sindicato é um espaço educativo que compreende o social, a troca de experiências e até mesmo um espaço que dinamiza relações entre o ensinar e o aprender. Cultivam a esperança:

Sem um mínimo de esperança, não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se “desendereça”, e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a necessidade de uma certa educação da esperança. [...] Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã. (FREIRE, 2003, p. 11).

Para Freire a luta é constante, não se pode ficar de braços cruzados. Em sua visão há um processo de inconclusão entre os homens, mas há também a necessidade de se perceberem como seres inacabados, o que para ele, se dá através de uma humanização e desumanização no processo histórico social.

Toda essa relação que se dá no STRA, acontece no cotidiano como forma de (re) criar as relações educativas e da própria ideia do que seja o processo educativo. Esta compreensão nos leva a refletir sobre os espaços de educação de uma sala de aula de EJA. Permite-nos redimensionar as relações entre educador e educando, no sentido de que ambos coletivamente constroem o saber apoiados na leitura de mundo.

Assim, a escola necessita contribuir para a emancipação social e autonomia de todos aqueles que necessitam incorporar uma prática libertadora, estimuladora de reflexão, de ação na realidade, na construção da autonomia e independência.

Para tanto, a educação libertadora revela-se neste contexto, na relação diferente que se estabelece com o conhecimento e com a realidade, em que o mundo das letras não se dissocia do mundo dos fatos, da vida, da luta, do trabalho. A educação libertadora estimula o ser humano a se mobilizar ou a se organizar. É uma forma de comunicação que provoca o outro a participar, incluindo-o na busca por sua autonomia (SILVA, 2006).

Neste contexto, os delegados sindicais com a relação de confiança existente no sindicato, tornam-se mediadores de formação e informação, diálogo a ser continuado no capítulo que segue.

5 O DIA A DIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA, PA

A educação sozinha não transforma a sociedade. Mas, sem ela, tampouco a sociedade muda ou se mantém. A educação tem um papel fundamental na organização da sociedade, podendo tanto ordená-la, quanto reformá-la ou, até, revolucioná-la. Então, não há uma só forma, tampouco um único modelo de educação.

A educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais, que criam ou recriam uma cultura, que dá sentido às relações humanas. Eles produzem e praticam formas de educação, para que elas mediem, entre todos os que ensinam e aprendem o saber das palavras, os códigos sociais, as regras de trabalho, os segredos da arte, a religião e a tecnologia, que qualquer povo precisa, para reinventar a vida do grupo e dos sujeitos. Está presente em todos os espaços em que há socialização, “A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle de aventura de ensinar e aprender.” (BRANDÃO, 2007, p. 26).

É possível afirmar que a concepção pedagógica e política que sustenta o STRA estão no âmbito da educação popular. Uma educação criada pelas classes populares, através de suas práticas, ou seja, a educação que foi pensada para os trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas constantes para enfrentar as contradições do capitalismo, que dão sustentação aos seus cursos de formação política e escola de trabalhadores.

5.1 A relação de confiança no STRA: um processo educativo

Minha vida é no sindicato. Quando chego aqui é como se fosse minha casa. O sindicato é importante para minha vida (DEL G. Comunicação Oral realizada em 26.01.2013).

Estou no sindicato desde 1985 (DEL H. Comunicação Oral realizada em 26.01.2013).

O sindicato é uma entidade que veio ajudar muito, não só na aposentadoria, ele luta por tudo; pela saúde, educação... tem tanta reunião... mas é preciso, eles estão certo (DEL I. Comunicação Oral realizada em 26.01.2013).

Como podemos observar nos relatos acima, fica claro duas dimensões que demonstram a relação do STRA com os seus filiados: a temporalidade humana, e “o porto seguro”. A temporalidade humana se faz presente no que tange a relação construída desde o tempo de vida ao tempo de vivência no STRA. Há uma relação muito forte entre o que vivo e

faço com o que venho construindo durante toda a história de minha vida. O tempo de vida no sindicato faz parte da história não só de luta de seus sujeitos, mas também de seus descontentamentos, pois a relação no sindicato não é somente de “ganhos”, mas também de “perda.”

O sindicato é lugar de conflitos de ideias, é um espaço político. Pois, para Loureiro (1997, p. 154):

Os sindicatos têm uma atividade que é sobretudo política e que envolve a articulação, a negociação, a intermediação, os acordos, as reivindicações, as críticas, as exposições, o acompanhamento de processos, pedidos, correspondências, denúncias e inúmeras outras, diretamente junto as autoridades do Estado. Estas ações não se revestem de um caráter administrativo, mas sim político. Exige permanente negociação. Isto porque os canais usuais da burocracia não são permeáveis às demandas dos grupos e classes subordinados da sociedade e os setores intermediários e inferiores da burocracia da sociedade e os setores intermediários e inferiores da burocracia estão, eles também, impregnados das noções e práticas de exclusão social que se viabilizam através dos organismos a que eles estão vinculados.

É neste espaço político que os filiados do sindicato sentem-se parte e integrantes dos conflitos, mas ao mesmo tempo construtores da história de superação. O tempo de cada sujeito que faz parte do STRA se encontra com a sua ideologia própria. São temporalidades diversas, de natureza e especificidades contrárias uma da outra, que por se encontrarem distintas partindo do tempo vivido na e pela história de cada um se materializam diferentemente no coletivo do sindicato.

O espaço político que o STRA ocupa na sociedade é um espaço que sempre é visto como o lugar da resistência, da oposição ao governo, mas um espaço de relações e forças para garantir o direito dos seus associados. Como bem afirma o Del H: “A relação entre o sindicato e a aposentadoria é muito forte [...]” (RODA DE CONVERSA A).

A confiança que os associados do STRA têm em sua estrutura se dá devido a estes visualizarem os benefícios que foram mediados e conquistados através da organização interna do sindicato. A efetivação da aposentadoria para os associados faz com que o sindicato tenha uma fidedignidade com aqueles que estão regularizados¹⁶ junto a sua secretaria.

Este porto seguro que resolve e encaminha os benefícios dos seus associados, faz com que o STRA se coloque como lugar de destaque na vida desses sujeitos. Veja o que diz o relato do Sócio F2 “de 1972 até hoje vivo no sindicato” (RODA DE CONVERSA C). Viver

¹⁶Estar regularizado junto à secretaria do STRA significa estar em dias com mensalidade; contribuição financeira mínima para colaboração com as despesas do STRA.

no sindicato como sua própria casa. Um lugar que lhe aproxima de seus direitos garantidos. É um porto seguro. É ter certeza que com o STRA às questões pertinentes à melhoria de vida serão mais bem encaminhadas e almejadas.

Trata-se de uma relação que evidencia que as políticas que o STRA vem desenvolvendo são aquelas que possibilitam à lutas políticas e sociais, onde a liberdade e a autonomia sindical; pilares para a construção de um sindicato de luta, de massa, de organização e representativo da categoria, foram fundamentais na superação de uma organização meramente assistencialista.

Todo esse processo de passagem do campo do assistencialismo para o campo das lutas pela garantia do direito de todos e para todos, no campo da saúde, educação, moradia, dentre outros tem contribuição para a educação popular que permeia o cotidiano do STRA. Esse processo requer conscientização, liberdade, autonomia. Um processo que se revela nas reuniões, nas assembléias nos tempos de formação que o STRA promove aos seus associados. Como bem afirma o Del B:

O sindicato é um ponto muito positivo para nós porque tem as reuniões que a gente participa, quando não é mensal é de dois em dois meses, sempre tem um curso por ano, dois ou três, isso desenvolve muito a gente porque tem o diálogo ali dentro, vai aprendendo, lutando, muito, o que o colega sabe as vezes eu não sei, mas aquele grupo vai aprendendo e se tornando cada vez mais forte naquilo que faz. (RODA DE CONVERSA A).

A força no grupo vem do coletivo. O processo de libertação passa pela construção coletiva. Uma construção coletiva de consciência de grupo. Consciência de grupo em favor da garantia de direitos. São coletivos populares que se tornam parte da trajetória de vida de seus associados. Pois como afirma Arroyo (2012, p. 30): “A diversidade de movimentos sociais acarreta novas resistências à opressão e a subordinação. Elas funcionam como matrizes formadoras. Humanizadoras. Mostram-se sujeitos pedagógicos. Mostram e afirmam suas pedagogias em ação.”

O STRA é movimento social diverso. Que faz resistência à opressão e à subordinação. Mas em sua dinâmica também apresenta discordância entre si; com isso influenciando na criação de outros movimentos. Afirma o Del A:

Tenho 22 anos de vida no sindicato. A gente não larga, mas temos que organizar porque hoje tem inúmeras organizações com isso fazendo com que os movimentos se percam e as pessoas estão mesmo divididas, vai muito pela questão do interesse individual, esquecendo o coletivo, ninguém avança. (RODA DE CONVERSA B).

Essa divisão apontada pelo Del A no STRA entre o individual e o coletivo, faz com que se criem outras formas de organização do trabalhador rural, com isso contribuindo para o enfraquecimento do próprio movimento. Poderíamos então apontar que a partir daí se constituam como movimentos em rede? Para Sherrer–Warren (1993) é preciso sair da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação das organizações nas redes de movimentos. É uma nova cultura política que tem levado os movimentos locais a alargarem sua visão e unificarem forças em objetivos comuns, permitindo uma democracia participativa e radical. Não é interesse desse estudo, apontar a estrutura e organização do STRA, mas apenas mencionar que as tensões de ideais dentro do movimento podem se converter em redes e campos de luta com outras organizações sociais.

Voltando a discussão do STRA como um lugar de resistência à opressão e subordinação. Enfatizo que é um lugar de poder. É um espaço de exercício do poder. É um campo de disputa. De poder. Um campo que aproxima ou distancia ideais, dependendo da idealização de interesses. Se há poder, há influência sobre os associados e faz com que estes lhe tenham como “porto seguro”. Como afirma Preciado (2008), há várias geografias de poder. As espacialidades e histórias de outros adquirem a capacidade de serem identificadas como práticas vitais na reprodução ou na mudança do sistema social hegemônico, e o lugar que os sujeitos partícipes ocupam nesse processo são fundamentais.

O poder que os movimentos sociais exercem em seus campos de atuação são fonte de heterogeneidade, resistência, autonomia e empoderamento frente ao Estado-nação, pois para Paz (2010), os exercícios de poder podem gerar possibilidades de pacto e de uma nova ordem social. As falas dos delegados sindicais do STRA destacadas acima demonstram mudança de posturas em sua vida e inserção na sociedade.

A relação de confiança no STRA com seus delegados sindicais se faz através de um processo educativo. Este processo se constrói nas relações que historicamente se edificam no sindicato. Trata-se então, de uma educação sócio transformadora que se vai permeando entre ambos. Logo, o elemento distintivo deste processo em relação a outras modalidades de educação é efetivação de uma práxis direcionadas para a transformação do homem, da sociedade e do Estado.

Neste sentido, a educação popular no STRA tem um caráter político pedagógico, assim como um projeto político ideológico definindo como uma prática social que, trabalhando fundamentalmente com o conhecimento tem uma intencionalidade e objetivos

políticos, “[...] é indistintamente, um espaço de participação social e um método de ação política.” (GAJARDO, 1985, p. 191).

Defino, então, que há uma formação de práxis política direcionada para a efetiva transformação do homem e da sociedade. Educar a classe trabalhadora para formar seus novos “intelectuais orgânicos”. Na visão de Gramsci, “todo homem é intelectual”, portanto ele não compartilha que homem intelectual é somente aquele que tem formação na escola institucionalizada e reconhecida pelo Estado.

Por isso seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). (GRAMSCI, 2001, p. 18).

Com essa afirmação Gramsci desenvolveu seus estudos sobre os intelectuais. No Caderno 12¹⁷, denominado Apontamentos, encontramos melhor explicitado essa questão. Na citação acima Gramsci nos chama atenção para a necessidade de distinguir os diversos tipos de intelectuais, apontando dois como principais: a dos intelectuais tradicionais e dos intelectuais orgânicos. Neste estudo faço referência aos intelectuais orgânicos ao mencionar acima que há um tipo de educação e de sujeitos no STRA.

Gramsci afirma que cada classe gera seus interesses intelectuais, portanto, o intelectual orgânico está intrinsecamente ligado à classe, representando a consciência dessa classe.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Assim, os intelectuais orgânicos, compreendem e conhecem o seu papel na sociedade, mesmo desempenhando um papel explícito de hegemonia ou de contra hegemonia. Os delegados sindicais do STRA são intelectuais, exercem uma influência no “outro”, na relação que se estabelece; mediam e interagem na construção de novas posturas e de novas formas de ver o mundo. São sujeitos multiplicadores de formação ou informação.

¹⁷ Gramsci escreveu suas ideias em vários cadernos quando esteve na prisão. Posteriormente estes foram organizados e publicados. Ao todo foram 33 cadernos manuscritos, tratando de vários temas, como cultura, educação, partido, política, ciência; dentre outros.

5.2 Os delegados sindicais: multiplicadores de (in) formação?

Delegado sindical faz as filiações, às vezes a gente ta na comunidade e faz cobrança aos filiados. O delegado sindical ajuda no auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria e eles procuram diretamente o sindicato. Como a gente sabe que dentro da população tem muitas pessoas espertas, porque o sindicato é para o agricultor não para quem mora dentro da cidade, aí por isso que é criado o delegado sindical, para ela está lá apontando quem justamente é trabalhador rural, tem a vivência na agricultura. A gente ta lá para ta ajudando nessa parte. (DEL B. Roda de conversa C).

Quem é o delegado sindical no STRA? De acordo com a fala acima percebemos que é um sujeito que tem duas atribuições básicas em sua função: a primeira é de orientar os sócios filiados de como acessar os benefícios junto aos órgãos governamentais, bem como, junto ao próprio STRA. Estes compõem as delegacias sindicais existentes no município de Abaetetuba (cidade e campo). Segundo o Estatuto do Sindicato em seu art 17 “o sindicato instituirá delegacias visando a democratização de suas atividades de acordo com as necessidades dos associados, no âmbito de sua base territorial.” Ainda no parágrafo 2º do mesmo artigo orienta que: “os delegados sindicais deverão prestar contas de suas atividades social e financeira junto a diretoria mensalmente.” (STRA, 1972, p. 4).

Destaca-se que o delegado sindical é um sujeito que desenvolve atividades; e uma delas é no aspecto social. Mas o que é prestar um serviço no aspecto social pelo delegado na delegacia sindical? Como menciona o Sr. Aprígio o sindicato apóia no conhecimento dos direitos. O delegado tem um papel fundamental, pois este, orienta, informa, forma opiniões. Retornando a leitura do estatuto em seu art. 18 define as competências dos delegados sindicais.

- a) Representar o sindicato na sua área de atuação, solucionando os problemas ou encaminhando à diretoria;
- b) Levantar problemas e reivindicações da categoria em sua área de atuação;
- c) Preparar o processo de sindicalização e efetuar cobranças de mensalidades;
- d) Dirigir o processo de mobilização dos associados para participação nos eventos promovidos pelo sindicato;
- e) Propor a diretoria medidas que visem a evolução da categoria e da organização sindical.

O delegado sindical do STRA não só tem atividades bem definidas, mas é também:

- Sujeito de representação;
- Sujeito identificador de problemas existentes;
- Sujeito mediador de soluções e proposições.

Um sujeito capaz de dar conta de tantas atribuições com características bastante fortes e de muita responsabilidade, necessitaria de uma formação sólida e política. Uma formação que se pautasse no conhecimento de sua realidade, de seu lugar, não desvinculada do contexto regional e nacional. Ao dialogar com os delegados sindicais percebemos que sua formação escolar não foi o fator principal para que pudesse lhe dar condições de atuar com líder junto a sua comunidade.

O delegado sindical é um intelectual orgânico, aquele que provém da classe dos trabalhadores rurais do campo e vem atuando como representação da ideologia de sua classe e de seus interesses. Para Gramsci, o intelectual orgânico faz parte de um organismo vivo e em expansão. Ao mesmo tempo estão conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Faz parte ativa desse movimento. Os intelectuais orgânicos se interligam a um grupo global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a conformação das massas no nível de produção material e cultural exigido pela classe no poder. São orgânicos, por que além de especialistas na sua própria profissão, que os vincula ao modo de produção de seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (GRAMSCI, 1971).

De acordo com a Tabela 4 abaixo identificamos a formação dos delegados sindicais.

Tabela 4 – Formação dos Delegados Sindicais do STRA

Alfabetizados fora da escola	Ensino fundamental Incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio magistério	Total
05	05	02	01	13

Fonte: Levantamento junto aos delegados sindicais nos grupos focais.

Ao analisarmos o quadro acima percebemos que a formação escolar é diferenciada. Estes sujeitos complementam sua educação para vida no aprendizado com o STRA. Há um saber que interage e se constrói nos movimentos sociais.

O saber transmitido pelas lutas populares modifica-se, recria-se e transforma-se, amadurecendo suas formas de contestação e ampliando seus objetivos. A reformulação desse saber é redimensionada em função de uma concepção de uma concepção de vida e sociedade adequada aos interesses e necessidades da classe. É necessário frisar que no processo de organização dos movimentos populares esses segmentos também se educam na medida em que discutem a sua condição de classe, a desigualdade das relações humanas, a solidariedade em detrimento da individualidade, o outro enquanto companheiro de luta. Educam-se lutando. (VALE, 1996, p. 43).

Ana Maria do Vale define uma educação que se constrói na luta, nas relações e nos saberes de um com o outro, no interior dos movimentos sociais. Os delegados sindicais do STRA vivem na luta por melhores condições de vida com dignidade humana. Uma relação que os faz mediadores de in – formação. A educação popular mais uma vez se evidenciando junto à vida dos delegados sindicais.

O estatuto do STRA define o delegado sindical como um sujeito de identidade. Mas como se constituir como um sujeito de in – formação, social e político? O delegado sindical passa por um processo de formação no STRA que se desenvolve com base nos seguintes princípios:

1. Dialogicidade: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (FREIRE, 1987, p. 44).

2. Amorosidade: “Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que confiança de um pólo no outro é consequência óbvia.” (FREIRE, 1987, p. 46).

3. Conscientização: “A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente na medida em que o conhece, tende a se comprometer com a própria realidade.” (FREIRE, 1996, p. 21)

4. A transformação da realidade e do mundo: “Mudar é difícil, mas é possível.” (FREIRE, 1996, p. 47).

5. Partir da realidade concreta: “Como educador preciso ir lendo, cada vez melhor a leitura do mundo que os populares com quem trabalho faz de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte.” (FREIRE, 1996, p. 49).

6. Construção do conhecimento e Pesquisa Participante: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazerem encontram corpo um no outro.” (FREIRE, 1996, p. 49).

7. Sistematização de experiências e do conhecimento: “[...] enquanto ensino continuo buscando, procurando [...] Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.” (FREIRE, 1996, p. 49).

Todos esses princípios são possíveis de identificar no desenvolvimento dos encontros de formação do STRA. No entanto acreditam que há uma esperança em poder transformar a realidade, mas são conscientes de que só a esperança não basta, mas que é necessária; pois ela só não ganha à luta, mas sem ela a luta fraqueja. Uma formação que lhes dá força e esperança e lhes fazem caminhar e se relacionar com os outros em suas localidades.

O sindicato tem um plano de formação com uma metodologia, com o desenvolvimento de práticas de seus líderes se configurando num ato educativo. Quem mobiliza, orienta, faz o processo de formação nas reuniões e encontros do sindicato é a sua diretoria; que tem uma influência marcante na vida dos delegados sindicais.

O que as pessoas representam aqui, na pessoa do Dário, do Elias, da Juci, esses cursos de formação que eles dão para a gente, para o delegado sindical, ele forma; faz a gente ter conhecimento das coisas; tem coisa que lá no passado não sabia nem por onde ficava, hoje não tenho tanta dificuldade, eu já sei um pouco me desenvolver graças a esses cursos a essas reuniões mensais, que eles vão passando pra gente, esse repasse de conhecimento que eles dão pra gente. (DEL D. RODA DE CONVERSA C),

Esse processo formativo no STRA acontece de acordo com uma agenda própria do sindicato e com temas que são definidos de acordo com a necessidade do sindicato; tanto a nível de formação política como de orientação para ter acesso aos benefícios e programas sociais do governo municipal, estadual e federal.

A prática educativa dentro do movimento sindical é intrínseca, não há como dicotomizar o fazer educativo das ações sindicais, pois o ato educativo encontra-se presente nas práticas cotidianas, sejam elas nas ações de massa ou no dever das ações cotidianas. Para Manfredi (1996, p. 24), a educação sindical se configura como:

[...] aquelas práticas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc [...] Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programa de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro e cinema, etc.

Na análise do dossiê do STRA, a primeira edição do Informativo do Movimento data de 25 de julho de 1985. Um instrumento que se preocupa em informar, denunciar para além dos muros do sindicato, mas também com o objetivo de ser levada a toda a população abaaetubense. Uma expressão de organização e mobilização de ideias, encaminhamentos, resultado dos encontros e assembleias realizadas durante o ano.

Identifico ainda que no STRA a formação sindical se divide em duas modalidades:

- A formação planejada;
- A formação na Ação.

Em primeiro a Formação Planejada é aquela vivenciada nos encontros e assembleias que acontecem tanto na sede do sindicato como no Centro de Formação TIPITI, com temáticas específicas demandadas pela diretoria do sindicato.

Os nossos encontros no sindicato são de dois em dois meses aqui no sindicato, agora tem outros encontros que acontecem no Centro Tipiti; inclusive no mês passado, passamos três dias lá. A Diretoria e outras pessoas fazem a formação nossa. Discutimos sobre a previdência social, política a nível nacional, estadual e municipal (DEL I. Comunicação Oral realizada em 26.02.2013).

Em segundo, a Formação na Ação é aquela vivenciada durante as passeatas, os acampamentos, os manifestos, os protestos; que são organizadas de acordo com a necessidade a nível local, regional e nacional. Isso se revela na fala do sindicalista, quando diz: “através dos movimentos eu aprendo muito... nas feiras estaduais e intra estaduais. Já viajei muito, conheço muitas pessoas, trocas de experiências. E isso a escola não ensina” (DEL F. Roda de conversa B). Nessas ações o delegado sindical se sente parte do movimento e apreende com ele e com os outros. Neste sentido, Freire nos convida a refletir que:

Sem renunciar a sua experiência de intelectual, o conhecimento sistemático dela advindo, pelo contrário, junto àquela experiência o saber das massas. Aprendendo a mobilizá-las mobilizando-as e mobilizando-se na mobilização que faz, aprendendo a organizar-se organizando-se, aprende a reconhecer a importância de seu papel sem superestimá-lo nem tampouco subestimá-lo. Nem superestimar o seu papel implica a verdadeira humildade que o intelectual deve experimentar na luta com as classes trabalhadoras em favor da transformação da sociedade. (FREIRE; SCHOR, 1986, p. 68-69).

Freire destaca o aprendizado no fazer, na prática na experiência. Cada movimento social constrói sua forma de educar. O STRA tem um modelo próprio e único. Sem ter um plano específico de formação; mas tem a vivência que demonstra seu desdobramento. A fala da Manfredi quando aborda o sindicalismo de modo geral, aplica-se aqui:

A construção de um modelo formativo próprio, autogerenciado, voltado para os trabalhadores de base, e colado nas propostas e projetos político – organizativos dos diferentes setores e/ou correntes existentes no movimento sindical, foi se constituindo durante a década de 80. Após os primeiros passos, gestados como já mostramos durante o período que vai de 1975 até 1981 e 1982, é possível identificar no decorrer desta década dois períodos distintos: um primeiro período, que se caracterizam pela multiplicação de experiências moleculares de vários tipos, norteadas pelas mais diferentes orientações político-metodológicas [...] e o segundo de 1985 a 1991, quando se elaboram as propostas e os projetos formativos das Centrais Sindicais: Central Única dos Trabalhadores a partir de 1985/1986[...] (MANFREDI, 1996, p. 115).

Há um projeto formativo de educação popular no STRA em construção. Ainda não bem definido, do ponto de vista da sistematização. Para Oscar Jara (2001, p. 1, tradução nossa):

Sistematizar experiências significa, então, entender por que determinado processo está a ser desenvolvido (ou desenvolvidos) do que em particular; meios propostos para compreender e interpretar o que está acontecendo, desde o planejamento e

reconstrução do que aconteceu com os elementos complexos envolvidos no processo.

Sistematizar é necessário para que se observe o processo que está sendo desenvolvido se os objetivos estão sendo atingidos e o que necessita melhorar. Oscar Jara continuando sua reflexão sobre a importância da sistematização nos grupos de educação popular afirma que é necessário:

[...] sistematizar nossas experiências para aprendê-las criticamente para que eles possam: melhorar nossa própria prática, compartilhando nossos aprendizados com experiências semelhantes e contribuir além do enriquecimento da teoria. (JARA, 2001, p. 2, tradução nossa).

O STRA com seu projeto formativo de educação popular apresenta uma dinâmica de organização. Vivencia o seguinte percurso formativo:

1. A apresentação da realidade: os encontros e reuniões acontecem para dialogar sobre uma temática específica, envolvendo os delegados sindicais e a Diretoria do Sindicato. Dependendo da temática, são convidadas pessoas representantes dos órgãos públicos para dialogarem em conjunto e assim encaminhar proposições. São reuniões que acontecem de dois em dois meses, e encontros anuais. O educador popular é um líder que também faz parte da Diretoria e que media as discussões. É um sujeito que interage com todos e estimula os delegados sindicais a participarem; dando opiniões, tirando dúvidas, bem como confrontando idéias, fomentando o debate da temática em questão.

2. A Mística: há uma mística¹⁸ que envolve os encontros. São músicas próprias do homem do campo, danças típicas, poemas, poesias; que interagem e fazem com que o momento de encontro, reunião; seja algo prazeroso e satisfatório.

3. O encontro: é o diálogo inicial, de apresentação do que vai discutir e suas relações políticas, sociais e econômicas. Mapeia quem está presente, como estão e qual sua apreensão da temática em questão.

4. A problematização: apresentação das diferentes visões acerca da temática abordada tanto pelo educador popular como por aqueles convidados para participarem da mesa de debate.

5. Ação e Reflexão: após a apresentação dos diferentes posicionamentos e discussões, a plenária formada pelos delegados sindicais interage com perguntas e questionamentos para a construção de um debate¹⁹.

¹⁸ Mística no STRA é um momento que antecede a reunião propriamente dita. Um momento celebrativo que convida todos a reflexão do seu modo de viver e seus desafios. Esse momento é feito com a contribuição de recitação de poesias, entoação de cantigas, danças de roda. É retratada a vivência do homem do campo.

6. As Lições apreendidas: após ver a realidade, questioná-la, é necessário retirar a visão de mundo e mais do que isso, novas posturas e posicionamentos frente aos desafios da sociedade moderna.

7. Apontar novos rumos: renovar e rever o proposto. É o momento de avaliação que busque evidenciar os resultados.

Esse percurso acontece como se fosse os passos para realizar cada momento de formação ou informação. É como se a identidade dos sujeitos que participam como delegados sindicais se reconstituísse para que quando voltem à sua comunidade possam interagir os saberes apreendidos. Acontece tanto na formação planejada como na formação na ação.

Como discute Paludo (2006), apresenta-se em processo de elaboração permanente dialoga-se em movimento, vinculam-se as condições de vida das classes populares; insere-se no processo de constituição de um novo projeto de sociedade; apresenta-se esperança de poder contribuir para a emancipação das classes populares e para sua entrada no cenário político; dá uma grande ênfase à construção do poder popular; realiza a formação política e a conscientização para a ação; tem ênfase maior nos espaços dos movimentos sociais e relaciona de modo incisivo, a formação com a organização das classes populares e com o processo de luta.

Esse percurso formativo proporciona novos conhecimentos, permite também relacionar a teoria à prática, permite ainda explicações sobre os processos sociais em mudança. Permite criar conhecimentos a partir do cotidiano. Desta forma:

Definitivamente, a sistematização permite incentivar um diálogo entre saberes: uma articulação criadora entre o saber e os conhecimentos teóricos, que se alimentam mutuamente. Por último, não podemos deixar de assinalar que tudo o que foi expresso nesse documento coloca a sistematização como um fator indispensável e privilegiado para nossa própria formação. Nossas experiências se convertem graças a ela, na fonte mais importante de aprendizagem teórico-prática que temos para compreender e melhorar nossa prática, para extrair os ensinamentos e compartilhá-los com os outros, para contribuir com a construção de uma teoria que responda à realidade e, por isso, permita orientar nossa prática à sua transformação. Concebida assim, a sistematização não pode ser um fato pontual, e sim permanente e deve, por conseguinte, ser realizada pelos próprios educadores, animadores, lideranças dirigentes e setores populares que comprometem sua vida cotidianamente nesses processos. (JARA, 2001, p. 8-9).

¹⁹Para Freire o processo de educar nos permite compreender a realidade. Refletir sobre ela. E assim buscar a intervenção. Pois somos mulheres e homens, somos únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *aprender*. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é construir, reconstruir, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (FREIRE, 1996, p. 69, grifo do autor).

Oscar Jara ao relatar a experiência vivenciada no Peru com educadores populares destaca que o processo de sistematização é um aprendizado permanente. E que educadores populares, líderes necessitam estar nesse processo ativamente, uns com os outros. Os delegados sindicais vivenciam em seus momentos de formação uma singularidade, que ao retornar para suas localidades necessitam estar atentos e bem formados e informados do aprendizado vivenciado nas assembleias e reuniões do sindicato; para que possam ser mediadores junto aos seus pares.

5.3 Os saberes dos Delegados Sindicais: mediando educação popular na comunidade

Os delegados sindicais ao retornarem de sua formação no sindicato vivenciam o momento de encontro com a comunidade em sua localidade. Considero este momento como aquele que o líder se encontra com os outros para o diálogo sobre política, educação, saúde, previdência social. Um encontro para dialogar sobre a garantia de seus direitos. Esses encontros retratam um movimento de ida e volta. O líder apreende com outros líderes e tem o dever de mediar à informação ou a formação adquirida. É um ciclo permanente “do ir e vir”. Um movimento constante de busca e formação permanente. É associar a teoria á prática.

Para Brandão (1981), a pesquisa participante é oriunda de diversas unidades de ação social são práticas dos movimentos sociais:

Alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa. (BRANDÃO, 1981, p. 53).

Os delegados sindicais utilizam uma metodologia própria para dialogar com os seus pares. É um trabalho popular. Um trabalho que vai além do enfoque informativo, mas de formação política. Atua ainda como um investigador, alguém que pesquisa a necessidade de sua comunidade e se preocupa em dar respostas positivas. Pois:

A investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de único processo dirigido à transformação social. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local, e limitada como foco sobre uma questão específica da vida social, é o seu todo o que está em questão. (BRANDÃO, 1981, p. 55).

De acordo com a contribuição de Brandão podemos dar destaque no movimento do “ir e vir” do delegado sindical do STRA. Acontece a partir de quatro momentos, o

delegado sindical investiga seus pares; orienta, busca formação, educa e intermedia uma ação que promova a mudança.

É nas relações com a comunidade que se fortalece o aprendizado que é para todos. O aprendizado é tanto na comunidade como na formação promovida pelo sindicato. Veja o que diz Sr. Aprígio:

Às vezes a aula tinha uma relação com a minha vida, mas eu lembro muito pouco sempre o que a gente aprendia na sala de aula, pai tava sempre incentivando lá dentro de casa para gente continuar no estudo, pra aprender um pouco mais... As aulas não me ajudaram a liderar no sindicato, na comunidade, porque o professor não me incentivava, não me explicava... a gente passou a se desenvolver mais um pouco através da participação na comunidade, através do grupo de jovens que a gente começou a aprender. (DEL B. Roda de conversa A).

Aprender com o outro, interagir na educação associada aos saberes é papel dos delegados sindicais. São formados para serem líderes e com isso contribuir para mudança educação dos sujeitos. Um líder que media também um processo educativo no espaço que reside. Ao retornar para a comunidade vê as possibilidades de encontro com todos, e sente a necessidade de melhor integrá-los, ou melhor, reunir todos para socializar o que apreendeu. Há uma troca de experiências e saberes. É voltar para a base²⁰, multiplicar as lições apreendidas e contribuir na formação de uma nova postura, uma nova cultura, uma nova visão de mundo e de realidade. São lideranças, intelectuais orgânicos mediando um processo educativo que está na escola do sindicato.

Os intelectuais orgânicos não são apenas os grandes intelectuais, criadores de teorias, como Marx, Lênin, ou Trotski, ou os formuladores de estratégias políticas. São aqueles que difundem a concepção de modo revolucionária entre as classes subalternas. São aqueles que imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentaria das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea – os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores. (MOCHCOVITCH, 1992, p. 18).

Estes intelectuais têm uma formação política, que faz parte da construção de um projeto de sociedade. Com isso cabe também aos delegados sindicais do STRA mediar o aprendizado com a comunidade. Edificam nela a educação popular como fonte de produção do conhecimento altamente carregado de intencionalidades. Fazem a relação com a educação política. As reuniões, os encontros na comunidade deixam de ser vinculados somente a transmissão de saberes e passam a ser um ato político.

Aqui se destaca a contribuição da formação mediada pelo líder como aquela que contribui marcadamente para a o projeto de emancipação humana. O líder sindical é um

²⁰Expressão utilizada pelo presidente do STRA, afirmando a necessidade de voltar a base: ir ao encontro dos outros na localidade em que atua.

educador na comunidade media um processo educativo, onde “educador e educando”, co-intencionados à realidade, se encontram em uma tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento (FREIRE, 1987, p. 61).

Os delegados sindicais do STRA como líderes demonstram um saber, não um saber isolado, mas associado a sua participação como sujeito social e político. Têm um saber que não é oriundo da escola, mas da própria vida, da trajetória de luta por direitos. Este saber se recria e se constrói na realidade.

Na comunidade acontece o aprendizado com as trocas de experiências em lugares como a igreja, o sindicato, as associações; espaços diferentes, mas que têm relação com a sua vida. Um saber dialogado e construído no campo da educação popular mediado no interior do próprio sindicato.

Essa relação do delegado sindical com seus pares na comunidade se dá de forma saborosa, como um ato recíproco e contínuo (FERNANDES, 2001). Uma troca de saberes e sabores da realidade da vida do campo, mas que também é problemático e que ao longo da história foi negada como o direito à saúde, à educação, à moradia digna. Este saber do líder sindical é parte de um projeto educativo que resgata a concepção mais universal de educação, isto é, a educação como formação humana, a formação do sujeito em suas múltiplas potencialidades na busca de um sujeito integral, consciente e crítico.

Como diz um sindicalista: “[...] quando a gente chega na comunidade temos que repassar para eles.” (DEL I. Roda de conversa A). Grande tarefa e a responsabilidade de tornar o diálogo com os pares como um espaço de educação popular. Chegar à comunidade como líder e mediar os saberes retirados de cada encontro vivido no STRA como uma metodologia própria. Educando para a realidade e associando aos saberes existentes, pois este é infinito, multiforme é um saber-fazer (MALGLAIVE, 1995). Os líderes/delegados sindicais são jovens e adultos que sabem fazer, pensar, lutar, mesmo que não saibam dialogar teoricamente, fazem tomando como base a realidade concreta.

São sujeitos que fazem parte das populações do campo com experiências adquiridas no movimento que constroem na luta pela terra, pelo rio, pelas águas, pela floresta, pelo sustento, pela sobrevivência.

A escola na formação política de lutar pelos meus direitos não me ajudou essa formação que eu tenho hoje, não foi no meu estudo, nele eu tive um certificado, mas essa formação que hoje eu tenho que eu não sei tudo, mas a nossa formação é contínua se aprende na vivência, a gente vai aprendendo junto cada vez mais [...] mas eu tenho duas escolas como ponto chave na minha vida: a igreja na formação

espiritual e o movimento social na formação do social [...] (DEL D. Comunicação oral realizada em 22.01.2013).

É bem claro na fala acima, do quanto os espaços de educação popular são significativos para os líderes/delegados sindicais. Mas a escola do sindicato lhes ensina; é a sua casa; possibilita-lhe experiências de pertencimento, de pluralidade e de transformações vivenciáveis, como sendo uma espécie de conversão de valores. Em relação a tanto, Freire nos aponta a escola da vida como uma escola crítica reflexiva que se encontra nos espaços sociais, de diálogo sobre a realidade social (FREIRE; BETTO, 2004). Essa é a escola que trata a sindicalista; uma escola que se estende até a comunidade quando esta retorna e se encontra com os outros. Continua o processo de educação; estendendo o trabalho de diálogo, conscientização e libertação.

Esse movimento é assumido com responsabilidade pelo líder/delegado sindical, quando afirma: “A gente é um elo dentro da comunidade. A gente procura as informações e leva para a comunidade. A gente é um multiplicador.” (DEL E. Comunicação Oral realizada em 22.01.2013).

Ser multiplicador. Levar a quantos puder as informações e lições. Seja na reunião em casa, seja no final do culto, da missa, na reunião do clube de futebol. O importante é repassar o apreendido. É um processo de educação permanente, para toda a vida. Um processo de educação como prática de liberdade para jovens e adultos que são trabalhadores (as) ou filhos de trabalhadores (as), mas que ao se relacionarem com o mundo do trabalho, com as exigências do mundo científico e tecnológico possam recriar estes espaços como sujeitos críticos, políticos, sujeitos que lutam pela vida, pela vida com cidadania.

Um processo educativo para o diálogo quando no grupo se usa a palavra como um elemento gerador de ação, que ao ser ouvida e refletida, convida os outros a assumirem uma posição frente às situações vividas. Um processo educativo para a conscientização, quando ao incentivar a comunicação entre os sujeitos se ultrapassa a compreensão pessoal. A conscientização como processo que acontece processualmente, na relação de diálogo uns com os outros. Um processo educativo que através do diálogo se semeie a conscientização e se almeje a libertação. A reflexão da realidade como um meio instigador e gerador de uma ação para a liberdade.

Não podemos negar que o STRA procura realizar este processo com os seus filiados. Têm seus delegados sindicais mediadores de uma educação popular que contribua para a emancipação do homem em sociedade. Desenvolve a educação popular alicerçada no cotidiano dos trabalhadores. Sujeitos dotados de experiências que produzem saberes, estes

adquiridos na trajetória de cada sujeito e que a lógica capitalista, muitas vezes, lhe retira ou lhe subordina. Uma educação que tem relação com a cultura, com os valores, com o jeito de produzir, uma formação para a participação social, uma educação identificada com as classes populares

Para o sindicalista: “Está faltando mais formação, a escola só está ensinando a ler e escrever [...]” (DEL I. Roda de conversa C). E que tipo de formação está faltando? Uma formação alicerçada nos princípios da educação popular, uma formação que dialogue com o coletivo e para o coletivo. Construindo um percurso formativo que estreite, relacione e problematize o mundo, dando condições aos sujeitos de vivenciar o verdadeiro sentido de democracia.

As rodas de conversa vivenciadas pelos delegados sindicais na sua localidade indicam essa possibilidade de educação. Os saberes constituindo-se como processos coletivos e também pessoais, como construções históricas. Os saberes sendo socializados, transmitidos de geração em geração. É um lugar privilegiado para integração de saberes.

Del C com essa vivência afirma: “Mesmo com pouca leitura, com pouco estudo, eu tenho muito conhecimento [...]” (RODA DE CONVERSA B). Esses conhecimentos vêm da leitura do mundo, da leitura da realidade, que se materializam em saberes. Para Freire (1987, p. 58) “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros [...]” Considera que existem saberes não hierarquizados, não há estado absoluto de ignorância e nem de saber.

Para Arroyo isso se constrói também construção histórica e humana do sujeito:

Um novo olhar que deve ser construído – que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos. Percursos sociais onde se revelam limites e possibilidades de serem reconhecidos como sujeitos dos direitos humanos. (ARROYO, 2005, p. 23).

Assim, é necessário considerar os saberes da experiência, reconhecer os sujeitos como capazes de ser e estar no mundo, e não apenas produzindo e reproduzindo normas e valores alheios ao seu bem querer.

Os jovens e adultos que interagem com os líderes/delegados sindicais trazem de sua trajetória de vida, uma vasta experiência, fruto das relações que são estabelecidas em seu próprio tempo de vida. Tempos de vida que também são constituídos nos movimentos sociais.

Há uma condição de vida associada à condição de trabalhadores. Cada um, com sua singularidade. Del I afirma: “De delegado sindical, vou completar dois anos de vivência [...]. No sindicato eu aprendo a conhecer os meus direitos” (Comunicação Oral realizada em

26.02.2013). Essa temporalidade humana faz com que os líderes/delgados sindicais tenham segurança em interagir com os seus pares. Em convencê-los da importância do reconhecimento de seus direitos, bem como de lutar pela sua garantia. Freire (1987) aponta a relevância deste processo de formação, organização da aprendizagem.

Essas histórias, retiradas da memória, como a do Del I nos levam a reflexão, a leitura de mundo e do próprio sujeito. Essas aprendizagens dos trabalhadores que estão no STRA se apresentam como uma manifestação de educação popular. Uma educação compreendida como prática da liberdade. (FREIRE, 1983). Uma educação que reconheça os sujeitos – homens no mundo, educandos e educadores, que respeite e valorize a memória das pessoas, reafirmando uma Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), uma pedagogia que constrói a libertação do homem no mundo e a libertação do próprio mundo, uma pedagogia que busque o respeito diversidade de experiências. A pedagogia que não está somente entre os muros da escola, mas também no campo da educação popular.

6 CONCLUSÃO: AS LIÇÕES APREENDIDAS

As lutas históricas em defesa da educação popular, que advém dos discursos dos liberais desde a Primeira República; se intensifica com outras vozes na década de 1930, por exemplo, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação, incorporam outros atores sociais nas décadas de 1950 a 1970, principalmente os movimentos populares e estudantis; sofre a repressão e o silenciamento imposto pela Ditadura Militar; recupera suas bandeiras históricas no processo de reabertura política do país, sob a liderança do Fórum em Defesa da Escola Pública; mantendo nas últimas décadas uma mobilização liderada por instituições públicas, entidades de pesquisas e movimentos sociais organizados que, em diferentes fóruns de debate, ainda insistem na denúncia do não cumprimento constitucional da educação como um direito de todos.

Enquanto proposta de educação emancipatória, não se reduz ao espaço escolar, embora o reconheça como estratégico para concretização de outro projeto de sociedade. Portanto, a educação popular se constitui historicamente na experiência dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no início do século XX, num contexto de luta de classes, e que tinham dentro do sistema capitalista a disputa de um projeto alternativo a este sistema de opressão.

Esta educação popular que defende a classe dos empobrecidos se fez e se faz presente na defesa incondicional da escola pública, mas é também a Educação Popular que defende a saúde pública, a valorização da diversidade étnica-racial, a moradia para todos e todas, a reforma agrária, o direito ao trabalho digno, a liberdade de expressão religiosa, o acesso ao transporte público de qualidade, o direito a participação social e a comunicação, dentre outras pautas que se caracterizam como intersetorial. Então, é necessário que se valorize cada manifestação e mobilização que foi organizado ao longo da história do Brasil.

Neste contexto, à Educação Popular permanece o desafio de se reinventar, sem perder a vitalidade transformadora. Nunca foi tão necessário um projeto educativo que supere as desigualdades que ainda se manifestam ao nosso redor. Afirma-se a necessidade da continuidade da construção do protagonismo popular, de uma forma ética de fazer política. De qualquer modo, ao lado desta convicção afirmada e re-afirmada da necessidade de transformação da sociedade atual e do alargamento dos referenciais da sociedade desejada – democracia substantiva econômica, cultural e política.

Há, portanto, uma indissociabilidade entre Educação Popular e processos sociais e históricos e o movimento da Educação Popular, no interior dos processos sociais, orientados por utopias transformadoras. Desta forma, as novas questões colocadas a partir dos novos contextos da realidade estão sendo ressignificadas/refundamentadas, etc., para além da Educação Popular, e dizem respeito a um processo vivido pelo conjunto das pessoas e estruturas de mediação que ainda se mantêm firmes na perspectiva de construção de um projeto emancipatório.

O movimento de Educação Popular ganhou significado no interior do campo que o construiu e que, dialeticamente, ajudou a construir, ambos possuem as mesmas raízes, e, é por isso que a ressignificação da Educação Popular e a sua maior ou menor incidência concreta está, também, diretamente relacionada com a ressignificação do Campo Popular. Este, embora nem sempre de forma explícita na literatura da área, decorre de um pressuposto de análise da realidade, que compreende a sua dinâmica como sendo posta em movimento pela inter-relação entre uma quantidade significativa de forças que são: políticas e culturais e se articulam conformando campos sociais, que sempre guardam relação com a esfera da economia. Estes campos possuem “visões sociais de mundo” que orientam tanto as teorizações da realidade, quanto as ações.

A Educação Popular é um caminho que se constrói sob a dimensão político-pedagógica. É um processo que exige envolvimento co-responsável de cada participante na construção, apropriação, e multiplicação do conhecimento. É uma experiência de aprender – ensinar que interessa aos oprimidos. “Só o oprimido pode libertar-se e, ao libertar-se, liberta também o opressor”. A educação desta forma serve para despertar e qualificar o potencial popular de sua luta.

Cabe, então, voltar à questão indagadora deste estudo: Qual a contribuição da formação sindical para os jovens e adultos filiados ao sindicato, nas comunidades trabalhadas?

A trajetória histórica do STRA e sua vivência demonstram traços de uma educação popular que não está estruturada, nem tampouco elaborada ou descrita em algum manual ou nos documentos do sindicato. Mas se concretiza na vivência e nas relações que são estabelecidas e mediadas por seus líderes. Os encontros, as reuniões, os congressos, as passeatas, são momentos de educação popular. São mediadas pela relação com o mundo e para o mundo.

Desenvolve-se com posicionamentos diferentes; segundo os grupos políticos, sociais e eclesiais que o impulsionam: setores de esquerda partidária, comunidades eclesiais

de base, instituições de pesquisa e educação, que assumem esta perspectiva de formação com matizes próprias de diferenças. Mas todas estas vertentes tinham como fundo a proposta de Freire, sintetizada na notação de que a educação não é um ato neutro e que o mais importante, além dos métodos e técnicas, é a “clareza com relação à opção política do educador ou da educadora, que inclui princípios e valores que ele ou ela assume”. É um ato essencialmente humano e político. Não representa somente o sujeito a que se dirige, mas a intencionalidade social e política com que é feita.

É um processo dialético de construção de conhecimento a partir da prática, de teorizar sobre ela, de voltar à prática. Nesse processo, os sujeitos que dialogam educam-se uns aos outros e, por sua vez, têm como referência a leitura da realidade que pretendem transformar. Contribuem não somente com metodologias variadas, com diferentes concepções críticas, mas também com as bases conceituais para uma forma de saber a partir das práticas. Sua produção de conhecimento tem entrado em discussão na área da pesquisa, rompendo com os paradigmas positivistas e racionalistas de produção de ciência e conhecimento.

As práticas vivenciadas no STRA, apesar de não estarem organizadas em um manual específico, geram dinâmicas de produção de saber na linha do que é chamado de “prático”, construindo uma produção de saber com sujeitos não tradicionais do campo das disciplinas teóricas e significando uma ruptura com o controle e a hegemonia da produção deste tipo de saber e conhecimento.

Compreendo então, que a educação popular é também uma ação cultural que promove uma nova imagem de sociedade, abrindo as portas para reflexão a respeito do significado atual de construir o bem comum em uma sociedade fragmentada pelas dinâmicas neoliberais.

Entendo ainda, que o debate atual sobre educação popular deve ser em uma direção sua contribuição para o diálogo sobre a responsabilidade social, diante os dilemas e incertezas da sociedade de risco: os medos, a exclusão social e a degradação ambiental. Os desafios de uma sociedade de risco nos obrigam a entender a educação popular também como um lugar humanitário, como expressão emergente de uma ética política que nos leva a propor um necessário processo de politização da educação; ou seja, a educação convertida na esfera pública e sujeita a disputas de hegemonia e orientação política.

Cria uma relação de confiança entre sujeitos e os habilita ao respeito à diversidade do outro e a seus direitos, aberta a processos voluntários orientados à criação e potencialização de vínculos e capacidades sociais, que permitam que os sujeitos de tal educação se tornem autônomos. Esta proposta faz com que os espaços da educação popular,

atuem como mediadores, capazes de promover o movimento da ação-reflexão-ação dos sujeitos com as realidades da exclusão e discriminação social.

Assim, deve ser capaz de reconhecer as dinâmicas próprias de cada época, criando, promovendo, mediando à capacidade entre os sujeitos e torná-los culturalmente e politicamente críticos de suas realidades, reconhecendo que a educação popular não está alienada aos processos de desconstrução do tradicional: o mundo globalizado.

Podemos afirmar que não é possível manter uma educação popular somente reativa e que é preciso desenvolver uma educação cidadã ativa perante os desafios da sociedade do risco e da vulnerabilidade que afeta os sujeitos sociais. Isto exige a elaboração de novas metodologias de aprendizagem; oriundas diretamente do conhecimento da realidade. Assim, temos a responsabilidade de contribuir para a construção desses processos educativos. Para tanto, devemos saber quais novas “intenções” devem ser desenvolvidas nas instituições que promovem a ação educativa, e gerar respostas perante aos novos desafios.

É um processo coletivo de elaboração do conhecimento que desenvolve junto a educadores e educandos a capacidade de ler criticamente a realidade para transformá-la e que a apropriação crítica dos fenômenos e de suas raízes permite o entendimento dos momentos e do processo da luta de classes, ajudando a quebrar as formas de alienação. Podemos dizer, então, que o campo da prática da educação popular está no trabalho de base, que pode se dar em diferentes lugares e espaços institucionais.

Assim, é realizada junto às comunidades, aos grupos empobrecidos, beneficiários das políticas de transferência de renda e políticas sociais, junto as pastorais sociais e pequenos grupos organizados que querem formar associações ou cooperativas, grupo de mulheres, juventudes, populações tradicionais, agentes de saúde e comunitários, fóruns de educação de jovens e adultos.

O STRA é um movimento social do campo que vêm denunciando os graves problemas sociais, dentre eles; os problemas da educação no meio rural, destacando as desigualdades apresentadas em sua realidade. Em sua luta, defende princípios que a educação do campo é a expressão dos povos que nele vivem respeitando suas diversidades. Defende ainda que a educação esteja comprometida com a emancipação, que fortaleça a cultura e os valores das comunidades camponesas e que seja vinculada ao seu projeto de desenvolvimento auto sustentável. Que os sujeitos do campo devem ser reconhecidos como sujeitos de história e de direitos, que desejam ter suas especificidades respeitadas e tratadas numa perspectiva de inclusão social.

O STRA com suas delegacias sindicais, representadas por seus delegados faz um processo de formação tanto na sede do sindicato bem como nas comunidades que estes assumem papel de formador. Sujeitos que interagem, constroem um percurso formativo tendo como base o diálogo, a conscientização e libertação. Contribui na formação dos jovens e adultos mesmo não estando nas ilhas e estradas/ ramais ativamente, mas no campo da educação popular atua na formação voltada para os princípios da organização, na leitura de mundo, na busca de direitos, no exercício da cidadania.

Ainda no campo de direito, reivindicam que a educação do campo tenha sua identidade própria, que seja comprometida com os desafios, a história e a cultura dos povos que vivem nesse espaço; respeitando o saber social da experiência do cotidiano dos povos do campo.

Esse desejo, esse sonho, se enraízam nos princípios políticos construídos coletivamente, a partir dos consensos, diante da diversidade de sujeitos e de seu movimento, das diversas demandas e especificidades que se encontram ou se aproximam coletivamente. Compartilham do compromisso coletivo com uma visão de campo, como lugar de vida, cultura, produção, moradia, lazer.

Este sonho é o objetivo de uma pedagogia militante dos movimentos populares que é a pedagogia dos homens e mulheres engajados por sua libertação. A pedagogia da inquietude, da resistência que contribui para a construção de uma visão de sociedade na perspectiva das classes populares, ou numa perspectiva gramsciana, que contribui para a formação de um movimento contra hegemônico de sociedade.

Todo esse conhecimento apreendido nos movimentos sociais, como no STRA desocultam as ideologias dominantes e contribuem para a humanização e politização dos indivíduos num processo mediado pelo diálogo. Um aprendizado que tem a necessidade de oportunidades para a sistematização e a teorização de toda a experiência construída no contexto do sindicato.

Assim a, a educação popular necessita ser é parte da agenda de um novo movimento orientado para a redefinição das políticas educacionais e de desenvolvimento e das responsabilidades sociais dos diferentes setores da sociedade, movimento que compreende temas como renovação dos papéis e funcionamento das instituições públicas, relações entre os governos e a sociedade civil, reformas dos sistemas educacionais e das políticas sociais, políticas orientadas a conseguirmos uma nova cidadania verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodoro W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (coord.) **Nova cartografia social da Amazônia: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2009.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARBACHE, Ana Paula. **A formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ARISTÓTELES. **Metafísica**: livro 1. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).

ARISTÓTELES. **Tratado da política**. Mira-Sintra: Europa-América, 1977.

ARROYO, Miguel G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Revista Alfabetização e Cidadania**, Brasília, DF, n. 11, p. 30, abr. 2001.

ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? *In*: ARROYO, Miguel (org.). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 31-38.

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANNETTI, Maria Amélia G. de C.; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 78.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, Ester *et al.* **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo. Cortez, 1995. p. 74.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres, Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos – espaços de junto e digno viver. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma educação básica no campo, n. 2).

BAPTISTA, C. F. M. **Educação rural**: das experiências as políticas públicas. Abaré: Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

BIASOLI-ALVES, Z. M. **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, Robert; BIRKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**: revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 3, jan./jul. 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL Constituição ([1988]). **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo**. Brasília, DF: MEC, 2002.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: DAMASCENO, Maria N.; THERRIEN, Jacques (org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. P.17.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do MST**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Petrópolis: Vozes, 2004b.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

CERRONI, Umberto. **Política: método – teorias – processos – sujeitos – instituições**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre, Artmed, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. *In*: SONIA Alvarez; DAGNINO Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas Leituras**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 83.

DOIMO, Ana Maria. **A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elise. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FASHEH, Munir. Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 26, p. 157-169, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**: depoimento ao repórter Ricardo Kotscho. 14. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série educação em ação).

FREIRE, Paulo; SCHOR, Ira. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir. A boniteza de um sonho: aprender a ensinar com sentido. **Abceducatio**, São Paulo, ano 3, n. 17, p. 39, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

GAJARDO, Marcela (comp.). **Teoria y práctica de la educación**. Pátzcuaro: Crefal: IDRC, 1985.

GATTI, Bernadete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIROUX, Henry. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). **Teoria Educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 253

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Vozes: Petrópolis, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GONDIM, Sônia Maria. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Salvador: Universidade Federal de Bahia, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos de cárcere**: temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

HADADD, Sérgio. **A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil**. Brasília, DF: Centro de Cooperación Regional para La Educacion de Adultos em América Latina y el Caribe, 2008.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2010**. Brasília, DF, 2010.

JARA, Oscar. **Dilemas y desafios de la sistematización de experiencias**. Porto Alegre: [s. n.], 2001. Texto 1 preparado para o 2º Seminário de Formação de Apoiadores Pedagógicos MOVA RS, 2001, Porto Alegre.

JARA, Oscar. **O que é sistematizar experiências e para que serve**. Porto Alegre: [s. n.], 2001. Texto 2 preparado para o 2º Seminário de Formação de Apoiadores Pedagógicos MOVA RS, 2001, Porto Alegre.

KONDER, Leonardo. **História das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo: textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**, Belém: Cejup, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1997.

MANACORDA, Mário. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: Escrituras, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELLO, Marco. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Ísis, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 69.

MOCHOVICT, Luana Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1992.

NOGUEIRA, Adriano. **INEP: Linha de Educação Popular**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.

PAIVA, Vanilda Ferreira. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda Ferreira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1972.

PALUDO, Conceição. **Da raiz/herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: um olhar para a trajetória no MST**. Rio de Janeiro: ANPED, 2006.

PALUDO, Conceição. Da raiz/herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: um olhar para a trajetória da educação no MST. *In*: PINTO, Alvaro Vieira. **Sete lições sobre a educação de adultos**. 11. ed. São Paulo, Cortez, 2005. p. 66.

PALUDO, Conceição. **Educação popular – Brasil anos 90: para além da crítica e do imobilismo, a busca de alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular**. 2000. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PAZ, S. **Ideas preliminares para pensar la política de la diferencia**. México: [s. n.], 2010. Disponível em: <http://maestriaencomunicacionintercultural.blogspot.com/2010/01/sarela-paz-patino.html>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PLATÃO. **A República**. Mira-Sintra: Europa-América, 1975.

PORTO, G. C. **Geografias, movimentos sociais, nuevas territorialidades y sustentabilidade**. México: Siglo XXI, 2001.

PRECIADO, Jaime. América Latina no sistema-mundo: questionamento e alianças centro-periferia. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 22, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Trajetória da educação liberal: alguns traçados. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 9, p.12, jul./dez. 1997.

RIBEIRO, Vera Massagão. **A formação de educadores de jovens e adultos**: saberes na proposição curricular. São Paulo: [s. n.], 2008. Disponível em: forumeja.org.br/gt18/?q=node/20. Acesso em: 20 abr. 2012.

SALOMON, Délcio V. **A maravilhosa incerteza**: pesquisa, criar. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Deivis P. B. Formação de educadores para o Terceiro Setor. **Revista Olhar do Professor**, Ponta Grossa, v. 9, p. 33, 2006.

SANTOS, Fábio Josué Souza; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. *In*: ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej (org.). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 15.

SANTOS, Robinson dos. **Considerações sobre a educação na perspectiva marxiana**. Pelotas, 2004. Texto mimeografado.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 11, p. 7, out. 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 8, p 47, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à Flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 62

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA. **1ª Assembléia do Povo de Deus**. Abaetetuba: STRBA, 1992.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA. **Abaixo assinado**. Abaetetuba: STRBA, 1983.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA. **Abaixo assinado**. Abaetetuba: STRBA, 1984.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA. **Ata de reunião, Abaetetuba**. Abaetetuba: STRBA, 1972.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA. **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba**. Abaetetuba: STRBA, 1972.

SOEK, Ana Maria (org.). **Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos**: ciências humanas. Curitiba: Positivo, 2009.

SOUSA, Sandra Záquia. Formação de profissionais de escolas rurais do Nordeste brasileiro: estudo desenvolvido no âmbito do Programa EDURURAL/NE. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 50., 1998, Natal. **Anais [...]**. Natal, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. O Positivismo. A fenomenologia. O Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE. Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1996.

VELHO, Gilberto. Observando familiar. *In*: NUNES, E. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WERTHEIN, J. (org.). **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papyrus, 1985.

WOLF, Francis. Nascimento da razão: origem da crise. *In*: NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.70

XAVIER, Maria Elizabete. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1990. (Coleção educação contemporânea).

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO APLICADO
AOS SÓCIOS FUNDADORES DO STRA**

1. Qual sua participação na história de constituição do STRA?
2. Como você se relacionava com os outros fundadores para implantar o STTR?
3. Qual sua formação na época da fundação do STTR?
4. Como você relacionava o que sabia para ajudar na fundação do STTR?
5. E hoje? Qual é a sua formação?
6. Você estudou ou estuda na Educação de Jovens e Adultos?
7. Como você vê sua formação pessoal relacionada com ao sindicato atualmente?
8. E hoje? Você ainda tem o mesmo objetivo junto ao sindicato?
9. Como se dá sua atuação atualmente?
10. O sindicato influenciou e/ou influencia em sua formação? De que forma?

**ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE ABAETETUBA-PA**

Termo de Abertura:

*O presente Livro contém duzentas
Folhas numeradas de uma as duzentas
o qual se fará uso para registro das atas
das reuniões da Assembleia Geral do Sindic-
ato dos trabalhadores de Abaetetuba, situa-
da na rua S. Pedro 11 nº 1481.*

Ata da Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, aos 30 dias do mês julho do ano 1972, às nove horas da manhã na sede do Cinema Imperador, nesta cidade de Abaetetuba do Estado do Pará reuniram-se de livre e espontânea vontade, quatrocentos trabalhadores rurais, com fins especiais de contratarem a fundação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais, nos termos da legislação em vigor, as pessoas físicas cujos nomes, idades, estado civil e categoria profissional, constam na relação nominal em número de Quatrocentos, todos residentes neste município. Foi aclamado como Diretor dos Trabalhadores o sr. Feijó dos Reis e Silva Sobrinho, que em seguida convidou-me para secretaria na ocasião desta reunião sabre e depois lavrou a presente ata, ficando assim constituída a mesa. Na sequência o sr. Diretor do Trabalho, mandou proceder a leitura do edital de convocação, para apreciação dos assuntos contido no mesmo depois de ser lido, o sr. Diretor ventilou o assunto. A fundação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais, tem do aberto o referido assunto, varias pessoas usando a palavra discriminaram a necessidade de um Sindicato de Trabalhadores Rurais neste município, outros salientaram que é uma categoria sofrida e não tem quem dependa os seus interesses os quais precisam usufruir os seus direitos, assim como submeter-se aos deveres registrados na legislação Sindical. Depois de discutida a matéria, foi levado a votação, pela qual verificou-se que unanimemente votaram a favor que seja constituído e fundado o referido Sindicato dos Trabalhadores Rurais nesta cidade deste Município de Abaetetuba. Dando continuidade ao que determinou o Edital de convocação, foi ventilado o assunto, a constituição do Estatuto Social e em seguida o sr. Diretor da mesa leu a copia do aludido Estatuto e leu item por item, discutido, procedeu-se a votação que obedeceu a ordem de escrutínio secreto, e foi aprovado por unanimidade. O sr. Diretor declarou que a Assembleia deveria eleger uma diretoria provisoria de acordo com as instruções

do Estatuto, sendo com acurdo, procedeu-se a esculha dos membros das pessoas para combor a referida Gintacia. Foi aprezendo os nomes das seguintes pessbas que occupara o lugar na lista abaixo; procedeu-se a rotacão, e a completa unanimidade. Presidentes: Antonio Gomes Cardoso. Vice Presidente, Olyrio Pereira Almeida, Secretario, Manoel Pereira Leite, Jusouzeiro, Augusto Manoel Leite, Suplentes: Oivaldo Nassimento, Olymito dos Santos Gimentel, Conceito Fiscal, Gomingos Rodrigues Barros, Quintino Rodrigues Pereira e Antonio de Jesus Cardoso. Sendo que todos os elitos são brasileiros de responsabilidade e atendem as esegencias da Olyctor do trabalho declarou que os elitos como emboçados quando da palavra o presidente Sr. Antonio Gomes Cardoso, recentemente declarou definitivamente fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba com sua sede nesta Cidade do mesmo Municipio do Estado do Parã. Em seguida foi discutido sobre a mensalidade, pelo que chegou em comum acurdo ficar em CR\$ 3,00, tres cruzeiros, por mês. Tendo esgotado a materia de ordem do dia, o Sr. Presidente eleito declarou que deve ser solicitado do Ministerio do Trabalho e Previdencia Social o funcionamento do novo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundado nesta Cidade conforme o Estatuto e a lei de reger essa Entidade, tambem a assembleia autorizou que assim procedesse, o Sr. Presidente agradeceu a presenca de todos os Regentes especialmente aos integrantes da associação, agradeceu pela credito concedido a uma pessba, collocando como Presidente desta nobre Entidade Sr. Antonio Gomes Cardoso, não fazendo mais assumto, declarou encerrada a reunião. O Secretario Sr. Olyrio Pereira Almeida, lavrou a prezente ata que a pos lida lida e assinada pelos componentes da mesa, e tambem pela maioria elita. Abaetetuba 30 de julho de 1972. Gintoria assinada

Isabela Angelina Ferreira de Santana, Maria Luiza Leira Nassimento, Joana Bastos Maciel, Silvio Maria Ferreira Dias, Manoel Pereira Leite, Augusto Manoel Leite, Olymito dos Santos Gimentel, Gomingos Rodrigues Barros, Antonio de Jesus Cardoso, Oivaldo do Nassimento

**ANEXO C – ATA DE REUNIÃO DOS LAVRADORES DO ANO DE 1982 –
LOCALIDADES: MURUTINGA, BACURI, PONTILHÃO, CURUPERÉ-MIRI, E
PIRATUBA**

Abaetetuba, 09 de agosto de 1982.

Ilmo. Sr.
Delegado Regional do Trabalho
Belém - Pa.

Senhor delegado,

Os lavradores abaixo assinados, associados do Sindicato Rural de Abaetetuba e residentes nas localidades de Murutinga, Bacuri, Pontilhão, Curuperé Miri e Piratuba, vem expor e solicitar de V. Sa. o seguinte:

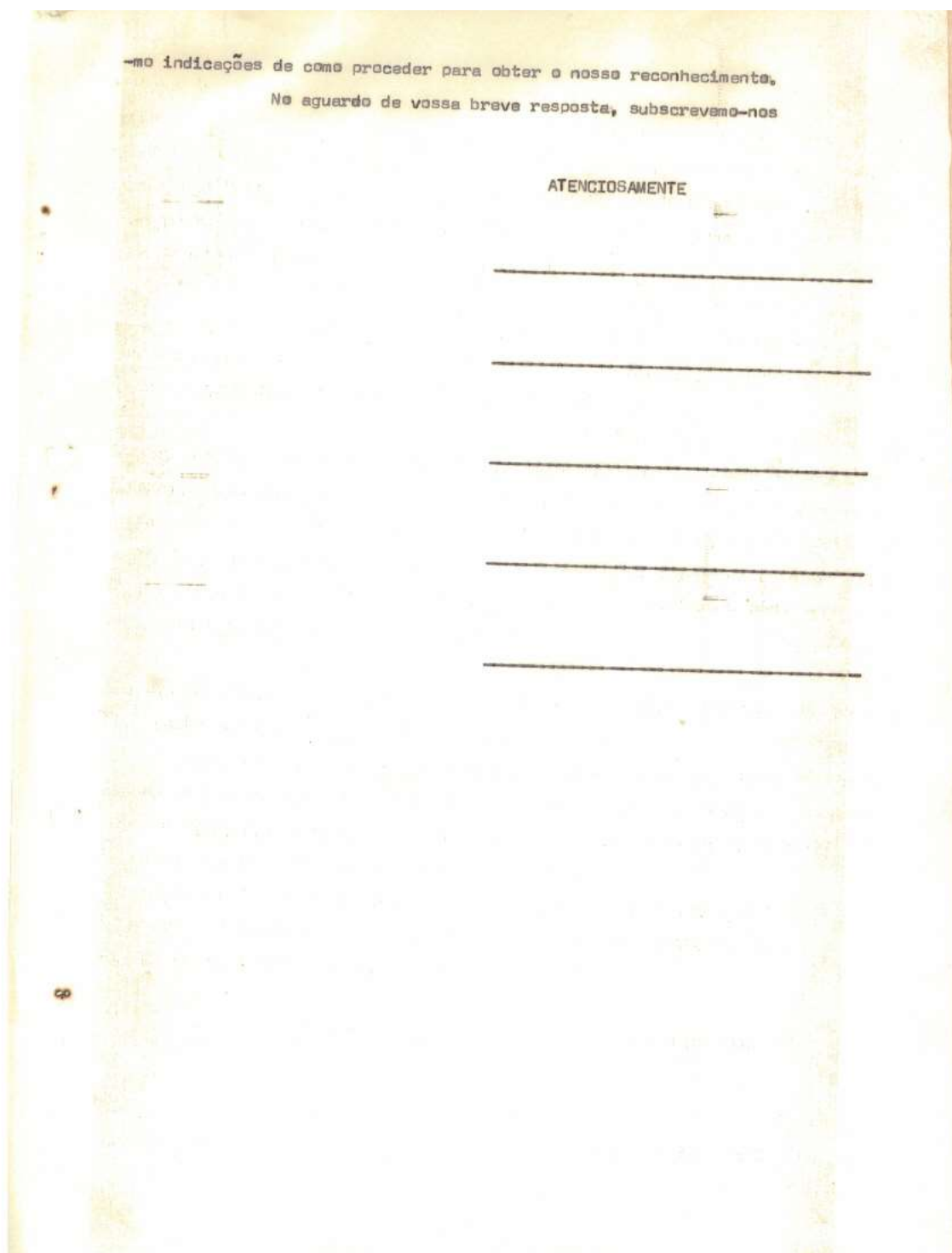
O nosso Sindicato, apesar de contar em seu quadro social com mais de 4.000 associados, não tem tido uma atividade sindical que possibilite aos sócios discutirem os inúmeros problemas que atingem os lavradores e que vão desde a questão da terra aos baixos preços dos seus produtos.

Em consequência disso, apenas um pequeno número de associados permanece quites e em condições de participar das atividades sindicais.

Pensando em ampliar essa participação, tão importante para a nossa causa, resolvemos nos reunir em Murutinga e fundar lá a delegacia sindical do município, congregando associados daquelas localidades. Foi uma reunião muito importante para nós, tendo comparecido mais de 60 lavradores, quando então enviamos um abaixo assinado dos sócios quites à diretoria do sindicato, comunicando nossa disposição e pedindo a nomeação dos companheiros indicados para dirigir a delegacia.

No entanto, para nossa surpresa, a diretoria se negou a reconhecer nossa existência nos próximos quatro meses, alegando estar num processo eleitoral, e que não havia condições de convocar uma assembleia geral para apreciar nosso problema.

Por isso nos dirigimos a essa delegacia, uma vez que entendemos ser a nomeação dos delegados um ato administrativo de competência da diretoria e que portanto, não exige a convocação de assembleia geral, não havendo motivos para adiar por mais 4 meses uma decisão que só visa beneficiar a categoria e fortalecer nosso sindicato.



Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1982).

ANEXO D – REUNIÃO COM LAVRADORES - 1984

Reunião com lavradores ligados a luta sindical

25/02/84

Compareceram apenas tres lavradores: Ponciano, Chico Mendes e Gracindo. A pauta que tinha sido preparada anteriormente ficou inviabilizada.

* * *

Em sua avaliação sobre a situação o Chico sugeria uma substituição no grupo de lideranças, devido ao pouco interesse dos mesmos. Para exemplificar, citou o caso de Piratuba, onde o irmão do responsável pelo trabalho desconhecia qualquer encaminhamento.

Propunha retomar o trabalho nas delegacias sindicais a partir do estágio onde ficou anteriormente.

Acha que o movimento sindical paralizou porque muitos se quitaram para poder lutar e o desrespeito do Presidente do sindicato as decisões tomadas por eles levou ao desanimo. Desanimou até as lideranças.

O Gracindo queria saber se já houve a anistia, porque a gente manda o pessoal pagar só a mensalidade e no sindicato não aceitam isso. Consequência, terminam achando que quem manda mesmo é o Periquito, os socios não valem nada. Se a gente tivesse conseguido fazer falar a decisão o movimento estaria mais forte.

O chico reforça esta avaliação, dizendo que chegaram a 9 socios, mas vendo que houve desrespeito desistiram; ~~perxuxuxux~~ em vez de se chegar mais perto, vai ficando mais longe. Se tivessemos alcançado a anistia estaríamos mais avançado.

As fichas continuam restritas ao pessoal ligado a diretoria. Pergunta o que fazer para que as decisões sejam respeitadas?

Ponciano acha que não dá para dar muito peso ao fato de o pessoal querer largar. É preciso apenas continuar a luta.

Retomar a questão da anistia, das fichas medicas, etc. Deixar para tirar o pessoal que não é da categoria só nas vésperas das eleições. Partir para as necessidades do povo. O transporte da Colonia Nova. Não acha que foi errado falar só de sindicato, porque sindicato trata de tudo isso.

ANEXO E - ABAIXO ASSINADO - 1983

Exmo. Sr.
Dr. João Alberto Bittencourt
DD Prefeito Municipal de Abaetetuba
Nesta

Os abaixo assinados, pais de alunos das localidades de Colônia Nova, Colônia Velha, Piratuba, Murutinga, Santa Cruz, Km 14 e Camutins, vêm pelo presente reiterar o pedido encaminhado por nossos filhos, através de expediente de 24/06/83, no qual solicitam que sejam fornecidos PASSES GRATUITOS a todos os alunos destas localidades que estudam em Abaetetuba.

A interferência da Prefeitura está se fazendo necessária porque nos contatos que mantivemos com o gerente da empresa, Sr. Nicodemus Gonçalves das Neves, conseguimos a liberação apenas do meio passe, restando para os pais o pagamento de Cr\$ 6.600,00 por mês para cada aluno. Levando-se em conta que muitos de nós tem mais de um filho estudando não temos condições de arcar com mais esta despesa, mesmo reconhecendo a boa vontade da empresa Rodomar em colaborar, uma vez que se trata de uma empresa particular e que, portanto, não tem obrigações com a educação.

Por outro lado, sabemos que cabe à Prefeitura a responsabilidade de criar as condições para que nenhum aluno fique sem escola. Como não existem escolas, a partir da 4ª série, nestas localidades, entendemos que a solução do problema que estamos enfrentando compete também à Prefeitura.

Por isso, é que estamos mais uma vez apelando para o espírito público de V. Exa. no sentido de que encontre uma maneira de cobrir a outra metade, Cr\$ 6.600,00/ aluno.

Esperando poder contar com o apoio de V. Exa., antecipamos nossos agradecimentos.

Abaetetuba, 03 de abril de 1984.

NOME DO ALUNO	LOCALIDADE
Adiel Figueira Pereira	Colônia Nova
Santana Vasconcelos Ferreira	Colônia Nova
Miguel Anjos Rodrigues da Costa	Colônia Nova
Luiz Carlos Ferreira	Colônia Nova
Adilson Sarges da Silva	Colônia Nova
Celia Regina Pereira da Silva	Km 14
Miguel da Silva Pereira	Km 14
Adail da Silva Pereira	Km 14
Valdeci da Silva Pereira	KM 14
Regiana Pimentel Pereira	Km 14
Rosária Pimentel Pereira	Km 14
Graciliano da Silva Gomes	Km 14
Benevide Monteiro Pereira	Km 14
Bobelin de Carlos Monteiro Pereira	Km 14
Joel Carlos Pereira dos Santos	Km 14
Joaquim Barbosa de Souza	Km 14
Sandra Suely Pereira dos Santos	Km 14
Joelma Pereira dos Santos	Km 14
Miguel Angelo Silva Cardoso	Colônia Nova
Odinaldo Silva Cardoso	Colônia Nova
Luiz Carlos Ferreira Moraes	Colônia Nova
Regina do Socorro dos Santos	Colônia Nova
Clea de Jesus dos Santos	Colônia Nova
José do Livramento Nascimento da Silva	Colônia Nova
Sandra do Socorro Nascimento da Silva	Colônia Nova
Rossilda Gomes dos Santos	Colônia Nova
Maria do Socorro Gomes dos Santos	Colônia Nova
Natalino Lemos de Oliveira	Colônia Nova
Carlos Alberto Gomes dos Santos	Colônia Nova
Moises Gomes dos Santos	Colônia Nova
Regina Pires	Colônia Nova
Miguel Benicio Pires	Colônia Nova

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1983).

Cinara Oliveira Além	Colônia Nova
Edna	Colônia Nova
Rivadar Rodrigues Pantoja	Murutinga
Maria Auxiliadora dos Santos Souza	Piratuba
Nice Cardoso dos Santos	Piratuba
Leonel dos Santos Passos	Piratuba
José Corrêa Pereira	Piratuba
Reginaldo Cardoso dos Santos	Piratuba
Sônia Maria Magno dos Santos	Piratuba
Maria de Nazaré Silva Santos	Piratuba
Mariza da Silva Santos	Colônia Velha
Ilma Barreto dos Santos	Colônia Velha
Maria Cenira Barreto	Colônia Velha
Arilson Barreto dos Santos	Colônia Velha
Sandra Suely Amorim Barreto	Colônia Velha
Domingos Lima da Silva	Colônia Velha
Juracelia dos Santos Leite	Colônia Velha
Augusto dos Santos Leite	Colônia Velha
Eduardo Hiranai Ishida	Colônia Velha
Rosilma dos Passos	Colônia Velha
José Reinaldo Ferreira Baia	Colônia Velha
Maria de Fátima Ferreira Baia	Colônia Velha
Miguel Augusto Baia Leite	Colônia Velha
Rosivana Baia Leite	Colônia Velha
Mancel Augusto Baia Leite	Colônia Velha
Maria de Fátima da Silva	Colônia Velha
Sebastião da Silva	Colônia Velha
Maria Eliana dos Passos	Colônia Velha
Mancel ^{Cristino dos Passos} Cristino dos Passos	Colônia Velha
Ivone ^{Bessa} Barbosa	Colônia Velha
Maria Gerete dos Passos	Colônia Velha
Madalena dos Passos Mendes	Colônia Velha
Selma Araujo Mendes	Colônia Velha
Orquidea Baia	Colônia Velha
Mariana Baia	Colônia Velha

NOME DO ALUNO	LOCALIDADE
Cristina Dendes Cabral	Colônia Velha
Meiry Dendes Cabral	Colônia Velha

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1982).

ANEXO F – ATA DE REUNIÃO COM OS LAVRADORES DO JARUMÃ – 1984

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM OS LAVRADORES DO JARUMÃ

A reunião contou com a participação de 25 pessoas e, de acordo com a pauta elaborada, tinha o seguinte objetivo:

- a) Avaliação da situação dos sócios do sindicato com vistas a formação da delegacia sindical do Jarumã
- b) A situação escolar na localidade
- c) O que ocorrer

Com relação ao item a, constatou-se que entre os presentes haviam 12 sócios em condições de participarem da fundação da delegacia, muito em bora alguns deles estivessem um a dois meses atrasados com a mensalidade. Tres dos sócios convidados não compareceram, apesar de ter se comprometido estar presente a reunião.

Visto que o numero de socios já preenchia as disposições legais exigidas para a formação da delegacia, decidiu-se encaminhar expediente ao Presidente do Sindicato solicitando sua presença no local para formalizar a fundação.

Em seguida, com base em critérios anteriormente estabelecidos, foram indicados nomes para a escolha do delegado sindical. Dos cinco nomes apresentados, dois receberam votação:

Lourenço (LOLO) - 19 votos
Francisco - 4 votos

Para dar encaminhamento as decisões, ficou acertado que o Lolo deveria entrar em contato com os assessores para preparar o documento propondo uma data para a vinda do presidente do sindicato ao Jarumã.

Quanto ao item b, foi feito uma discussão inicial sobre a situação escolar do Jarumã, o que veio a comprovar as denúncias que vinham sendo feitas pelos lavradores da localidade. Ficou de se marcar uma nova data para um aprofundamento da questão, quando seriam propostas medidas concretas de superação.

c) Por iniciativa da assessoria foi sugerido que se fizesse um levantamento detalhado dos problemas enfrentados pela categoria nesta localidade. Para isso foi proposto que se marcasse um dia para que a assessoria, juntamente com alguns lavradores, desse inicio a esse trabalho mediante contatos na área.

Jarumã - Relação de sócios do Sindicato com condições de participarem da formação da delegacia local - 13/04/84

- . Raimundo Araujo
- . João Clementino Lobato
- . Manoel Brasil Lobato
- . Francisco Lobato
- . Miguel Tavares Lobato
- . Alcides Almeida Rodrigues
- . Lorenzo Lobato
- . Raimundo Lobato
- . Jesus Rodrigues Cardoso
- . Antonio Vasconcelos
- . Miguel Lobato

Obs.: Alguns desses nomes estão com nomes diferentes...

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1984).

ANEXO G – RELATÓRIO DA REUNIÃO DA DELEGACIA SINDICAL DO BACURI

- 20/05/1984

RELATORIO DA REUNIÃO DA DELEGACIA SINDICAL DE BACURI

20/05/84

Por iniciativa do delegado sindical foi proposto ser fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido pela delegacia desde a sua fundação até a presente data. Em seguida passaria a tratar da mudança no item 6 dos estatutos do sindicato. Finalmente o que ocorrer.

Aprovada a pauta, abriu-se o debate entre os 14 participantes do encontro. De inicio, todos que se pronunciaram afirmaram não ver nenhuma falha nos encaminhamentos dos trabalhos na delegacia. Mas, ~~à medida~~ ~~em~~ com a intervenção do delegado sindical, que chamou a atenção dos presentes para o conteúdo do programa elaborado por ocasião da discussão da criação da delegacia, que estabelecia como meta de trabalho a luta ~~em~~ em torno dos problemas da categoria, começam a surgir críticas e sugestões.

Algumas das colocações feitas a partir daí, centraram na pequena participação de associados nas reuniões da delegacia sindical. Viam como causa dessa não participação, o não cumprimento das decisões tomadas nas assembleias - Não adianta participar porque quem manda mesmo é o presidente - Também novos socios não foram agregados devido ao não cumprimento da decisão de anistiar os atrasados e a cobrança do imposto sindical no ato da filiação ao sindicato. Houve algumas propostas no sentido de que as delegacias ~~possam tomar a iniciativa de~~ tomassem a iniciativa de não cobrar os atrasados e o imposto sindical, mesmo que tivesse que atritar com o presidente do sindicato.

Duas correntes de opinião se manifestam a partir dessas propostas: uma primeira que achava ~~que não seria~~ não ser possível fazer isso sem colocar em risco a permanência do delegado e até mesmo da delegacia. A outra achava que não adiantava manter a delegacia se esta tivesse que agir somente de acordo com a diretoria do sindicato. Teríamos que assumir nossa verdadeira face, portando-se como oposição sindical.

Durante estes debates, alguns dos participantes se manifestaram contra a luta pela anistia, dizendo que se eles tiveram que pagar os seus atrasados achavam justo que os outros fizessem o mesmo. Entretanto, devido a intervenção do delegado sindical que mostrou para os presentes

A posição assumida pela assessoria foi no sentido de mostrar que ~~em~~ mesmo depois do alerta do delegado sindical todas as propostas de ~~si~~ luta apresentadas até o momento relacionava-se com a entrada ou não de novos socios e pela manutenção das atuais ~~taxas~~ mensalidades. As lutas em torno de problemas da categoria continuam não sendo preocupação da delegacia sindical. Procurou também incentivar a discussão no sentido de que se encontrasse ~~meios~~ mecanismos capazes de preservar a delegacia e o delegado, sem que para isso tivesse que capitular diante da politica do pelego. Isto induz a possibilidade de encaminhamentos sob a forma de articulação independente ~~e~~ que não as delegacias.

Um dos participante propos que fosse mantido reunião inter-delegacias, congregando murutinga, pontilhão e bacuri, para manter unidade de ação.

Com relação as propostas de mudanças dos estatutos, houve 3 propostas: que passasse a vigorar uma porcentagem de 2,0% do valor de referencia. a segunda, 2,5% do mesmo valor. E a terceira, que os aumentos seriam feitos segundo determinação da assembleia geral. Posto em votação ganhou a ultima, com 12 dos votantes.

Por sugestão da assessoria, as reuniões da ~~si~~ delegacia vão ser realizadas de agora em diante a cada mes e não mais de dois em dois como estava acertado anteriormente.

A proxima reunião ficou para Cataiandeuá, no ~~pró~~ dia 17 de junho.

Abaetetuba, 22/05/84.

ANEXO H - RELATÓRIO DE REUNIÃO STRA - 31/05/1984

31/05/84

Participação: Ponciano, Chico Mendes, Sabá, Gracindo, Curaua, Zé Maria Eneas, Fleurito.

Liborio - convidado devido a maior vivencia sindical do pessoal de Moju.

* * *

Liborio pede para colocar logo algumas questões ligadas a coordenação das oposições sindicais, mas o conjunto decide tratar primeiro das questões locais.

Há uma sugestão do Rai para que logo após a discussão da alteração do item 6 dos estatutos fosse feito um pequeno balanço do movimento, por localidades.

Mudança dos estatutos:

Partiu-se de uma pequena exposição de como o problema foi encaminhado nas comunidades:

No Jarumã, foi feito o calculo do valor da mensalidade reduzindo para 2,0 e 2,5 a %, que corresponde a Cr\$ 763,84 e 954,80, respectivamente.

Decisão tomada: propor um aumento ~~xxx23/05~~ para Cr\$ 900,00 a mensalidade e mudar a redação dos estatutos deixando os novos aumentos a critério da assembleia.

Murutinga - Aumento para 800,00% e o restantes a cargo da assembleia geral.

Bacuri - Aumentos a cargo da assembleia geral.

Itacupe, Mauba, Colonia Nova e Km 14 não tiraram posições a respeito. No mesmo caso estão Piratuba e Tauerá.

Balanço da situação geral do movimento

Dificuldades de relacionamento entre Colonia Nova e Km 14, com reflexos no andamento do trabalho.

Zé Maria, levanta criticas ao ~~expenka~~ pouco empenho das lideranças no trabalho: Alguns companheiros não comparecem as reuniões ou saem antes do termino.

Chico Mendes chama a atenção para o fato de que quando as reuniões são marcadas não se leva em consideração as necessidades do trabalhador. Esta posição foi contestada pelos demais presentes.

Alega também, que a dificuldade de reunir os trabalhadores se deve ao fato de as decisões tomadas nas assembleias não terem sido respeitadas pelo Presidente do sindicato.

Curaua - Disse que em sua comunidade o pessoal não perdeu o entusiasmo. Começou com 15 e tem 45. Devido a sua operação ficou quatro meses sem reunir.

Fleurito - Pessoal ficou desinteressado por não saber o que ocorre no sindicato. Concilio nunca mais levou nada e ele esta aqui como curumim, tentando entender a coisa. O pessoal paga mas nunca teve nenhum beneficio. Além disso Periquito aumenta sempre a mensalidade.

é porque ainda não entendeu.

Perder proposta na assembleia não é motivo para desanimar. E se isso acontece é porque ele ainda não está consciente. Quem encaminha o movimento tem que ser homem de muita fé. Todo trabalho tem um segredo. Tem que vê se ele encaixou no trilho. Não basta apenas a boa vontade. -

Curaua chamou a atenção para Curuparé. Há algum tempo o trabalho tinha caído e hoje já está levantado. O pessoal não aceitava o Neca. -

Joãozinho - Na sua delegacia a delegacia não foi a mais acertada. Isto se deu porque a maioria do pessoal era da localidade de Itacupé e não havia relacionamento maior entre os pessoal das duas localidades. Além disso, faltou maior discussão antes de se colocar em votação.

ANEXO I – RELATÓRIO DE REUNIÃO DE LIDERANÇAS – 08/12/1984

REUNIÃO DO GRUPO DE LIDERANÇAS DO MLA

08/12/84

PARTICIPANTES: D. Maria, Ponciano, Curaua, Zé Maria, Chico Mendes, Eneas Ministrinho, Lolo, Zé do Carmo.

PAUTA: 1. Proposta de pauta para a Assembléia do Sindicato no dia 29/12/84
2. Luta pela documentação da terra (avaliação e continuidade)
3. Jornal (conteúdo da distribuição e responsáveis)

.-.-.-.-.-

I - Assembléia do dia 29

Sugerido dois pontos de pauta:

- . Esclarecimento sobre a construção da sede
- . Contribuição sindical

Com relação a construção da sede viu-se o seguinte:

- a- A diretoria tomou a iniciativa de construção sem consultar os associados se de via ou não fazê-lo.
- b- Os recursos para a construção ninguém sabe de onde provem. Há boatos que teria vindo da Sudam, mas ninguém tem certeza.
- c- Nesses casos, os socios tem poder inclusive para embargar a construção de acordo com a lei vigente.

Será pedido esclarecimento a diretoria sobre a origem do dinheiro, porque existe a possibilidade de estar havendo recorrimto a emprestimo bancário ou com promissos com os órgãos do governo, sem o consentimento dos associados.

II - Contribuição sindical

No debate surgiram duas posições:

Uma achava que a luta pela unificação da cobrança da taxa não iria resultar em nada, porque a diretoria não iria concordar e que por isso deveriamos tentar fazer com que as taxas não ultrapassassem o valor de Cr\$ 13.200,00 - que corresponde a 15% do maior valor de referencia, conforme determina a lei. Esta proposta foi descartada pela maioria dos presentes.

A outra, achava que deveria centrar a luta na fixação de um pagamento único no valor de uma diaria de trabalho, independente de ser ou não autonomo o lavrador e de a diretoria concordar ou não com a decisão da assembléia.

Para justificar essa posição foram apresentados os seguintes argumentos:

1. Não é correto tomar uma posição partindo-se do julgamento de que esta será ou não aceita pela diretoria. O que importa é saber qual proposta interessa a categoria.
2. A ceitar a cobrança da contribuição no valor de Cr\$ 13.200,00 é concordar que os associados permaneçam fora do sindicato, por falta de condições para efetuar o pagamento. Essa proposta contribui para dificultar a organização.
3. Devemos deixar claro para a diretoria que se ela insistir na cobrança dos Cr\$ 13.200,00 será responsável pelo afastamento dos sócios do sindicato e, portanto esta contra a organização da categoria.
4. Que não é justo considerar o agricultor como autonomo para efeito de cobrança da contribuição sindical. De acordo com a lei, medicos, dentistas e engenheiros (profissionais liberais) e empregados devem depositar apenas Cr\$ 13.200,00

Observação: Um dos participantes questionava se o fato de ir de encontro a lei não iria trazer problemas. No seu entendimento, os assessores, por serem 'inteligentes, sempre conseguem se safar, mas que os agricultores podem ficar sofrendo.

III - Jornal

Foi visto que a tarefa de distribuição do jornal não deve ficar concentrado nas mãos do delegado sindical. Todos devem ajudar nessa tarefa.

Houve sugestão para que pelo menos uma vez na semana os companheiros devem sair para discutir o jornal com os outros lavradores e, se possível, criar grupos de leitura coletiva para o jornal.

Os lavradores devem ser incentivados a criticarem e dar sugestões sobre a matéria do próximo número.

Foi lembrado ainda que o jornal sendo um instrumento de propaganda do movimento, deve ser levado a pessoas que não estão participando atualmente do movimento. Não deve se restringir aos membros das delegacias sindicais.

O delegado é responsável apenas pela coordenação da distribuição. A ele cabe repassar para os demais o jornal e receber o dinheiro apurado na venda.

.....

Responsáveis pela distribuição:	Nº de exemplares
Pontilhão - D. Maria	20
Murutinga - Curauá	50
Colônia Nova - Chico Mendes	50
Mauba - Ministrinho	60
Cataiandeuá - Zé Maria	40
Bacuri - Ponciano	40
Jarumã - Lolo	50
Maracapucu - Zé do Carmo	50
Tauerá Açu - Charuto	20

IV - A luta pela documentação da terra

Ficou de ser discutida com maior profundidade na reunião do Laranjal no dia 11 (terça-feira) às 20;30 hs.

ANEXO J - ABAIXO ASSINADO - STRA - 20/01/1985

Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba

Nós, trabalhadores rurais do município de Abaetetuba, através do documento "SAÚDE E RESPEITO AOS TRABALHADORES RURAIS" por nós assinado, expressamos toda nossa indignação com o péssimo e desrespeitoso atendimento que a nós é oferecido pelo INAMPS, quando:

1. mantém convênio, em Abaetetuba, apenas com o Centro Médico N.º 8 da Conceição, o qual não dispõe de aparelhos e instrumentos para exames e tratamentos especializados, obrigando o trabalhador rural e seus dependentes procurarem hospitais em Belém nos casos em que o tratamento médico exige maiores recursos;
2. em Belém, os hospitais que mantêm convênio com o INAMPS, para o atendimento dos trabalhadores rurais, têm se negado em aceitar os doentes que são da categoria, sempre inventando uma desculpa para mandá-los adiante, e que tem feito diversos lavradores voltarem para casa sem serem atendidos.

Diante dessas circunstâncias, sentimos que não podíamos aceitar mais o prolongamento deste verdadeiro desrespeito para com os nossos direitos. Resolvemos dar um basta a essa situação e fazer o abaixo-assinado, exigindo do INAMPS:

Em Abaetetuba:

1. Melhores e mais equipamentos para o hospital que mantém convênio
2. Atendimento aos sábados e domingos;

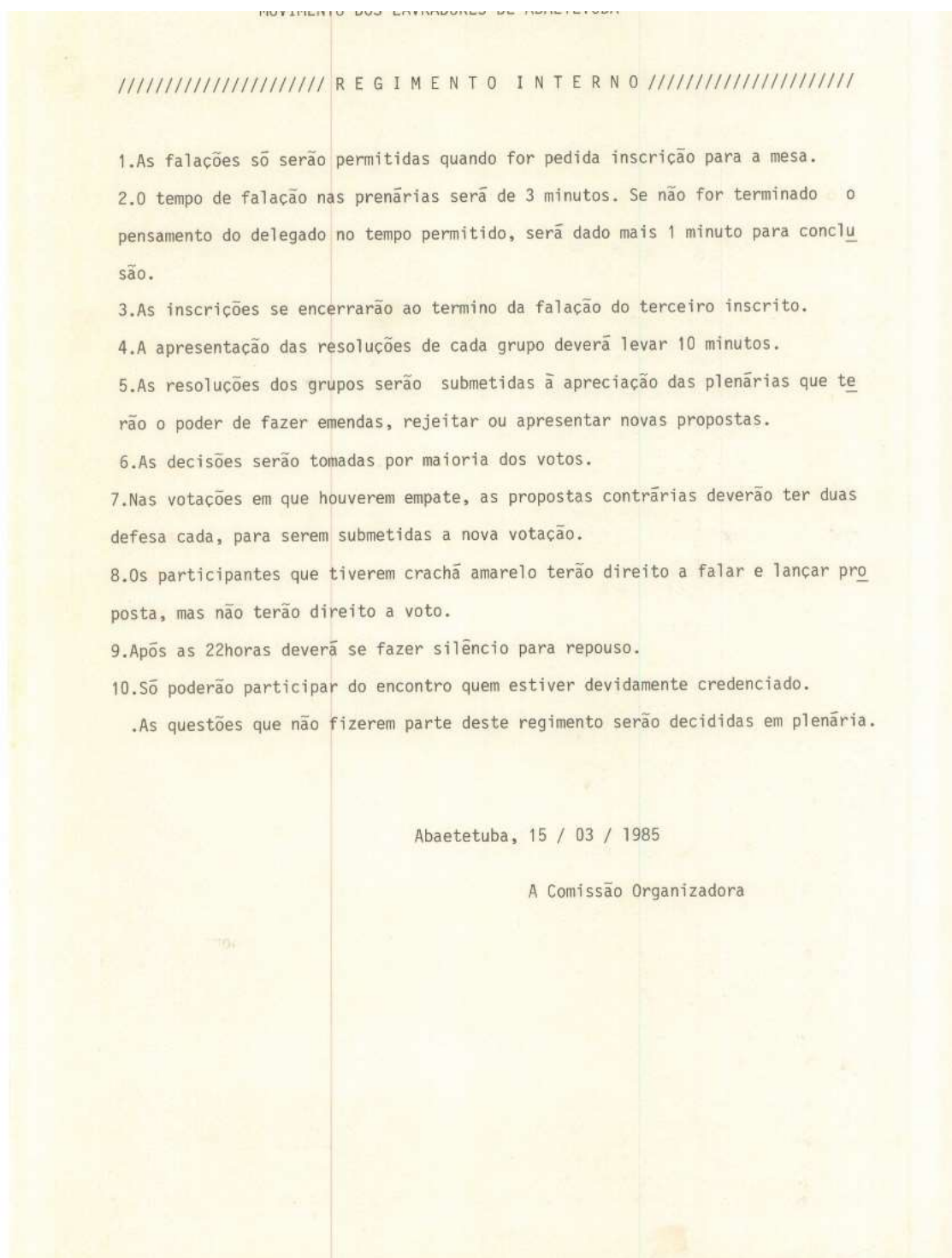
Em Belém:

3. Atendimento direto e sem complicações;
4. Garantia de leitos

Finalmente, manifestamos à diretoria de nosso Sindicato que não se coloque à parte da nossa iniciativa e cumpra seu papel dirigente de entidade de classe, emprestando apoio concreto ao nosso pleito, seja encaminhando o abaixo-assinado ao INAMPS, seja acompanhando a comissão por nós delegada para representarmos junto ao órgão.

Abaetetuba, 20 de Janeiro de 1985.

Olav Kampen
José de Santo Antônio
Gonçalo dos Santos Fagundes

ANEXO L – REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES DO STRA - 1985

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1985).

ANEXO M – JORNAL DO STRA – 25 DE JULHO DE 1985



O que é o movimento dos Lavradores de Abaetetuba

Como consequência do agravamento das condições de trabalho e de vida no campo - e também pelo desprezo com que as "autoridades" sempre trataram a nossa categoria - aumentaram também, nos últimos anos, as iniciativas dos lavradores por todo o município, no sentido de resolver esses problemas.

Com o tempo, tomamos consciência de que não eram suficientes as formas que vínhamos utilizando isoladamente nas localidades para tentarmos nos defender dessa situação. As experiências demonstraram que as soluções para os problemas por nós enfrentados dependiam de nossa própria força a partir da implantação de formas organizativas permanentes que nos possibilitassem discutir, avaliar, indicar soluções e lutar unidos no conjunto do município.

Compreendemos, também, a necessidade de aumentarmos o nosso conhecimento das causas, das origens dos nossos sofrimentos.

Assim sendo, não dava mais para continuarmos atuando apenas em pequenas comissões que se formavam para reivindicar sobre este ou aquele problema localizado e que desapareciam logo depois de levar a reivindicação às "autoridades". Muito menos era possível continuar recorrendo individualmente à políticos, os quais condicionavam o atendimento à sujeição do voto.

Por tudo isso, a partir de 82 é iniciado um trabalho de organização e mobilização de nossa categoria, que tem procurado conhecer melhor nossas dificuldades, apontar soluções e levar à frente formas unitárias de luta. Com esse trabalho organizativo, que a cada momento cresce no centro e nas ilhas de nosso município, surge assim o **MOVIMENTO DOS LAVRADORES DE ABAETETUBA - o MLA.**

Dessa forma, o MOVIMENTO vem fazendo um chamado a cada trabalhador rural do município para unir a sua força e os seus pensamentos a fim de, juntos, buscarmos alcançar o atendimento de nossas necessidades e caminharmos na grande luta dos trabalhadores do campo e da cidade para arrancar as raízes mais profundas da exploração e da opressão sobre as classes trabalhadoras.



NÃO DÁ MAIS!

Por um Sindicato comprometido com os interesses dos Lavradores

Sindicato não é agência do FUNRURAL

Entendemos que o Sindicato pode servir como uma importante ferramenta de luta nas mãos dos trabalhadores, na medida em que for usado como um meio para ajudar na organização da categoria e fazer com que os trabalhadores discutam os seus problemas, busquem soluções em conjunto e participem das decisões que são de seus interesses.

Acontece que desde a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba nunca houve uma diretoria que estivesse comprometida com os interesses de nossa categoria. O Sindicato foi criado sem que os trabalhadores estivessem esclarecidos sobre a sua verdadeira finalidade e passou a funcionar como se fosse uma agência do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência. Nenhuma luta levada pelos trabalhadores encontrou apoio nessas diretorias. Enquanto isso, botavam em nossas cabeças que sindicato era só para dar médico e dentista e expedir Carteira de Trabalho.

Assim, o Sindicato passou a ficar descredenciado pois nem mesmo nas questões assistencialistas chegou a atender satisfatoriamente os trabalhadores rurais que pouco a pouco foram deixando de pagar as suas mensalidades e se afastando da entidade.

Nossos primeiros passos

Quando os trabalhadores começaram a entender que nada podiam esperar da diretoria, resolveram reunir-se em algumas localidades e combinar como desenvolver um trabalho de esclarecimento e organização da categoria para que todo mundo entendesse o verdadeiro sentido do Sindicato. Como primeiro fruto desse trabalho é fundada a primeira delegacia sindical no dia 13 de Julho de 1982, em Murutinga, reunindo os sócios de cinco localidades.

De lá para cá, nossa luta para colocar o sindicato a serviço dos lavradores tem sido muito grande, sempre encontrando na diretoria reações contrárias aos nossos

Nossas conquistas

A delegacia sindical de Murutinga teve que esperar 1 ano e 3 meses para ser reconhecida pela diretoria que, finalmente, cedeu diante das pressões dos associados. Daí em diante, novas delegacias foram e continuam sendo criadas em todo o município, pelo MOVIMENTO.

Com a conquista da realização regular de assembléias, a cada 3 meses, conquistamos algo mais importante: o direito de vez e voz de cada associado dentro do seu sindicato. E novas vitórias vieram a seguir:

- * reduzimos de 30 para 15 o número mínimo de sócios quites exigido para se fundar delegacia sindical;
- * garantimos que o direito de encaminhamento à assistência médica e dentária fosse assegurada a todos os trabalhadores rurais que procurassem a "ficha" no sindicato;
- * acabamos com a cobrança absurda e ilegal de seis mensalidades anteriores à data de sindicalização;
- * modificamos os Estatutos quanto aos critérios usados para reajustes das mensalidades, que passou a ser determinado pela vontade dos sócios em assembléia;
- * fizemos cair a cobrança da contribuição sindical para o valor de uma diária;

Chegou a hora de conquistar a direção do Sindicato

Com a convocação, para o dia 14 de Setembro, das eleições que irão escolher uma nova diretoria para o sindicato, o MOVIMENTO entendeu que era chegada a hora de lançar uma chapa a fim de concorrer e fazer com que, finalmente, os trabalhadores rurais assumam a direção do seu sindicato.

Assim, nos dias 15, 16 e 17 de Março, no seu 1º ENCONTRO MUNICIPAL, o MOVIMENTO DOS LAVRADORES DE ABAETETUBA forma

COMPROMISSO DE LUTA

NESTE 25 DE JULHO, QUANDO OS TRABALHADORES RURAIS COMEMORAM A SUA DATA, O **MOVIMENTO DOS LAVRADORES DE ABAETETUBA - MLA**, EXPRESSANDO O DESEJO DE MILHARES DE HOMENS, MULHERES E JOVENS DO CAMPO, LANÇA A CHAPA DOS TRABALHADORES RURAIS, A **CHAPA TIPITI**, E CONVIDA TODOS OS LAVRADORES DO MUNICÍPIO A SE SOMAREM NESSE GRANDE MUTIRÃO QUE IRÁ COLOCAR COMPANHEIROS VALOROSOS NA DIREÇÃO DO NOSSO SINDICATO. À PARTIR DESSE MOMENTO, A **CHAPA TIPITI** APRESENTA O SEU COMPROMISSO DE LUTAS JUNTO À CATEGORIA:

Segurança na Terra

Apoiar a resistência dos lavradores na terra e suas lutas pela titulação e melhores condições para trabalhar e produzir;

Preço dos Produtos

Lutar por uma FEIRA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES RURAIS, com um depósito para armazenagem;

Saúde

Lutar por MINI-POSTOS MÉDICOS em cada localidade, com a presença de médico uma vez por semana e com distribuição dos remédios da CEME;

Exigir do INAMPS um melhor atendimento para o lavrador e sua família, inclusive aos sábados e domingos;

Educação

Exigir escolas de 1º Grau completo em cada setor, com os professores sendo escolhidos pelos pais e alunos;

Transporte

Exigir a limpeza e conservação dos ramais, rios e igarapés e a abertura de novos ramais;

Lutar pela PASSAGEM INTERMEDIÁRIA nos ônibus e CONTROLE DOS PREÇOS DOS FRETES;

Assalariados

Lutar para que todo assalariado tenha MELHORES SALÁRIOS, MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO e CONTRATO DE TRABALHO inclusive



Organização Sindical

- * Criar EQUIPE DE EDUCAÇÃO SINDICAL;
- * Manter e incentivar a formação de novas DELEGACIAS SINDICAIS;
- * Incentivar a sindicalização e participação das MULHERES e dos JOVENS;

Principais Bandeiras

- * FAZER DO SINDICATO UMA FERRAMENTA DE LUTA EM DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES;
- * POR LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL;
- * PELA REFORMA AGRÁRIA CONTROLADA PELOS TRABALHADORES;

A CHAPA TIPITÍ

DIRETORIA:

Efetivos:

Ponciano
Chico Mendes
Elias Kempner
Graciliano
Sebastião Costa
Valdelírio

Suplentes:

Luis Carvalho
Sandoval
Zé Maria
Enéas
Manoelzinho
Getúlio

CONSELHO FISCAL:

Efetivos:

Oswaldo
Curaua
João Batista

Suplentes:

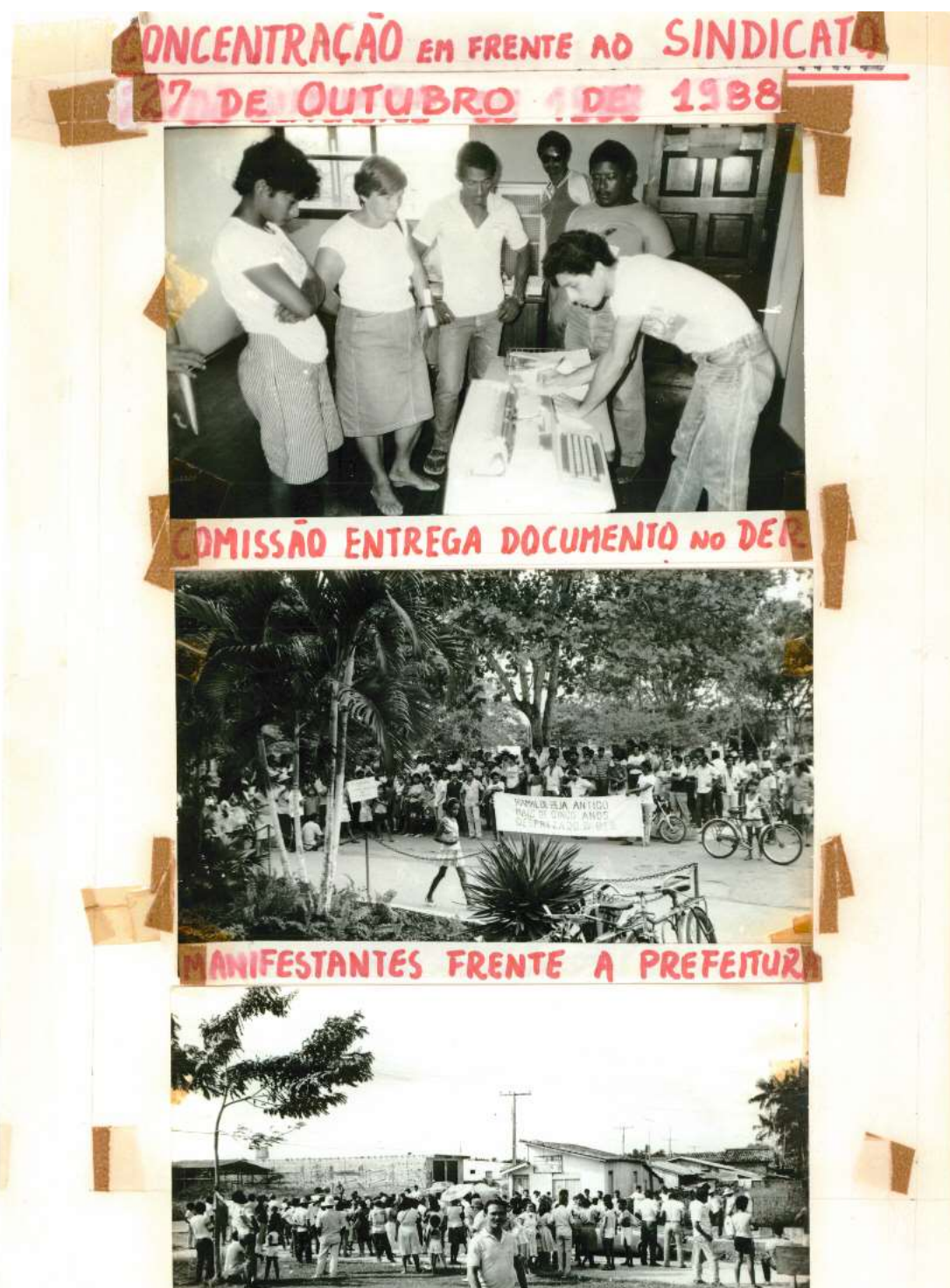
Adriano
Neca
Lolô

DELEGADOS À FEDERAÇÃO:

Ponciano

Leopoldo

ANEXO N – REGISTRO DE FOTOS DE MOBILIZAÇÃO DO STRA – 1988



Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1988).

ANEXO O – PANFLETOS DE MOBILIZAÇÃO DO SINDICATO – 1986 / 1987

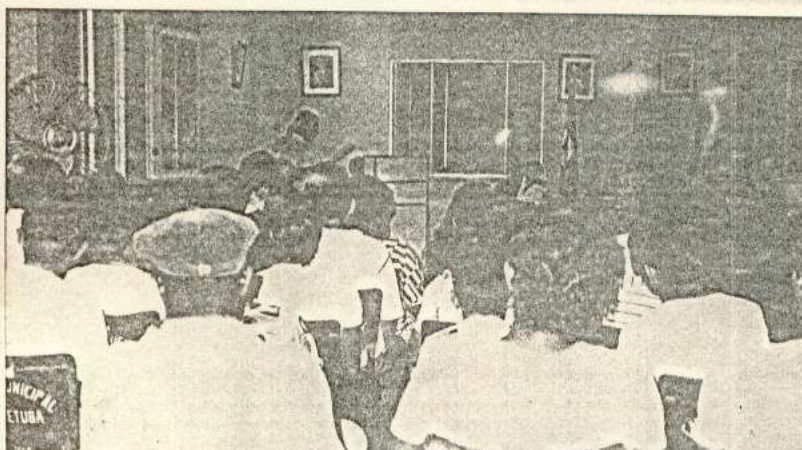


REUNIAO ESPECIAL DA CÂMARA

18 DE NOVEMBRO DE 1987

VEREADORES OUVEM DENÚNCIAS DOS
LAVRADORES E SE COMPROMETEM A
CONVOCAR PREFEITO E DER PARA
SOLUCIONAR O PROBLEMA DOS RAMAIS

O COMPROMISSO NÃO FOI CUMPRIDO
E TUDO FICOU COMO ESTAVA



Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (1987).

ANEXO P – ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ABAETETUBA

*ESTATUTO DO
SINDICATO
DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS
RURAIS DE
ABAETETUBA*

APROVADO EM 30 DE JULHO DE 1972

ATUALIZADO EM 05 DE JANEIRO DE 2007

PRESIDENTE: DARIO NEGRÃO FARIAS

**ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE
ABAETETUBA**

REGISTRADO
36/02/2007

CAPITULO - I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS, OBJETIVO E DURAÇÃO

ART. 1º. O sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba, com sede e foro na cidade de Abaetetuba e base territorial no Município de Abaetetuba, com sede própria situado à passagem coração de Jesus nº 152 bairro de Algodão município de Abaetetuba Estado do Pará, é constituído para fins de coordenação, proteção, e representação legal de sua categoria profissional, desenvolvendo a formação política, econômica e social da categoria representada, na perspectiva de construção de um sindicalismo democrático, classista, autônomo e de massa, por tempo indeterminado.

ART. 2º OBJETIVOS

- a) Organizar seus associados e associadas para defesa de seus interesses individuais e coletivos;
- b) Representar os interesses dos associados e associadas perante as autoridades administrativas e judiciárias;
- c) Desenvolver a política sindical e de conscientização, formação, e organização na categoria profissional que possibilite sua interferência nas políticas pública, assegurando direitos adquiridos e conquistas de novos;
- d) Estabelecer relações com as demais entidades de categorias profissionais e movimentos populares para concretização da solidariedade social e defesa dos interesses da categoria profissional;
- e) Filial-se as outras organizações sindicais de interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, mediante aprovação da assembléia geral da categoria;
- f) Celebrar convenções e contratos de trabalho;
- g) Estabelecer contribuições a todos que integram a categoria na forma estabelecida pela assembléia geral;
- h) Fundar delegacias sindicais na sua base territorial visando o desenvolvimento do trabalho organizativo e o maior conhecimento da realidade de vida e trabalho da categoria profissional;
- i) Manter serviços de assistência e promoção para seus associados e associadas mediante convênio com instituições pública ou privadas;
- j) Instaurar e fiscalizar dissídios coletivos e individuais de trabalho no âmbito da categoria;
- k) Promover a criação de departamento e ou secretaria necessárias à concretização de suas prerrogativas.

CAPITULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS E ASSOCIADAS

ART. 3º. A todo indivíduo sem distinção de sexo credo religioso ou convicção política, maior de 16 anos de idade, que por atividade profissional ou vínculo empregatício, na base territorial do sindicato, integre a categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, é garantido o direito de ser admitido como sócio do sindicato.

Parágrafo 1º. Para efeito do disposto neste artigo, são considerados trabalhadores e trabalhadoras, os pequenos e pequenas produtoras, proprietários rurais ou não, inclusive os sem terra, que exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, executados em condições de mútua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros e os que exerçam atividade como assalariados na agricultura e similares na produção extrativa rural.

Parágrafo 2º. No caso de ser recusado a admissão, caberá recurso para a assembléia geral.

ART. 4º. São direitos dos associados e associadas:

- a) Tomar parte, votar e ser votado nas assembléias gerais, desde que estejam inscritos a mais de três meses no quadro social da entidade e em pleno gozo de seus direitos sindicais.

Dr. Raimundo Costa da Silva
OAB / PA 4.138

REGISTRADO

16/02/2007

- b) Pleitear cargo eletivo no sindicato desde que esteja inscrito no quadro social e exerça atividade rural na base territorial do sindicato há mais de dois anos e esteja em pleno gozo de seus direitos sindicais;
- c) Gozar de benefícios e assistência proporcionados pelo sindicato;
- d) Requerer medidas para solução de seus interesses.

ART. 5º São deveres dos associados e associadas:

- a) Pagar pontualmente as mensalidades no valor estabelecido pela assembleia geral;
- b) Participar das assembleias gerais, reuniões e eventos promovidos pelo sindicato, acatando suas decisões;
- c) Votar nas eleições sindicais;
- d) Exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste estatuto e o respeito por parte da diretoria quanto às decisões das assembleias.

DAS PENALIDADES.

ART. 6º. Os associados e associadas estarão sujeitos a suspensão ou eliminação do quadro social.

Parágrafo 1º. Serão suspensos os direitos dos associados e associadas que;

- a) Desobedecerem os preceitos deste estatuto;
- b) Atrasar, sem motivo justificado o pagamento das mensalidades por mais de 90 (noventa) dias;
- c) Não comparecer a três assembleias consecutivas, sem justa causa;
- d) Desacatar a assembleia geral ou diretoria.

Parágrafo 2º. Serão eliminados do quadro social:

- a) Os que atuarem comprovadamente contra as decisões do sindicato que visem interesses da categoria;
- b) Os que cometerem grave violação desse estatuto;
- c) Os que lesarem o patrimônio da entidade;
- d) Os que, por qualquer motivo deixarem o exercício da categoria profissional, exceto nos casos de aposentadoria, emprego e convocação para o serviço militar obrigatório, casos em que não perderão seus direitos sindicais.
- e) Os que filiarem ou derem ajuda ostensiva a entidade e organizações patronais ou de qualquer forma antagônicas às prerrogativas do sindicato.

Parágrafo 3º. As Penalidades serão determinadas pela diretoria e homologada pela assembleia geral, que se julgar necessário designará uma comissão de ética para averiguar os fatos, dar parecer e propor encaminhamentos.

Parágrafo 4º. Da aplicação das penalidades o associado e associada será notificado pessoalmente e através de edital, podendo apresentar sua defesa no prazo de 15 dias, a diretoria, cabendo recurso a assembleia geral.

Parágrafo 5º. No caso de suspensão, terão suas penalidades anuladas desde que comprovem sua recuperação ou quite o seu débito, em se tratando de atraso do pagamento das contribuições.

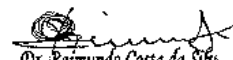
Parágrafo 6º. Em caso de pedido de demissão o associado e a associada deverá solicitar através de requerimento protocolado junto à diretoria.

CAPITULO III

ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO

ART. 7º São órgãos do sindicato:

- a) O congresso da categoria;
- b) A assembleia geral;
- c) A diretoria;
- d) O conselho fiscal;
- e) As delegacias sindicais.


Dr. Raimundo Costa da Silva
OAB / PA 4.138

REGISTRADO

DO CONGRESSO DA CATEGORIA

36/02 / 2007

ART. 8º. O congresso da categoria será realizado a cada quatro anos em caráter ordinário para:

- a) Analisar a situação da categoria;
- b) Definir o programa de trabalho do sindicato;
- c) Eleger a diretoria e conselho fiscal.

Parágrafo 1º. O congresso será convocado extraordinariamente quando se fizer necessário.

Parágrafo 2º. O congresso será convocado e coordenado pela diretoria do sindicato e caso esta não o faça a assembléia poderá tomar a iniciativa elegendo uma comissão organizadora.

DA ASSEMBLEIA GERAL

ART. 9º. As assembleias gerais são soberanas nas suas decisões e não contrarias as decisões do congresso e deste estatuto.

ART. 10º. As assembleias ordinárias serão realizadas anualmente para prestação de contas e aprovação da previsão orçamentária e, extraordinariamente, quando convocada pela diretoria ou 20% dos sócios quites, com quorum de 50% dos sócios quites em primeira convocação ou em segunda convocação com qualquer numero de sócios quites presentes.

Parágrafo Único. As decisões das assembleias serão aprovadas por maioria simples dos associados e associadas presentes

ART. 11º. Compete a assembleia geral:

- a) Destituir administradores;
- b) Alterar o estatuto;
- c) Eleger e empossar os administradores;
- d) Aprovar ou rejeitar as contas;
- e) Analisar, julgar irregularidades no quadro social.

DA DIRETORIA

ART. 12º. A diretoria eleita na forma do presente estatuto será constituída por doze membros, seis efetivos e seis vices e terá mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução para o mesmo cargo.

ART. 13º. A diretoria efetiva será constituída de presidente e vice-presidente, secretário e vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro, secretário de política agrícola e Agrária e vice secretário, secretário da Juventude e vice secretário, secretária da mulher e vice secretária.

Parágrafo Único. A indicação dos candidatos para a executiva do sindicato deverá constar na chapa concorrente à eleição da diretoria.

ART. 14º. Compete a diretoria:

- a) Decidindo por maioria, administrar o sindicato de acordo com o presente estatuto, garantindo pleno exercício da democracia interna da entidade, zelo pelo patrimônio e a fidelidade aos princípios expressos neste estatuto.

Parágrafo 1º. Compete ao presidente:

- a) Representar o sindicato perante o poderes públicos;
- b) Convocar e presidir as sessões da diretoria, assembleias gerais;
- c) Assinar as atas das sessões, orçamento anual e papeis em geral;
- d) Ordenar despesas e visar cheques, juntamente com o tesoureiro.
- e) Administrar e representar o sindicato ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente.


Parágrafo 2º. Compete ao vice-presidente:

a) Auxiliar o presidente na administração do sindicato, substituir em seus impedimentos temporários ou definitivo assim como colaborar com os demais diretores.

Parágrafo 3º. Compete ao secretário:

- a) Dirigir e fiscalizar os serviços da secretaria administrativa;
- b) Secretariar as reuniões da diretoria e assembleia geral;
- c) Elaborar relatórios e plano de atividades de acordo com a deliberação da diretoria;
- d) Assinar juntamente com o presidente todas as correspondências do sindicato.

Parágrafo 4º. Compete ao vice-secretário substituir o secretário em sua ausência.


Dr. Raimundo Costa da Silva
OAB/PA 4.138

REGISTRADO

16/02/2007

Parágrafo 5º. Compete ao tesoureiro:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores do sindicato;
- b) Assinar, juntamente com o presidente, cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- c) Dirigir os trabalhos da tesouraria;
- d) Apresentar ao conselho fiscal os balancetes mensais e o balanço anual;
- e) Recolher as disponibilidades do sindicato no banco designado pela diretoria e homologado pela assembléia;

Parágrafo 6º. Compete ao vice-tesoureiro substituir o tesoureiro em casos de licença, exoneração ou renúnciaParágrafo 7º. Compete ao secretário de política agrícola e Agrária;

- a) Planejar e executar as políticas públicas agrárias e agrícolas discutidas e aprovadas por ocasião do congresso da categoria, assembléias gerais e reuniões da diretoria;
- b) Apresentar anualmente relatórios referentes as atividades planejada pela referida secretaria

Parágrafo 8º. Compete ao vice-secretário de política agrícola e agrária;

- a) Acompanhar as atividades executadas pela secretaria;
- b) Substituir o secretário em sua ausência.

Parágrafo 9º. Compete a secretária da secretaria da mulher;

- a) Planejar e executar as atividades específica da secretaria proposta por ocasião do congresso da categoria.
- b) Apresentar anualmente relatórios referentes às atividades planejadas pela secretaria.

Parágrafo 10º. Compete a vice-secretaria da secretaria da mulher:

- a) Acompanhar as atividades executadas pela secretaria;
- b) Substituir a secretária em sua ausência.

Parágrafo 11º. Compete ao Secretário da Secretaria da Juventude:

- a) Planejar e executar as atividades específica da secretaria proposta por ocasião do congresso da categoria.
- b) Apresentar anualmente relatórios referentes às atividades planejadas pela secretaria.

Parágrafo 12º. Compete ao vice-secretário da Secretaria da Juventude:


- a) Acompanhar as atividades executadas pela secretaria;
- b) Substituir a secretária em sua ausência.

DO CONSELHO FISCAL

ART. 15º. O conselho fiscal do sindicato será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos juntamente com a diretoria na forma prevista neste estatuto.ART. 16º. Compete ao conselho fiscal, reunir-se anualmente em caráter ordinário para examinar, emitir parecer e aprovar ou não as prestações de contas do sindicato.Parágrafo 1º. Os pareceres do conselho fiscal sobre o balanço, previsão orçamentária e suas alterações, escrituração contábil do sindicato, deverão constar da ordem do dia da assembléia geral, quando for convocada para apreciação daquele documento.Parágrafo 2º. Em casos de vacância dos membros efetivos do conselho fiscal as mesmas serão preenchidas pelos membros suplentes, obedecendo ao número de ordem na eleição.

DAS DELEGACIAS SINDICAIS

ART. 17º. O sindicato instituirá delegacias sindicais visando a democratização de suas atividades de acordo com as necessidades dos associados, no âmbito de sua base territorial.Parágrafo 1º. A eleição dos delegados sindicais dar-se-ão através de assembléia geral ordinária convocada exclusivamente para esse fim, com a participação dos associados da localidade e terá o mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato.Parágrafo 2º. Os delegados sindicais deverão prestar contas de suas atividades social e financeira junto a diretoria mensalmente.


Dr. Raimundo Costa da Silva
OAB / PA 4.138

DAS COMPETENCIAS DOS DELEGADOSREGISTRADO
16/02 12007ART. 18º Compete aos delegados e delegadas sindicais:

- a) Representar o sindicato na sua área de atuação, solucionando os problemas ou encaminhando à diretoria;
- b) Levantar problemas e reivindicações da categoria em sua área de atuação;
- c) Preparar o processo de sindicalização e efetuar cobranças de mensalidades;
- d) Dirigir o processo de mobilização dos associados para participação nos eventos promovidos pelo sindicato;
- e) Propor a diretoria medidas que visem a evolução da categoria e da organização sindical.

ART. 19º Havendo necessidade a assembléia geral poderá aprovar proposições de criação de novas secretarias.

CAPITULO IV

DA PERDA DO MANDATOART. 20º Perderá o mandato o membro de qualquer órgão da estrutura e administração do sindicato no seguinte casos:


- a) Grave violação deste estatuto;
- b) Malversação ou dilapidação do patrimônio do sindicato;
- c) Ausência injustificada de três reuniões consecutiva de sua instancia quando considerar-se abandono de cargo efetivando-se o vice;
- d) Aceitação de transgência ou abandono de atividade rural;

Parágrafo 1º A perda de mandato será declarada pela diretoria, cabendo recursos para a assembléia geral;Parágrafo 2º A destituição de cargo de representação ou administração sindical deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa.

CAPITULO V

DO PATRIMÔNIO SOCIAL E FORMA DE SUSTENTAÇÃOART. 21º Constitui patrimônio do sindicato;

- a) As contribuições dos filiados em valor fixado pela assembléia geral;
- b) As doações e legadas;
- c) Bens e valores próprios e suas rendas;
- d) Aluguéis e juros de títulos e depósitos;
- e) Bens moveis, imóveis e semoventes;
- f) Outras rendas eventuais.

Parágrafo 1º A administração do patrimônio do sindicato compete à diretoria;Parágrafo 2º As despesas serão realizadas conforme orçamento anual aprovado pela assembléia geral;Parágrafo 3º Em caso de emergência não prevista no orçamento anual a diretoria ordenara as despesas e prestara conta a assembléia geralART. 22º A manutenção e o desenvolvimento do sindicato far-se-á por meio de ajudas, promoções, doações, rendas patrimoniais ou receitas próprias (contribuição dos filiados)ART. 23º No caso de dissolução do sindicato, o que só se dará por deliberação expressa da assembléia para este fim especialmente convocada e com a presença de 2/3 dos associados quites o seu patrimônio pagas as obrigações decorrente de suas responsabilidades, será doado a entidade de atividade congênera a critério da assembléia que deliberou a dissolução.


Dr. Ramundo Costa da Silva
OAB / PA 4.138

CAPITULO VI

DAS ELEIÇÕES SINDICAIS

ART. 24º As eleições para a diretoria do sindicato, conselho fiscal serão realizadas a cada quatro anos em congresso convocado através de edital de convocação aprovado no prazo de noventa dias antes do congresso.

Parágrafo 1º A eleição da diretoria dar-se-á por voto em aberto.

Parágrafo 2º A diretoria eleita terá até oito dias da data da eleição para ser empossada.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

ART. 25º Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela assembléia geral;

ART. 26º Os sócios e sócias não responderão nem mesmos subsidiariamente e solidariamente pelas obrigações sociais contraídas pela entidade;

ART. 27º No caso de alteração ou substituição do presente estatuto, só poderá ser feito através de congresso da categoria;

ART. 28º O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Abaetetuba, 05 de janeiro de 2007.

Dacis Nezeão Sousa

Dr. Raimundo Costa da Silva
OAB / PA 4.138



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Parão do Rio Branco, nº 1482
Abaetetuba - PA
presentado hoje para Registro e apontado
nº de ordem.....1060.....do Liv. A
03.....e Registro Civil de Pessoas
jurídicas.
Abaetetuba-PA 16/02/2007

Joana Maria C. Melo
ABELIA
tel. 368.053.942-87